



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

SIDNEY AUGUSTO CANTO OLIVEIRA

**INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BAIXO AMAZONAS E TAPAJÓS: DIFICULDADES E
DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS NO IMPÉRIO**

**SANTARÉM – PA
2021**

SIDNEY AUGUSTO CANTO OLIVEIRA

**INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BAIXO AMAZONAS E TAPAJÓS: DIFICULDADES E
DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS NO IMPÉRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

SANTARÉM – PA
2021

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- O48i Oliveira, Sidney Augusto Canto
Instrução pública no Baixo Amazonas e Tapajós: dificuldades e desafios na implantação das primeiras escolas no império./ Sidney Augusto Canto Oliveira. – Santarém, 2023.
97 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Monografia defendida em 2021 e depositada em 2023.
- Orientador: Anselmo Alencar Colares.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação.
1. Instrução pública. 2. Educação. 3. Escolas. I. Colares, Anselmo Alencar, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 372.89044098115

SIDNEY AUGUSTO CANTO OLIVEIRA

**INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BAIXO AMAZONAS E TAPAJÓS: DIFICULDADES E
DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS NO IMPÉRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

Data da aprovação: 30 de junho de 2021

Banca avaliadora:

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares – UFOPA
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. André Dionei Fonseca – UFOPA
Membro interno

Prof. Dr. Alberto Damasceno – UFPA
Membro externo

SANTARÉM – PA
2021



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Educação
Programa de Pós-graduação em Educação



ATA DE DEFESA

Nº 68

Ata da sessão pública referente à defesa de dissertação intitulada **INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BAIXO AMAZONAS E TAPAJÓS: DIFICULDADES E DESAFIOS DAS PRIMEIRAS ESCOLAS NO IMPÉRIO**, para fins de obtenção do título de mestre em Educação, área de concentração Educação na Amazônia, pelo discente **SIDNEY AUGUSTO CANTO OLIVEIRA** (matrícula 2019100588 - início do curso em 03/2019), sob orientação do Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares.

Aos 30 dias do mês de junho do ano de 2021, às 15:00 horas, por meio de vídeo conferência *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora da Dissertação em epígrafe, aprovada pela Executiva do Colegiado do Programa conforme a seguinte composição:

Dr. Anselmo Alencar Colares - Orientador – Presidente

Dr. Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno - Membro titular externo

Dra. Edna Marzzitelli Pereira - Membro titular externo

Dr. André Dione Fonseca - Membro titular interno

Tendo o Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o discente procedeu a apresentação de seu Trabalho de Conclusão e foi submetido à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

Aprovado (a), fazendo jus ao título de Mestre em Educação

Reprovado (a).



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Educação
Programa de Pós-graduação em Educação



Por unanimidade, foi concluído que o texto cumpriu totalmente as exigências de uma dissertação de mestrado, e foi recomendada a publicação, após os ajustes apontados.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente ata lavrada e assinada pelo Presidente da Banca Examinadora e pelo discente, atestando ciência do que nela consta.

Obs.: Esta anexada a esta, as declarações de participação remota em banca examinadora dos demais membros

Dr. Anselmo Alencar Colares - Orientador – Presidente

Sidney Augusto Canto Oliveira - Discente
Discente

Dedico este trabalho aos meus irmãos no sacerdócio católico que também são cientistas e pesquisadores no tempo presente, bem como em memória de alguns sacerdotes católicos, cientistas e pesquisadores do passado, os quais destaco: **Padre Nicolau Copérnico** (matemático e astrônomo, pai da teoria heliocêntrica e da astronomia moderna), **Padre George Lemaître** (astrônomo, físico e o primeiro cientista a propor o modelo teórico do “Big Bang”), **Padre Gregor Mendel** (autor das “Leis da Hereditariedade” que servem de fundamento para a genética moderna), **Padre Giordano Bruno** (filósofo, matemático e astrônomo, propositos da teoria do pluralismo cósmico) e **Padre Teilhard de Chardin** (filósofo, geólogo e paleontólogo).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com a colaboração de muitas pessoas que estiveram presentes, de alguma forma, no processo de sua elaboração: minha família, amigos e amigas, nossa turma de Mestrado, nossos professores, funcionários da UFOPA, mas de modo especial, entre tantas pessoas, agradeço a Dom Flávio Giovenale, que atendeu meu pedido para fazer essa pós-graduação e a Dom Irineu Roman e Padre Odirley Maia que incentivaram que eu a continuasse.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, que acolheu nosso projeto e a Profa. Dra. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, líder adjunta do HISTEBR-Ufopa, que está presente com seu apoio.

Aos professores doutores: André Dioneu, Edna Marzzitelli, e Alberto Damasceno, pelas preciosas colaborações ao texto.

Na pessoa do João Lúcio agradeço aos demais funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará que, mesmo em tempo de pandemia, prestaram todo apoio que foi possível à pesquisa.

À professora Anaiza Vergolino, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

À professora Terezinha Amorim, do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós.

Na pessoa do Renato Sussuarana, agradeço à Academia de Letras e Artes de Santarém.

À minha mãe, minha eterna educadora!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

A presente pesquisa trata da Instrução Pública no período do Império, visando estudar o processo de implantação da “Instrução Pública” na Região do Baixo Amazonas e Tapajós, a partir do Decreto Lei de 15 de outubro de 1827, estendendo as análises até o final do Império, em 1889. A consideração de que, na região pesquisada, a educação só veio a se consolidar no período republicano (COLARES, 2005), me levaram a questionar: porque não se consolidou antes? Houve alguma tentativa de implantação? Se sim, porque não deram certo? Que dificuldades e desafios existiram nesse processo? A metodologia consistiu no levantamento, sistematização e utilização de obras relativas à educação tais como Saviani (2013), Gondra; Schueler (2008) e Ponce (1992), dentre outros. Também utilizamos informações mais específicas sobre a região pesquisada, obtidas em códices sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Pará, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e da hemeroteca virtual da Biblioteca Nacional. Desta forma, trata-se de uma pesquisa de base bibliográfica e documental. A análise foi realizada por meio do Materialismo Histórico Dialético. A partir do pressuposto teórico, alguns acontecimentos de cunho político, econômico e social, que diretamente afetaram a implantação das escolas públicas na região também foram correlacionados ao texto, como por exemplo a Cabanagem, o sistema escravista, os ciclos econômicos do cacau e da borracha, bem como a atuação de diversos Presidentes que governaram a Província do Grão-Pará. A pesquisa revela que o processo de implantação das escolas públicas na região, hoje conhecida como Oeste do Pará, área de abrangência da Universidade Federal do Oeste do Pará, iniciou-se no século XIX sem, contudo, se consolidar, enfrentando desafios que impediam sua afirmação nesta parte da Província. Colares (2005), por exemplo, considera que tais escolas eram frágeis; fragilidade essa que só começaria a ser suplantada com a chegada das ordens religiosas da Igreja Católica à região, principalmente a dos Frades Franciscanos e a das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, que deram desenvolvimento e consolidaram a Educação Escolar em nossa região de estudo. Antes disso, diversos fatores levaram ao fracasso de muitas tentativas, como sugerem os estudos de Damasceno (2017), Lombardi (2010) e Saviani (2015), conforme podemos constatar ao longo desta dissertação.

Palavras-chave: Instrução Pública. Educação. Escolas. Baixo Amazonas. Tapajós.

ABSTRACT

The present research deals with Public Instruction in the period of the Empire, aiming to study the process of implantation of "Public Instruction" in the Lower Amazon and Tapajós Region, from the Decree Law of October 15, 1827, extending the analyzes until the end of the Empire, in 1889. The consideration that, in the researched region, education only came to be consolidated in the republican period (COLARES, 2005), led me to question: why wasn't it consolidated before? Have there been any attempts at implantation? If so, why didn't it work? What difficulties and challenges were there in this process? The methodology consisted of surveying, systematizing and using works related to education such as Saviani (2013), Gondra; Schueler (2008) and Ponce (1992), among others. We also used more specific information about the researched region, obtained in codices under the custody of the Public Archive of the State of Pará, the Historical and Geographical Institute of Pará and the virtual newspaper library of the National Library. Thus, it is a bibliographical and documental research. The analysis was performed using Dialectical Historical Materialism. Based on the theoretical assumption, some events of a political, economic and social nature, which directly affected the implementation of public schools in the region, were also correlated to the text, such as Cabanagem, the slave system, the economic cycles of cocoa and rubber, as well as the performance of several Presidents who governed the Province of Grão-Pará. The research reveals that the process of implementing public schools in the region, now known as Oeste do Pará, the area covered by the Federal University of Oeste do Pará, began in the 19th century without, however, consolidating itself, facing challenges that prevented its affirmation in this part of the Province. Colares (2005), for example, considers that such schools were fragile; This fragility would only begin to be overcome with the arrival of religious orders from the Catholic Church to the region, mainly the Franciscan Friars and the Missionary Sisters of the Immaculate Conception, who developed and consolidated School Education in our study region. Before that, several factors led to the failure of many attempts, as suggested by studies by Damasceno (2017), Lombardi (2010) and Saviani (2015), as we can see throughout this dissertation.

Keywords: Public Instruction. Education. Schools. Eastern Amazon. Tapajós.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – População das Vilas e Lugares do Baixo Amazonas e Tapajós, segundo Antônio Baena, no ano de 1833.....	23
Quadro 2 – Educação primária no Baixo Amazonas e Tapajós – Situação entre os anos 1840-1849.....	43
Quadro 3 – Educação secundária no Baixo Amazonas E Tapajós – Situação entre os anos 1840-1849.....	44
Quadro 4 – Instrução Pública no Baixo Amazonas (1867-1868).....	59
Quadro 5 – Educação nos municípios do Baixo Amazonas e Tapajós em 1890.....	76
Quadro 6 – Percentual da população matriculada nas escolas em 1890.....	78

LISTA DE SIGLAS

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
SMIC	Sociedade Missionária da Imaculada Conceição
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. O PRIMEIRO GRANDE DESAFIO: A IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS.....	19
1.1 O Baixo Amazonas e Tapajós na época da implantação das primeiras escolas.....	19
1.2 A primeira tentativa: uma elite tenta firmar seu poder.....	26
2. AS DIFICULDADES E DESAFIOS PÓS-CABANAGEM.....	31
2.1. As dificuldades domésticas para a Instrução Pública.....	38
2.2. As dificuldades do magistério.....	41
2.3. As dificuldades materiais das escolas.....	52
2.4. Alguns desafios apontados por Ferreira Penna.....	57
3. O ENSINO PRIVADO COM SUBSÍDIOS PÚBLICOS.....	61
3.1. O Colégio de Óbidos.....	62
3.2. O Colégio de Santarém.....	66
4. DIFICULDADES E DESAFIOS DO FINAL DO IMPÉRIO.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES.....	89
ANEXOS.....	98

INTRODUÇÃO

A História da Educação na região do Baixo Amazonas e Tapajós, área de abrangência da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, ainda é um objeto de pesquisa pouco explorado no meio acadêmico. Colares (2005) demonstrou ter essa preocupação desde o início de sua formação acadêmica contribuindo com o “registro dos acontecimentos que marcaram a trajetória da educação no município de Santarém” (p. 11).

No livro denominado “A história da educação em Santarém”, de Colares (2005), abrange o período da fundação da Missão Religiosa entre os indígenas da foz do rio Tapajós (1661), até o final do recente Regime Militar (1985). O primeiro capítulo dessa obra, intitulado “Primórdios da Educação Escolar em Santarém” (da página 19 a 53) discorre sobre a história da educação entre os anos de 1661 até 1968 (ano das tensões políticas advindas do golpe militar). Apesar da valiosa contribuição, que usaremos como ponto de partida para este trabalho, muito ainda há que se contribuir, a partir de outras e novas fontes, não somente para o registro como, também, para a análise histórica da educação em Santarém e na sua área de influência regional.

Colares (2005, p. 55), explica que a educação em Santarém, só veio a firmar-se com o impulso dado pela ação dos Padres Franciscanos, no início do século XX, os quais contaram, a partir de 1910, com a ajuda das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição. Esta afirmação me levou a refletir: houve alguma tentativa anterior de se consolidar a educação pública e gratuita em nossa região em época anterior ao citado acima? Se houve, quais foram as dificuldades e desafios que impediram que tal consolidação acontecesse? Tais dificuldades e desafios ainda existem nos dias de hoje?

Com esses questionamentos, **nossa proposta foi estudar o processo de implantação da “Instrução Pública” na Região do Baixo Amazonas e Tapajós, a partir do Decreto Lei de 15 de outubro de 1827, estendendo as análises até o final do Império, em 1889.** No que pese ser um período longo, acreditamos ser um trabalho viável para que possamos compreender as dificuldades e os desafios existentes neste processo em que as primeiras Escolas Públicas no interior da Província do Grão-Pará começaram a existir na região especificada.

Ao contrário do professor Anselmo Colares, que situou sua pesquisa no município de Santarém, ousamos ampliar o campo de pesquisa para a região de influência da cidade de Santarém, antigamente compreendida como Baixo Amazonas e Tapajós e, hoje, denominada de Oeste do Pará, pois consideramos que, apesar da citada região que ora se torna objeto de nossa pesquisa ter um rico passado histórico, ainda há dificuldades de se conhecer a História da

Educação, em nível regional, observando-se as relações de poder existentes, sejam elas políticas, sociais ou econômicas e, como estas relações contribuíram ou não para o desenvolvimento educacional.

Escrevendo sobre a Educação em Santarém, Wilson Fonseca destaca que não encontrou fontes que pudessem falar da instrução em Santarém até a fundação do Colégio Nossa Senhora da Conceição (FONSECA, 2006, p. 179). Logo em seguida o autor fala de duas escolas públicas elementares criadas no Bairro da Aldeia, em Santarém (FONSECA, 2002, p.188). Ou seja, houve em Santarém, alguma experiência de instrução pública.

Desta forma, **o objetivo geral é** compreender como ocorreu o processo de implantação da Instrução Pública na região do Baixo Amazonas e Tapajós, procurando entender as dificuldades e os problemas existentes nesse processo.

A partir deste objetivo, foi verificado de forma específica: em quais lugares do Baixo Amazonas e Tapajós foram criadas escolas de instrução pública na época do Império; por quem e para quem estas escolas foram criadas; onde elas funcionavam e como funcionavam; quem eram seus professores e qual formação e capacitações tinham para o exercício do magistério; quais as relações de poder em suas variadas manifestações (políticas, econômicas e sociais) e de que forma estas relações ajudaram ou não na implantação da Instrução Pública na região citada.

Para alcançar esses objetivos, realizamos pesquisa documental no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), além de outros arquivos na capital do Estado. Essa escolha foi feita por inexistência de arquivo público na região Oeste do Pará. Isso já apresenta, em si, uma dificuldade: boa parte da documentação do período a que nos propomos pesquisar, não se encontra no seu local de origem, ou seja, não houve, até nossos dias, a preocupação de salvar a documentação sobre educação.

Partimos para a coleta de documentos na cidade de Belém. Realizamos pesquisa no Arquivo Público do Estado do Pará – APEP, escolhendo dois “fundos”¹ específicos: Governo e Educação. O fundo Governo relativo à Educação, que deveria ser a principal “fonte documental”, entretanto, abre uma lacuna, pois só foram coletados documentos a partir do ano de 1850, deixando claro que não houve interesse na preservação dos mesmos nos anos anteriores, interesse esse, ausente no próprio governo, que deveria ser o primeiro a se preocupar

¹ Fundo é a nomenclatura utilizada para se referir a um grupo de documentos de um assunto específico, neste caso os relacionados ao Governo da Província do Pará (incluindo correspondências, leis, requerimentos, relatórios, etc.) e, o fundo relativo à Educação que, infelizmente, contém documentos somente a partir do ano de 1850.

com tal responsabilidade. Para coletar dados dos anos anteriores à 1850, tivemos que dedicar tempo ao fundo Governo, que possui muitos documentos inacessíveis por conta do seu atual estado de conservação não permitir o manuseio de tais documentos. Mesmo assim, conseguimos alguns dados que nos ajudam a entender melhor o processo de implantação da Instrução Pública, bem como a realidade política, econômica e social daquele período.

Visitamos outros arquivos como o do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, onde foi possível obter uma cópia digitalizada do primeiro Livro de Atas da Câmara Municipal de Santarém, que ajudou a compreender as dificuldades existentes no início da Instrução Pública na então Vila de Santarém.

Partindo para a pesquisa na internet, foi possível localizar, a partir de palavras chave como “Instrução Pública”, “Escolas” e “Grão-Pará”, algumas notícias nos jornais paraenses, ora digitalizados pela hemeroteca da Biblioteca Nacional. No repositório da CAPES, e da Universidade Federal do Pará – UFPA, localizamos alguns artigos, entre os quais “A instrução no Grão-Pará imperial: do ato adicional de 1834 ao relatório Gonçalves Dias”, do Prof. Dr. Alberto Damasceno, entre outros.

Entre as fontes utilizadas, destacamos aqui os “Relatórios”, “Discursos”, “Falas” e “Exposições” do governo da Província do Pará. Sendo documentos oficiais, muitos deles feitos a partir de consultas à Diretoria de Instrução Pública da Província, são fontes que não podem ser ignoradas em nenhuma pesquisa sobre a Instrução Pública no período imperial. De modo geral, tais relatórios tratam da criação de escolas, mobílias, funcionamento da escola, matrícula, frequência, métodos de ensino, disciplina nas escolas, formação dos professores, concurso, salário, condições de trabalho, inspeção de escolas (NERY, 2015, p. 69-70), o que pode nos ajudar em nossos objetivos específicos.

É importante salientar aqui, que muitos desses trabalhos oficiais feitos pelo governo, possuem como foco principal, o desenvolvimento da instrução pública na capital e em seus arredores, pouco desenvolvendo uma análise sobre a educação no interior da Província do Pará, especificamente na região que ora procuramos pesquisar. Apesar de ser uma fonte ligada à elite dominante, podemos também os analisar do ponto de vista do materialismo histórico dialético, pois sabemos que, até 1848, não havia cidades na região que compreende nossa pesquisa, que era formada por vilas, lugares e povoações, onde a população vivia quase que, exclusivamente de forma rural.

O processo de implantação das primeiras escolas na região do Baixo Amazonas e Tapajós, acontece, como já dito, no processo de transição de uma economia agrária e extrativista, fundamentada principalmente no trabalho escravo, para o modo de produção

industrial e assalariado. De fato, até mesmo as vilas e cidades que existiram no interior da Província do Grão-Pará no decorrer desse período, pouca ou nenhuma indústria possuíam, vivendo quase que exclusivamente da produção agrícola, do extrativismo florestal e da criação de víveres.

Até o ano de 1848, quando Santarém se tornou cidade, Belém era a única referência de cidade para o povo da região do Baixo Amazonas e Tapajós. Isso se reflete, em nossa pesquisa, não somente na ausência de documentos sobre a realidade do interior (pois os mesmos geralmente ficavam guardados na cidade), assim como na concentração dos incentivos educacionais, pois na capital há, supostamente, não somente um maior controle por parte do poder público, como investimento² em benefício da nascente elite paraense.

Também fazem parte de nossa pesquisa a leitura e compreensão de trabalhos já publicados sobre a Instrução Pública no período do Império, não especificamente sobre a Província, ou nossa região, mas fazendo uma abordagem mais ampla do período em questão. Ao longo do texto serão referenciados na fundamentação de nossas análises. Por ora, citamos o professor Demerval Saviani, que considera o período histórico do “Breve Século XIX” como o quarto período da História da Educação Brasileira, que “tem início com a Lei das Escolas de Primeiras Letras, indo até 1890 com a implantação dos grupos escolares” (SAVIANI, 2014).

Uma vez coletados os documentos manuscritos, em arquivos já citados, aliados aos documentos impressos já digitalizados na hemeroteca da Biblioteca Nacional e outros repositórios, além do levantamento bibliográfico, partimos para o entendimento das fontes, pois elas

são a condição preliminar indispensável à produção historiográfica, o que nos permite dizer que elas constituem a matéria-prima do trabalho do historiador. Portanto todo balanço que se faça sobre a historiografia estará avaliando o que foi possível fazer com as fontes, o que resultou do trabalho realizado sobre elas. Por isso todas as discussões de caráter historiográfico trazem sempre considerações sobre o problema das fontes, sendo reiterativas, entre nós, as referências à precariedade dos arquivos, acervos e bibliotecas, seja no que se refere a escassez, preservação, guarda e conservação das fontes, seja em relação à sua organização, classificação e catalogação para efeitos de sua localização. (SAVIANI, 2015, p. 88)

Começamos por estabelecer o que estamos entendendo por “educação”, tendo em vista que tal termo “quase sempre se reporta à escola, ao sistema de ensino”, mesmo sabendo que a escola, no período ora delimitado, tinha “pouca importância para uma sociedade baseada em

² Ainda hoje existem investimentos públicos feitos na época do império que atenderam os desejos da elite da capital paraense: Teatro da Paz, Museu Emílio Goeldi, Biblioteca e Arquivo Público, Santa Casa de Misericórdia, quartéis militares, Mercado Público, Cais de Arrimo, obras de drenagem, etc. conforme podemos constatar nos Relatórios oficiais do governo provincial.

uma economia agrária, com utilização de mão-de-obra escrava” (COLARES, 2005, p. 14-15). A Instrução Pública, ora estabelecida como objeto de nossa pesquisa, remonta à educação dada nas escolas do Baixo Amazonas e Tapajós, uma zona de interior da Província do Grão-Pará, de caráter agrário e extrativista, com uma sociedade envolta em conflitos de classes, onde uma elite tenta firmar seu poder.

O próprio termo “Instrução Pública” utilizado no século XIX, remonta à ideia da obrigação do Estado em oferecer condições para que o povo aprendesse a ler, escrever, fazer contas, além de adquirir valores cívicos, religiosos e morais. Sendo assim, a Instrução Pública estava na pauta política do recém-criado Império do Brasil, para “produzir identidades e laços de interdependência sociais, integrando os brasileiros, o povo, conjunto dos cidadãos ativos e inativos ao Estado” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 30). Nesse sentido, as escolas, principalmente as primárias, seriam o lugar onde se dá tal instrução ou, como no dizer jurídico das leis provinciais: escolas (de conhecimentos) elementares ou de primeiras letras.

Para tratar da implantação das primeiras escolas em nossa região, e de como essa implantação aconteceu na sua forma contextual, durante o avanço do processo de passagem de uma economia agrária, escravagista e extrativista, tendo parte da produção destinada ao consumo interno e para troca, transformando o produto em mercadoria, tudo dentro de um contexto em que tanto o processo produtivo quanto a circulação dos produtos vão sendo, de forma gradual e permanente, inseridas no modo de produção capitalista, procurando entender como os indivíduos refletem o seu modo de viver com a realidade do seu modo de produzir (MARX e ENGELS, 2001, p. 11).

Entender, portanto, a educação e sua relação com o modo de produção, pode nos levar a entender também os sucessos e o fracasso das experiências, procurando encontrar o papel da Escola para a sociedade do interior da Província do Grão Pará durante o período do Império, uma província com particularidades políticas, sociais, geográficas e econômicas que em muito se diferenciaram das províncias do Sul do Império.

Ao longo deste texto, vamos nos valer do diálogo com autores como Dermeval Saviani, para quem

dada a historicidade do fenômeno educativo, cujas origens coincidem com a origem do próprio homem, o debate historiográfico tem profundas implicações para a pesquisa educacional, uma vez que o significado da educação está intimamente entrelaçado ao da história. E no âmbito da investigação histórico-educativa, essa implicação é duplamente reforçada: do ponto de vista do objeto, em razão da determinação histórica que se exerce sobre o fenômeno educativo; e do ponto de vista do enfoque, dado que pesquisar em história da educação é investigar o objeto educação sob a perspectiva histórica. (SAVIANI, 2010, p. 12)

Além dele, há outros autores que nos ajudam a compreender a educação a partir do ponto de vista do materialismo histórico dialético e a pedagogia histórico crítica. Como, por exemplo, Ponce que já avaliava que quanto mais uma educação serve ao *status quo* da classe dominante, mais ela será considerada útil, assim como só seria aceitável uma educação voltada para o “bem comum”, quando este estivesse reforçando o poder das classes dominantes (PONCE, 1992, p. 28), ou ainda Gondra & Schuleler (2008) e Snyders (1981). Este último considera que a burguesia só vai se esforçar por educar trabalhadores ou camponeses se for, ou para formar trabalhadores úteis para a geração de capital, ou para formar “lacaio obedientes” que não perturbem a ordem estabelecida (SNYDERS, 1981, p. 31).

Tais leituras nos ajudarão não somente a dialogar com o nosso referencial teórico, mas também nos permitirão analisar e entender as disputas pelo poder e as relações que estas disputas tem com a instrução pública que ora nos propomos a analisar. Disputas estas que aconteciam não somente no campo mais amplo da história nacional, como também no campo do nosso regionalismo e das elites agrárias e políticas locais.

Essas disputas de poder aparecem constantemente impressas nos jornais do período pesquisado. Assim como no centro de poder do Império, onde dois grupos procuravam impor suas ideologias de poder: os Conservadores e os Liberais, assim também, na Província do Grão-Pará, esses partidos mediam forças também na imprensa, seja da Capital seja no Interior. Isso se refletia também, como vamos ver posteriormente, nas disputas locais de poder, tendo suas consequências também no campo educacional.

É dentro desse complexo contexto social, porque não dizer cultural, em meio a um povo que tenta se firmar como nação independente, apesar das diversas culturas, que ainda vivia sob a égide de um império de grandes dimensões geográficas, fundado em uma economia agrária, escravista e extrativista, com diversos grupos ou elites que tentavam conquistar e firmar o seu poder, que vamos verificar as dificuldades e desafios da instrução pública na região do Baixo Amazonas e Tapajós.

A dissertação está estruturada em quatro seções. Na primeira seção, discorreremos sobre O primeiro grande desafio que consistiu na implantação das primeiras escolas. Na segunda seção, tratamos das dificuldades e desafios pós-cabanagem. Já na terceira seção, discutimos acerca do ensino privado com subsídios público. E na quarta seção abordamos as dificuldades e desafios do final do império.

1. O PRIMEIRO GRANDE DESAFIO: A IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS

1.1. O Baixo Amazonas e Tapajós na época da implantação das primeiras escolas

A região hoje conhecida como “Oeste Paraense”, área de abrangência da Universidade Federal do Oeste do Pará, foi, no passado, conhecida como Baixo Amazonas (em contraposição como o Alto Amazonas, hoje Estado do Amazonas, tendo por referência o principal rio que cortava a então Província do Grão-Pará), a ela também incluída a região do Tapajós, constituídas pelas áreas de várzea e terra firme³ margeadas pelo rio de mesmo nome.

Até o ano de 1823, toda esta área, pertencente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, era subordinada diretamente ao Reino de Portugal. No segundo semestre daquele ano, entretanto, o Grão-Pará faz sua “adesão” ao Império do Brasil, desligando-se de Portugal e passando à obediência da corte do Rio de Janeiro. A respeito do uso da palavra “adesão” há muitas controvérsias, dadas as circunstâncias e o contexto em que ela se processou.

De modo geral, a independência política do nascente Império do Brasil não foi imediata, muito menos unânime. O Grão-Pará, até então era um Estado Português que não mantinha ligações com as províncias do Sul e Sudeste que logo aderiram ao propósito de Dom Pedro I e das oligarquias agrárias e grupos políticos que o apoiavam. A elite política local havia aderido ao Movimento Constitucional do Porto que, entre outras exigências, mantinha a vida dependente do Estado do Grão-Pará à Lisboa e não ao crescente movimento de emancipação nacional.

Apesar disso, lideranças nacionais surgiam, entre elas Felipe Alberto Patroni e o Cônego João Batista Gonçalves Campos, entre outras pessoas, que flertavam com o jogo político das províncias do Sul e Sudeste e reconheciam Dom Pedro I como governante legítimo do Império do Brasil.

A divergência de ideias entre os grupos das elites locais, fez com que o processo de “adesão” não ocorresse de pacífica. Se a intenção era trocar as elites amigas de Portugal por elites puramente nacionais, isso não foi feito. Como resultado, os descontentamentos levaram a revoltas, como as que aconteceram na capital, levando ao triste episódio do brigue “Palhaço”, em que 252 paraenses presos por não apoiarem a manutenção dos portugueses no comando da Província, foram assassinados por sufocamento (NEVES, 2019, p. 322).

³ Entenda-se o termo várzea como a região alagada pelas águas dos rios amazônicos durante o período de cheia das águas desses rios, enquanto a terra firme compreende toda área que não é alagada pelas águas desses rios.

Apesar de muitos portugueses continuaram mantendo o *status quo* de domínio, principalmente no comércio e na produção das fazendas de cacau existentes na região do Baixo Amazonas e Tapajós, alguns deles voltaram para Portugal por não aceitarem a nova ordem política. Aquele segmento de brasileiros que lutou pela independência política do Estado Português e que não obteve a liberdade econômica almejada, uma vez que o comando político e econômico ainda permaneceu nas mãos de tradicionais famílias portuguesas ou de brasileiros que eram favoráveis à manutenção de uma sociedade escravista, conservadora e de pensamento colonialista, estabeleceu um movimento de constante oposição, sob a liderança do já anteriormente citado cônego Batista Campos.

Esse clima de tensões políticas passou a dominar o interior da Província. As divergências entre uma antiga elite, simpática aos portugueses (e composta por alguns deles que decidiram ficar e aderir à causa da Independência política brasileira) versus uma nascente elite nacional que tentava ascender ao poder como classe dominante, foi se acirrando cada vez mais, a ponto de desenvolver, no ano de 1824, um conflito armado que teve como principal palco nesta região, a vila de Monte Alegre, contra a qual se uniram as demais vilas do Baixo Amazonas, capitaneadas principalmente pelas vilas de Santarém e Óbidos.

Essas lutas tinham um aspecto interessante, pois levantavam aspirações das massas populares nativas como a liberdade para os escravos, fato que, de fato, chegou a acontecer na Vila de Alenquer, onde os revoltosos, vindos de Monte Alegre, proclamaram livres os escravos daquela Vila em 28 de março de 1824. Era demais para as elites locais das outras vilas, principalmente Óbidos e Santarém, cujos fazendeiros possuíam muitos escravos. Após uma luta sangrenta, a Vila de Monte Alegre foi tomada pelas demais vilas e, após muitas mortes, um acordo de paz entre Santarém e Monte Alegre (SANTOS, 1999, p. 168-169). Apesar da vitória sobre os rebeldes em Monte Alegre, as tensões políticas entre os dois grupos políticos nascentes (filantropos e caramurus) continuaram existindo até o conflito da Cabanagem.

Santarém era, na época, uma das principais vilas da região e disputava com a vila de Óbidos a hegemonia econômica. As duas vilas tinham no cacau o seu principal produto de exportação, além de outras drogas do sertão. O Comandante Militar da então Vila de Santarém, José Roberto Aires Carneiro, fazendo uma Memória⁴ da situação do Baixo Amazonas e Tapajós, região que estava sob sua jurisdição, assim se manifesta sobre esta situação:

⁴ A citada “Memória” é uma espécie de relatório feito pelo citado Comandante Militar da Vila de Santarém e se encontra no Códice 851 da Biblioteca do Arquivo Público do Estado do Pará.

A sua maior Lavoura he oCacáo, o mesmo succede em Óbidos, Alemquer eMonte Alegre. Esta planta como já disse he oprincipal ramo de cultivo nestas Villas. Acha-se no presente, plantada ecultivada emquaze todos os districtos, de maneira, que bem pouco he oterreno vago que resta, a excessão das terras firmes, que não são próprias para esta planta: a correspondencia que da ao Lavrador compença muito bem as suas fadigas, mäs oseu fabrico precisa de huma inspecção vigilante para merecer então valor que aoprezente isso tem pelo desleixo, e mais methodo de fabricar de huma grande Parte dos Lavradores, deque resulta terem algumas cacoezeiras perdido, outra vantagem na Capital, para honde he exportado, eeste mal he de tal consequencia em hum dos maiores generos de exportação, que não haver providencias que o evite pode ocasionar o seu total abandono. Pruduz Santarem certo contionente Café, Tabaco, Algodão, Milho, Feijão e Mandioca, mas estas produçoens são tão mesquinhas, que apenas chegão para o consumo. Asalça, Cravo, eGuaraná produçoens Sivestres eque em outro tempo fizerão o maior Comercio do Rio Tapajos, tem com o andar dos tempos deminuído muito, principalmente os dois primeiros Generos: elles requerem trabalho immenço, sofrimento edespeza, mais que tudo dependem de Indios, por isso se tem feito esse ramo de negocio primitivo dos mandoens dos mesmos Indios, especialmente nas Malocas de Aveiros, Santa Cruz, Curi, eUxituba, onde nesta matéria tem toda a preferencia o Missionario de Santa Cruz, Parochos emais Aucthoridades pela sugeição dos Indios cathequizados daquelles contarasos. (CARNEIRO, 1828)

Nota-se que a hegemonia econômica de Óbidos e Santarém não aconteceu somente por conta da produção de cacau, que chegou a ser o principal produto de exportação na época, ou dos outros produtos elencados. O relatório do Comandante Militar de Santarém aponta a predominância do cacau, mas também nos apresenta uma variada gama de produtos advindos da agricultura local que servia de base para o comércio local, principalmente entre as vilas da Província e a província do Mato Grosso. Aires Carneiro, no já citado relatório, nos diz que apesar do comércio ser intenso nessas duas vilas da região do Baixo Amazonas, havia um tipo de comércio que prejudicava o desenvolvimento das vilas, conforme o podemos ver abaixo:

O Commercio de Santarem he abundante, ea Cítuação Geografica desta Villa oferece muitas vantagens para o Commercio interior com a Provincia do Matto Grosso pela na navegação do Rio Tapajós para o Cuyaba. A Villa de Obidos não há muito mesmos commerciantes, e tanto nesta como naquella Villa concorrem de diverças partes da Provincia muitos negociantes, a estabelecerem-se nellas não como os Lavradores rezidem efectivamente em seus Citios, especialmente nos tempos de suas colheitas, os Commerciantes tem por isso sido mais prejudiciaes dos que uteis; porquanto invez de Obrigarem comprarem ou fazerem cazas nas Villas, onde sem contradição devião prezistir, pelo contrario assidao continuadamente pelos Rios, e lagos, onde estão os Lavradores, vendendo, e comprando em pequenas Canôas, com graves prejuízos seus e dos mesmos Lavradores aquem estorvao eprejudicão, manejando / o que sempre esta acontecendo / o Commercio com os Escravos, comprando-lhes os affeitos roubados aseus Senhores, e vendendo-lhes bebidas espirituozas, deque rezultão dezordens, efugas dos mesmos Escravos, desfigurando por isso esta nobre Profição em odioza indescortezia. Este he o estado do Commercio destas Villas e mais continentes, o qual sendo, como fica ponderado, inomejado por alguns homens sem fé, echaracter, que por hum sordido interesse cometem mil excessos, he igualmente contrario em manifesta aprovação ao augmento das Villas, e da Agricultura, por isso que um tal methodo de negociar obriga ao Lavrador, que não quer roubado anao sahir fora do seu Citio, e priva as Villas de huma quantidade immença de braços que podião utelizar a Nação, eque so se comparo em Cemeiar, epassear de caza em caza, oque sem contradição tem feito que nas Villas, que hoje podião ser mais vizitadas eflorescentes, nenhum Augmento tem havido, enisto pouco procede, a não haver huma legislação que regulle

o Commercio interior da Provincia, sendo vedado ao negociante o Commercio pelos citios, eque será de uma vantagem não so para o Lavrador, como para estes, que evitando desta sorte adispeza com Canoas, Cabos, e Indios remeiros, também se evitão as costumadas Dezerções dos Indios que alias são de muita utilidade. Nos Districtos de Santarem e em todas as Villas, e Povoações cituadas á margem do Grande Amazonas, se fazem pescarias; porem estas são de pouco interesse pela diminuição do Peixe; emais que tudo pelos langendes dos Pescadores. (CARNEIRO, 1828)

O texto acima reforça que, naquela época, do ponto de vista comercial, Óbidos e Santarém possuíam grande vantagem sobre as outras vilas e localidades, por conta de suas localizações geográficas. Óbidos está situada nas margens do rio Amazonas, onde ele tem a sua parte mais estreita, tornando-se parada obrigatória para todos os navegantes que sobem ou descem o rio em direção a Manaus e demais localidades acima; isso fez de Óbidos um lugar estratégico, tanto do ponto de vista econômico como militar. Santarém, por sua vez, localizada na foz do rio Tapajós, em sua confluência com o rio Amazonas, mantinha um comércio significativo com a Província do Mato Grosso, desde a abertura do comércio fluvial ocorrido em 1812, pesar das dificuldades de navegação existente no rio Tapajós, por conta das cachoeiras.

Entretanto, segundo Aires Carneiro, um empecilho para o desenvolvimento comercial estava no constante uso dos “regatões”, comerciantes que navegavam pelos rios em detrimento dos comerciantes que se concentravam nas Vilas. O principal motivo para que Aires Carneiro condenasse os regatões, vinha pelo fato de que os escravos mantinham comércio com tais comerciantes, vendendo cacau e tabaco diretamente a eles, encontrando, assim, um meio de burlar o sistema escravagista vigente. Alguns deles, longe do olhar dos seus senhores, acabavam acumulando recursos, por meio da venda de produtos, levando alguns até mesmo a comprar a sua alforria. Além disso, o comércio com os regatões acabava pro facilitar a fuga de muitos escravos que acabavam por se reunir em quilombos. A situação era preocupante para a elite, a ponto do Presidente da Câmara Municipal de Santarém, padre Raimundo Auzier, dizer⁵ em sessão extraordinária da mesma:

Um número incalculável de negros fugitivos vagueiam dispersos em nossas florestas e vizinhanças, donde fazem surtidas noturnas em certas ocasiões e vem perpetrar roubos e estragos no coração da Vila, seduzindo a fuga outros escravos costumados ao julgo de seus senhores. (SANTARÉM, 1829)

Para termos uma ideia da importância do sistema escravista para as elites locais da época, vejamos, no quadro abaixo, a composição da população:

⁵ Conferir Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Santarém, 10 de maio de 1831.

Quadro 1 – População das Vilas e Lugares do Baixo Amazonas e Tapajós, segundo Antônio Baena⁶, no ano de 1833

VILA/LUGAR Antigo nome	Branca	Indígena	Mameluca	Negra	Total
ARRAIOLOS Aldeia Tocré	203	182	20	20	425
ALMEIRIM Aldeia do Parú	0	350	0	0	350
ALTER DO CHÃO Aldeia de Borari	–	818 (a)	0	10	828
AVEIRO Tapera Velha	–	273 (a)	0	40	313
ALENQUER Aldeia de Surubiú	–	1.208 (a)	0	440	1.648
BOIM Aldeia de Santo Inácio	0	780 (b)	–	0	780
MISSÃO DO CURI (Rio Tapajós)	04	996	0	14	1.014
ESPOZENDE Aldeia de Aramucú	0	363	0	0	363
FRANCA Aldeia do Cumarú	–	2.730 (c)	–	152	2.882
FARO Aldeia de Nhamundá	–	1.989 (c)	–	93	2.082
GURUPÁ Aldeia Mariocay	828	183	197 (d)	248	1.456
ITAITUBA	0	398	0	0	398
JURUTI (*)	0	385	0	0	385
MONTE ALEGRE Aldeia de Gurupatuba	–	1.780 (a)	0	290	2.070
OUTEIRO Aldeia de Urubucara	–	194 (a)	0	20	214
ÓBIDOS Aldeia dos Pauxis	–	2.987 (a)	0	1.294	4.281
PORTO DE MÓS Aldeia de Maturu	151	336	281	53	821
POMBAL Aldeia de Pirauri	01	629	176	08	814
PINHEL Aldeia de São José	–	875 (a)	0	16	891
SOUZEL Aldeia de Aricari	06	399	273 (e)	03	681
SANTA CRUZ Missão no Rio Tapajós	04	536	0	14	554
SANTARÉM Aldeia do Tapajós	3.985	112 (b)	–	1.270	5.367
TAPARÁ (Lugar na foz do Xingú)	18	69	42	10	139
VILARINHO DO MONTE Aldeia de Cauiana	340	133	45 (f)	48	566
VEIROS Aldeia de Itacurucá	02	371	99 (g)	0	472
UXITUBA Missão no rio Tapajós	02	485	0	04	491
TOTALIZAÇÃO	5.544	19.561 (h)	1.133	4.047	30.285

Fonte: Ensaio Corográfico da Província do Pará (BAENA, 2004).

⁶ Antônio Ladislau Monteiro Baena, nasceu em Portugal e chegou ao Grão-Pará no início do século XIX. Abraçou a causa da Independência do Brasil e escreveu, entre outras obras: “Compêndio das eras da província do Pará” e o “Ensaio corográfico sobre a província do Pará”, da qual extraímos os dados para este quadro.

Notas: (*) Trata-se da antiga Missão de Juruti, hoje denominada de Juruti Velho. (a) Valor total referente à soma de da população branca e indígena. (b) Valor total referente à soma da população indígena e mameluca. (c) Valor total referente à soma da população branca, indígena e mameluca. (d) Soma da população mestiça (117) e mameluca (80), conforme o autor. (e) Soma da população mestiça (173) e mameluca (100). (f) Soma da população mestiça (10) e mameluca (35). (g) Soma da população mestiça (66) e mameluca (36). (h) Deve-se considerar que 10% desse valor não fazem parte da população indígena. Não está registrado aqui o número de indígenas que moravam nos matos.

Estatisticamente, a população negra, indígena e mameluca juntas, se mostravam muito maior do que a população branca. Essa grande massa popular era, na verdade, a força que compunha a maior parte da mão de obra disponível. A economia, baseada no sistema escravista⁷, tinha em uma pequena elite, a dominação dos meios de produção. Vilas como Santarém e Óbidos, que se destacavam no comércio e na produção de cacau, aparecem, também, com uma maior população de escravos, o que justifica sua influência comercial sobre as demais vilas e povoados da região.

O trabalho corográfico de Baena, do qual retiramos os dados para a montagem do quadro anterior, nos mostra não somente a importância que o trabalho escravo tinha naquela época, mas também nos apresenta alguns dados interessantes da cultura agrícola e do comércio na primeira metade do século XIX. Outrossim, Baena faz profunda crítica ao método agrário praticado na Amazônia daquele tempo: a derrubada de árvores e queimada de terreno para o plantio dos roçados e a ausência de progresso no uso de tecnologias já existentes na Europa como, por exemplo, o arado (BAENA, 2004, p. 71-72).

Além de trabalhar nas fazendas de cacau, então maior produção da região, os escravos também tinham outras funções, como pescar, cuidar do gado, trabalhar em construções e, no caso das escravas, cuidar dos afazeres da casa (culinária, limpeza e cuidado com as crianças). Os escravos eram a classe mais baixa da sociedade da época, no entanto, Vicente Salles destaca que,

o negro não aparece, na Amazônia, como nódulo étnico: massa heterogênea e compacta, cedo, pela miscigenação, produziu-se à margem da escravidão uma classe considerável de mestiços de todos os matizes, que escapava progressivamente do cativo – a classe dos libertos. (SALLES, 2005, p. 162)

Tais libertos moravam em cabanas simples, geralmente nas periferias das cidades. Eram considerados infames pelo estilo de vida ociosa que levavam. Muitos deles acabariam se

⁷ Uma descrição do viajante britânico Alfred Russel Wallace, feita em 1849, bem ilustra a vida da elite escravocrata de Santarém (e também Belém), que pode ser aplicada a toda a Amazônia: *Aqui, como na cidade do Pará, existem diversas pessoas que levam uma vida de completa ociosidade, sobrevivendo às custas do trabalho de uns poucos escravos que possuem por herança* (WALLACE, 1979, p. 95).

envolvendo em “insatisfações, tumultos e crimes” registrados no Grão-Pará (SALLES, 2005, p. 185). Em 1856, o mapa de habitantes da cidade de Santarém mostrava que haviam 1.791 considerados “pretos escravos” e 412 habitantes considerados “pretos livres”. Além deles haviam 647 considerados “pardos escravos e 532 habitantes denominados “pardos livres” (SALLES, 2005, p.34).

Foi no seio desses “libertos” que nasceram muitas das tradições culturais da nossa cidade, como o carnaval de rua e o “boi-bumbá”. Tradições regadas à muita música, dança e, também, cachaça. Tais eventos eram vistos de forma preconceituosa pela elite e pela polícia local, que procuravam combater aglomerações de “negros”. Vicente Salles destaca que, se essa massa de escravos tivesse acesso ao conhecimento e aos saberes intelectuais⁸, com certeza se levantaria contra as amarguras da vida que possuíam (SALLES, 2005, p. 165). Para os escravos que não conseguiam sua liberdade, fosse por compra, fosse por alforria de seus senhores (coisa muito rara, mas que acontecia), restava uma alternativa: a fuga.

E existiam fugas consideráveis em nossa região onde os escravos fugidos procuravam o rumo das cabeceiras de rios como o Trombetas, o Curuá e o Curuá-Una, concentrando-se aí em comunidades de quilombos. Um dos maiores perseguidores dos quilombos era, também, um dos maiores proprietários de escravos da região: trata-se de Miguel Antônio Pinto Guimarães (Barão de Santarém) que, durante alguns anos também ditava a vida política não somente da sua cidade natal, como também da Província do Grão-Pará, assumindo a presidência da mesma (por exercer a função de vice-presidente) por quatro vezes. Além de ser, por um período de tempo, o delegado literário da Cidade de Santarém. Ele foi um exemplo prático de que a produção, oriunda do trabalho escravo, aumentou o acúmulo de riqueza por parte dos seus proprietários que, dedicando-se ao comércio interno e externo, fizeram crescer sua influência nas relações de poder da comunidade local (PONCE, 1992, p. 25). As diferenças existentes entre as classes dessa sociedade levariam ao dramático acontecimento denominado de Cabanagem.

⁸ Nos primeiros anos do Império, o acesso dos negros (fossem escravos ou livres) à educação pública era, por assim dizer, impossível. No entanto, ao final do Império, alguns escravos tiveram acesso à educação pública. Em Santarém, temos o registro de que, em 1875, 21 escravos estavam matriculados e estudando na Escola Noturna da cidade (TAVARES, 1876, p. 11). Não encontrei, em minhas pesquisas, outros documentos que pudessem iluminar a educação de escravos na região do Baixo Amazonas e Tapajós.

1.2. A primeira tentativa: uma elite tenta firmar seu poder

A Lei Imperial de 1827, determinava que fossem criadas em “todas as cidades, villas, e logares mais populosos, [...] as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1878, p. 71). Cabia ao Presidente da Província em comum acordo com as Câmaras Municipais, realizar a implantação da Instrução Pública. A realidade, porém, foi mais desafiadora do que se podia pensar.

Para que se implantasse as escolas eram necessários professores que fossem capacitados. Estes, por sua vez, deveriam ser examinados perante os Presidentes e Conselhos Provinciais, além de terem que ser, legítimos cidadãos brasileiros (BRASIL, 1878, p. 72). Isso demonstrou, como veremos mais tarde, uma das principais dificuldades para a implantação das escolas públicas. Muitas ilas e lugares da Província do Pará não possuíam pessoas que soubessem ler e escrever ou que possuíssem condições necessárias para serem professores públicos. Isso pode ser ilustrado por um fato acontecido naquela época, recolhido por Aires Carneiro e assim registrado por Baena em seu “Ensaio corográfico sobre a província do Pará”⁹, obra de importância para quem deseja conhecer a situação política, econômica e cultural da província no início do século XIX:

São numerosos os fatos provenientes da ignorância dominante nas vilas dos indianos por efeito da deficiência das escolas do primeiro grau da instrução pública. Entre eles conta-se que um morador da Vila de Santarém apenas abordara com a praia da Vila de Boim, onde se enderaçara com o desígnio de chatinar algumas drogas do mato, se lhe apresentará um indiano, que na qualidade de porteiro o notificará para comparecer na Câmara sem demora. Pronto o porteiro virou as costas sem dar tempo à mínima desculpa; e logo voltou com cinco homens da sua mesma cor enfuscada; eram eles os oficiais da Câmara daquela vila, os quais lhe ordenaram que os acompanhasse. Entraram todos na choupana, que servia de Paço do Conselho, e ali um deles presidente do Senado proferiu que há quatro dias andavam cuidadosos em buscar uma pessoa que lhes lesse um ofício do Presidente da Província. Depois de lido mandou a Câmara que o intérprete lavrasse a reversal como entendesse, a qual foi firmada de cruz por toda a Câmara sem ela querer o enfado de ouvir a leitura. Concluída a ação de cerrar e lacrar a Carta, o Senado conduziu à canoa o seu fortuito secretário; e no dia subsequente de manhã pessoalmente o presenteou com peixe fresco e caça, agradecendo-lhe muito o grande serviço que com eles praticara. (BAENA, 2004, p. 208)

A Vila de Boim, acima citada, representava a situação de boa parte das vilas e povoações do Baixo Amazonas e Tapajós, a maioria delas composta por indígenas ou mesmo pessoas que não sabiam ler nem escrever. Em janeiro de 1828, pouco tempo depois da criação das escolas

⁹ Antônio Ladislau Monteiro Baena, apesar de não ser brasileiro, se preocupou em pesquisar, sistematizar e relatar de forma escrita, não somente a história do Pará, mas também, nesta obra citada, apresentar uma descrição da terra, dos costumes e das pessoas que viviam na Província. Essa descrição geográfica-histórica era um recurso muito utilizado no século XIX, a exemplo da “Corografia Brasília”, escrita pelo padre Aires de Casal.

de primeiras letras pelo imperador Dom Pedro I, o estado em que se encontrava a educação na região era lastimável, como podemos ver na já citada Memória¹⁰ do Comandante Aires Carneiro, que assim se manifestou sobre essa questão:

Aeducação da mocidade, este importantíssimo ramo da civilização Pública, se esbarra no mais triste, edeplorável abandono: Não há mestres; não há Escollas nem ao menos deprimeiras letras epor isso jaz sepultada na mais assassina ignorância. Por conseguinte conhecida necessidade, fructo deste artigo interessantíssimo, deve elle merecer a Atenção do Governo em beneficio desta infeliz, e desprezada mocidade, digna de melhor sorte. (CARNEIRO, 1828)

Em 29 de julho de 1829, o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Pará, Manoel José de Araújo Franco, demonstrando querer conhecer a realidade em que se encontravam as vilas do interior da Província do Grão-Pará, pediu aos juizes ordinários das Vilas que enviassem um relato da situação em que se encontravam as Igrejas Matrizes, o estado e atendimento da saúde e, também, sobre se havia Escolas Públicas ou Particulares, bem como o número de alunos matriculados em ambas. A resposta do juiz ordinário de Óbidos, Pedro Marinho de Vasconcellos, sintetiza a realidade:

Não há nesta Villa, nem em seu Districto Escolla Alguma, nem Aulla, apezar das repetidas requizições que setem feito ao Governo, advertindo, que nem Públicas, nem particulares, nem de menores, nem de maiores estudos; e por conciquencia não existem Allunos alguns, salvo aquelles que seus próprios Pais insinão aquilo que pouco ou nada entendem. Esta falta he bem para lastimar, e que, e ella seacha esta Juventude, vivendo nas trevas da mais crasa ignorância, criando-se, vivendo, eacabando, sem nunca conhecerem os seus inalianaveis direitos e deveres, ao mesmo passo que já mais podem ser uteis á Sociedade, a Pátria [ilegível no documento]... quando esta Villa. E sua População, Comercio, Agricultura; e Civilização. (VASCONCELLOS, 1829)

As demais respostas¹¹ não diferem muito da realidade descrita acima. A Câmara Municipal da Vila de Santarém, em sua sessão de 17 de dezembro de 1829, faz um requerimento ao Presidente da Província pedindo que se nomeie para a Vila um Mestre de Gramática Latina e um de Primeiras Letras. O Presidente não enviou nenhum professor, mas pediu que a Câmara publicasse um edital para que alguém da própria Vila se candidatasse ao cargo de professor de Primeiras Letras. Em 02 de março, na sua sessão Ordinária, a já citada Câmara Municipal manda publicar um Edital para prover a cadeira de Primeira Letras na Vila de Santarém.

¹⁰ O citado relatório se encontra no Códice 851 da Biblioteca do Arquivo Público do Estado do Pará.

¹¹ No Códice 892, da Biblioteca do Arquivo Público do Pará, encontramos as respostas enviadas pelos juizes ordinários das Vilas de Monte Alegre (e distrito de Prainha), Vila Franca, Pinhel, Boim e Óbidos.

Esse fato, acima citado, demonstra uma das fragilidades da Lei de 1827: se cria a escola, sem antes ter o meio físico e também estrutural para que ela funcione, inclusive com os recursos humanos necessários para tal empreitada.

A situação em que se encontrava o interior da Província também não era das melhores. As disputas políticas pós-adesão à independência política do Império, permeavam os ânimos também no interior. Apoiadores da antiga elite colonial portuguesa e os nacionalistas que almejavam se firmar no poder não ajudava a implantar as escolas. Isso acabou se refletindo também nas Câmaras Municipais das Vilas do Interior, que passaram a ser palco das disputas políticas entre essas duas forças políticas, puxadas principalmente pelos partidos conhecidos na Província do Pará como Caramuru (aliado das elites portuguesas) e Filantrópico (onde as elites nacionais tentavam alçar ao poder), este último tinha como líder provincial, o cônego Batista Campos. Tais partidos lutavam para alçar ao poder e criavam um clima de constante tensão política que viria a culminar com a Cabanagem. Na época da implantação das primeiras escolas, em nossa região, “tudo era caso de política, ou antes, de politiquice regional, intolerante e cega” (SANTOS, 1999, p. 176).

Em 12 de junho de 1830 apresentou-se perante a Câmara de Santarém o senhor Antônio Dias Ferreira Portugal, declarando que poderia reger a cadeira de primeiras letras com a condição de não fazer ao exame e também de receber dos cofres das vilas de Santarém, Óbidos e Monte Alegre a importância de 350\$000 réis (não menos)¹². Oficiado ao Presidente da Província do Grão-Pará que já existia um candidato para ocupar a vaga de professor para a Cadeira de Primeira Letras, com as condições supracitadas, a resposta do Presidente foi que a Câmara encaminhasse o citado candidato a professor até a Capital (Belém) para que ele fosse examinado na forma da Lei.

Acontece que, o preposto candidato ao cargo era simpatizante das antigas elites coloniais portuguesas. Isso pode ter motivado o presidente da Câmara, padre Raimundo Auzier, de partido contrário ao senhor Antônio Dias Ferreira Portugal, decidiu a propor-se, ele mesmo, para o cargo de professor na Vila de Santarém. Tudo acertado com o Governo da Província, a Câmara Municipal de Santarém, em sessão extraordinária, realizada em 26 de outubro de 1831¹³, para reconhecer o título e dar posse ao primeiro Professor Público de Santarém, na

¹² Levando-se em conta que, conforme atualização feita em 25 de agosto de 2020, mil réis valiam o valor atual de R\$123,00, por meio de conversão, os 350\$000 réis pedidos valeriam algo em torno de R\$43.050,00 atuais. Sendo esse o valor anual, equivaleria a R\$ 3.587,50 mensais, em valores atuais. Conferir <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> (acesso em 07/10/2020).

¹³ Conferir Livro de Atas Nº 01, da Câmara Municipal da Vila de Santarém, que se encontra no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

pessoa do seu próprio presidente, o padre Raimundo José Auzier¹⁴, que assumia, a partir desta data a cadeira de gramática latina.

Chamou nossa atenção o fato de o Governo da Província autorizar o provimento de um professor público para a cadeira de Gramática Latina, em Santarém, na pessoa do padre Auzier, mas não ter provido a cadeira de “primeiras letras” que continuava vaga. Afinal, podemos nos perguntar: como os meninos frequentariam um ensino mais adiantado (gramática latina), sem antes passar pelas “primeiras letras”, onde aprendiam a ler, escrever, fazer as operações básicas, conhecer a fé cristã, conforme determinado pela lei de 15 de outubro de 1827? Poderia esse fato ser um exemplo das manobras políticas das elites locais, privilegiando um de seus expoentes em detrimento de uma real implantação da educação pública para todos?

Uma prova de que o ensino de primeiras letras foi sendo protelado pelo governo, reside no fato de que, em 26 de julho de 1832, o cidadão José Honorio Duarte Maduro, apresentou-se perante a Câmara Municipal da Vila de Santarém, apresentando um “memorial” onde fazia diversas alegações para ocupar a cadeira de Primeiras Letras, valendo-se do método “antigo” (e não do ensino mútuo, conforme a Lei de 1827). A Câmara encaminhou o assunto ao Presidente da Província. Ao que sabemos tal cidadão não foi nomeado professor, ocupando, posteriormente a função de Agente do Correio da Vila de Santarém.

Não conseguimos encontrar documentos relativos às demais vilas e povoados da região. No entanto, sabemos que não tiveram melhor sorte na implantação de suas escolas até 1833. Naquele ano, apesar de todos os transtornos resultantes dos frequentes atritos políticos, o Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, tentando organizar a Instrução Pública. Fez criar algumas Escolas de Primeiras Letras bem como outras de segundo grau. Para conhecer como era essa pretendida organização, nos valem os que nos diz Baena:

O estabelecimento de Instrução Pública, base da moral e da civilização, tem somente dois graus distintos. O primeiro compreende as escolas destinadas ao ensino da arte de ler e escrever, e dos princípios e regras fundamentais da aritmética e das verdades morais do catecismo: cujas escolas servem de preliminares aos estudos maiores, e delas precisam os homens, que vivam em sociedade civil qualquer que seja a sua condição, estado e profissão. Os segundos graus contam as escolas de gramática latina, de filosofia racional e moral, de teórica, de geometria e de língua francesa: as quais são destinadas a dispor os noviços do Instituto Literário para o estudo próprio das ciências assim especulativas como práticas, e de todo o gênero de erudição. A escola do idioma francês pode habilitar a mocidade para instruir-se na sua correspondente literatura: e debaixo deste ponto de vista faz-se assaz sensível a falta

¹⁴ Padre Raimundo José Auzier vinha de uma família que possuía diversas fazendas nas Vilas de Santarém, Óbidos e Faro. Sua família ocupava cargos e funções públicas, além de se dedicar ao comércio de cacau. Dono de escravos, o próprio padre, nascido em Santarém, também se dedicou à política, criando inimigos que, como veremos mais adiante, acabaram por interferir nas suas atividades educacionais. Apesar de ser pessoa que foi de grande importância nos acontecimentos históricos da primeira metade do século XIX, inclusive no campo educacional, vive hoje no ostracismo histórico da sua própria cidade natal.

de uma escola de língua inglesa, a qual no sentir dos sábios é indispensável estudar-se para se poder adquirir instrução do manancial de luzes, gosto, e critério que encerra a literatura da grande Albion. (BAENA, 2004, p. 203-204)

Como podemos ver no texto acima, já estava enraizado, no pensamento estatal, a divisão do ensino em dois graus distintos, ocupados, o primeiro pela “Escola de Primeiras Letras” e o segundo pelas “Escolas de Gramática Latina”. Note-se que, apesar do reconhecimento do francês, que era língua universal na época, já o inglês começa a ganhar influência na Instrução Pública estatal, indicando um novo rumo de valores, puxados, principalmente pelo modo de produção burguês e a revolução industrial, já em andamento nos continentes do norte do planeta naquela época.

Por iniciativa deste citado Presidente, em 1833, a região do Baixo Amazonas e Tapajós vieram a ser criadas as Escolas de Primeiras Letras, localizadas nas vilas de Santarém, Óbidos, Monte Alegre, Faro, Alenquer e Vila Franca, no entanto, naquele ano, somente as duas primeiras estavam dotadas de seus professores (BAENA, 2004, p. 204), as demais se encontravam vagas por não terem sido encontrados pessoas capazes de assumir as ditas cadeiras.

Além destas havia a Escola de Língua Latina, que era regida pelo padre santareno Raimundo José Auzier, supracitada. Antes da eclosão da revolta da Cabanagem, era a única escola pública de Língua Latina (segundo grau) a funcionar em toda a região do Baixo Amazonas e Tapajós. Ou seja, apesar do que dizia a lei de 15 de outubro de 1827, a situação na maioria das vilas desta região do interior da Província do Grão-Pará não havia sido suprida de Escolas até as vésperas da revolta cabana.

O presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, que, como vimos, tentou organizar a Instrução Pública na Província, às vésperas da Cabanagem, reconheceu publicamente algumas das dificuldades que impediam a implantação da Instrução Pública na Província:

A instrução publica. Senhores, sobre que foi prolixo na Falla da sessão passada, pouco ou talvez nenhum incremento tem tido, no tempo que mediou daquella a esta sessão, com quanto fosse assiduo e instante em promovel-a pela firme convicção de sua utilidade, como he manifestavel pela minha extensa correspondencia com as respectivas Authoridades. Vivamente sollicitei, e consegui do Governo Central a dispensa do exame e concurso das cadeiras de primeiras Letras daquellas Villas e Povoações mais remotas da Capital; e quando eu esperava que tinha dado hum passo em vantagem da instrucção, foi que infelizmente conheci, que não havia quem me segundasse em tão importante empreza, e que hum culposo indiferentismo distinguia-se nos Chefes de familias em applicarem seus filhos ao ensino publico. Algumas Cadeiras foram providas neste anno; mas outras que anteriormente o tinham sido, foram abandonadas pelos Professores, sem outro algum motivo mais do que a falta da perseverança em objecto de tão vital interesse (PARÁ, 1833, p. 2-3).

Como poderemos ver a seguir, algumas dessas dificuldades apontadas por ele (a questão das enormes distâncias que as escolas tinham da capital, carência de mão-de-obra para o magistério e o indiferentismo dos “Chefes de família”) ainda continuariam a existir na Província do Grão-Pará, mesmo após as tensões políticas que, tornando-se cada vez mais críticas, levaram a eclosão da revolta civil conhecida hoje como Cabanagem.

Contudo, fica claro que, antes da revolta civil que atingiu todo o Grão-Pará, a falta de mão de obra para o exercício do magistério, as questões geográficas, a cultura familiar que não via necessidade de “educar os filhos”, mas de manda-los aos roçados prover o sustento familiar, bem como as disputas políticas entre as elites regionais e locais, levaram, em um primeiro momento, a tornar a implantação do ensino público no interior, quase inexistente.

2. AS DIFICULDADES E DESAFIOS PÓS-CABANAGEM

Com a eclosão da revolta da Cabanagem, o medo espalhou-se por todo o interior da Província. As escolas foram afetadas diretamente pelo medo da revolta. A instrução pública nascente na região do Baixo Amazonas e Tapajós, foi imersa em um período de suspensão. Não temos como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a Cabanagem¹⁵, no entanto, este movimento popular foi um marco fundamental no período que estamos analisando. Para Melo, a Cabanagem “foi uma guerra proveniente da luta de classes, da condição socioeconômica em que se achava a Província. Foi uma luta do oprimido contra o opressor, da aristocracia luso-paraense contra os marginais paraenses natos” (MELO, 2017, p. 171). Já Vicente Salles, considera importante analisar no movimento a,

Intervenção das classes populares dos campos e das cidades nos destinos políticos do Grão-Pará, com o fim especial de modificar o **status quo**. Sob as mais diversas condições exprimia o descontentamento do povo pela situação existente. Podem-se exibir, extraídas do contexto histórico-social, inúmeras motivações, algumas de raízes profundas, outras que refletem meramente intrigas entre personalidades colocadas na cúpula da classe dirigente. De qualquer forma ressaltam as contradições derivadas do próprio sistema colonial da Amazônia, que transformou Belém num burgo administrativo extremamente oneroso e estéril, sem condições de estender sua ação ao extenso domínio territorial e permanentemente agitado pela política dos interesses mercantis. (SALLES, 2005, p. 295)

¹⁵ Para uma compreensão da Cabanagem em nossa região, entre tantos feitos nos últimos anos, destaco aqui o trabalho da professora Ana Renata R. Lima Pantoja, que fez, em sua tese de doutorado, denominada de “Terra de Revolta”, um resgate dos documentos da antiga Comarca do Baixo Amazonas, documentação essa que hoje está sob os cuidados da UFOPA, no Centro de Documentação do Baixo Amazonas. Neste citado trabalho merece destaque o tratamento da Cabanagem como um movimento rural-agrário tendo, como principais sujeitos, os homens pobres do campo, indígenas, negros e mestiços e suas relações sociais (PANTOJA, 2014, p. 343).

Na verdade, a Província do Pará, ao mergulhar na guerra civil da Cabanagem, também vivenciou uma grave crise econômica. Muitos escravos fugiram e, numa sociedade baseada na mão de obra escrava, a produção diminuiu sem a força produtiva. Com a revolta também cessou a instrução pública na maioria das vilas do interior. Para ilustrar, citamos o caso da vila de Tapajós (como Santarém passou a ser tratada na época), onde o professor público, padre Raimundo José Auzier, que era dono de escravos, cuja família era uma tradicional dona de fazendas produtoras de cacau na região, teve que fugir, buscando refúgio próximo da Capital da Província, passando, depois a lutar contra os cabanos, na região do Baixo Tocantins. Assim também fugiram muitas famílias e pessoas de maiores posses, inclusive o Juiz da Comarca.

Após a Cabanagem, os governantes tentaram mudar a cultura dos rebeldes, criminalizando os cabanos e mudando a cultura, até mesmo em relação ao modo de vida cabano no interior da Província. A ideia de mudar a cultura do povo, após a Cabanagem, pareceu ter dado certo, conforme podemos ver sob o olhar do viajante inglês, Richard Spruce:

A revolta de 1835, durante a qual quem não soubesse se expressar na “língua geral” e tivesse barba era considerado culpado de crime grave e punido com a morte pelos Cabanos, que cuidadosamente extirpavam de seus rostos qualquer vestígio de pelos, tinha ficado para trás, porque agora, em 1849, a moda havia mudado inteiramente, e os nossos tapuias se rejubilavam com os poucos pelinhos esparsos que lhes brotavam no queixo acima dos lábios. Entre eles havia uns dois ou três, em cujas veias certamente devia correr algumas gotas de sangue branco, que não se cansavam de se auto-admirar diante do espelho, alisando suas barbichas como se estivessem cofiando longas e cerradíssimas barbaças. (SPRUCE, 2006, p. 73)

Passado o período da revolta, as pessoas foram, pouco a pouco voltando às suas atividades normais. O governo volta novamente o seu olhar para a Educação na Província, tendo em vista “um esforço mais significativo para atender à premissa de instruir as ‘classes inferiores’ como tarefa fundamental para a criação de uma nacionalidade própria” (DAMASCENO, 2017, p. 41). E dentro deste processo mais amplo, voltado para a construção de uma identidade nacional, no caso específico do Grão-Pará, o governo provincial também concentrava suas forças no apaziguamento dos ânimos rebeldes, que eram convidados a deixar as armas e voltar ao seio da legalidade. Uma atitude que bem reflete o pensamento de que:

Para ser eficaz, toda educação imposta pelas classes proprietárias deve cumprir as três finalidades essenciais seguintes: 1º destruir os vestígios de qualquer tradição inimiga, 2º consolidar e ampliar a sua própria situação de classe dominante, e 3º prevenir uma possível rebelião das classes dominadas (...) a inculcação da ideia de que as classes dominantes só pretendem assegurar a vida das dominadas, e a vigilância atenta para extirpar e corrigir qualquer movimento de protesto da parte dos oprimidos. (PONCE, 1992, p. 36)

A maioria dos Presidentes da Província do Pará, em seus relatórios, falas e discursos, ao tocar no assunto “Instrução Pública” o faziam com muitas lamúrias e lamentações (SAVIANI, 2014). Isso pode ser verificado já no ano de 1838, quando o Presidente da Província, Francisco José de Souza Soares d’Andrea, em seu discurso dirigido à recém-instalada Assembleia Legislativa da Província do Grão-Pará, assim se manifesta:

Pelo uzo antigo de se acceitar para ensinar os primeiros rudimentos a hum menino, huma velha ou hum homem qualquer: e sem muito escrúpulo, se tem conservado o abuso de entender-se que bastão para mestres de primeiras letras homens que mal sabem ler, e de modo nenhum escrever certo, e ainda menos contar. He por isto que lhe tem sido arbitrados ordenados tão pequenos, que só acceitão as cadeiras alguns desgraçados, que nada tem de que vivão ou que nenhuma tenção tem de se empregarem seriamente em tal trabalho. (PARÁ, 1838, p. 34)

Parecia ser fácil culpar os professores como responsáveis pela desgraça existente no interior da Província. Mas ao colocar a culpa nos professores, o governo esquecia de se auto culpar por ter feito, como vimos anteriormente, a implantação das escolas sem dispor de pessoal qualificado para trabalhar com a educação.

Fazer algo que pudesse melhorar as condições de trabalho ou qualificar o professor para o ensino eram apenas boas ideias que, muitas vezes esbarravam na falta de recursos, na politicagem e, até mesmo, na falta de iniciativa de quem ocupava a função de chefe do governo.

Ao passar o comando da província ao seu sucessor, o Marechal Soares d’Andrea, que usou de todos os recursos possíveis para combater os focos de resistência cabana no interior da província, inclusive os recursos financeiros de que dispunha, preferiu dar muito mais ênfase ao estado das coisas na repressão da Cabanagem do que tratar sobre uma eficaz implantação da instrução pública, assim se expressando:

As Escollas Publicas estão geralmente mal providas, ou vagas, pela falta absoluta de Mestres; e por este lado hirá muito mal esta Provincia, em quanto huma Escolla central não instruir e não autorisar por Cartas Patentes os Mestres que devem prehencher as diversas Cadeiras: acabando-se de huma vez com os concursos aonde não ha oponentes. (PARÁ, 1839a, p. 7)

O sucessor de Soares d’Andrea, o doutor Bernardo de Souza Franco, teve a árdua tarefa não somente de pacificar a Província, mas também a de encaminhar a reconstrução da mesma após a revolta cabana. Essa reconstrução não visava somente reconstruir os prédios, igrejas e obras públicas que muito sofreram durante a guerra civil, mas também reconstruir a economia paraense após vários anos de conflitos que colocaram pobres contra ricos, indígenas contra brancos, brasileiros contra portugueses.

Souza Franco considerava lastimoso o estado em que se encontrava a Instrução Pública na Província do Pará (PARÁ, 1839b, p. 4). Em seu discurso de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, sugeriu, entres outras propostas: que as cadeiras das escolas fossem ocupadas provisoriamente por pessoas que recebessem o ordenado inteiro, até que um professor devidamente examinado pudesse se ocupar do ensino; instituir uma Escola Normal que formasse novos professores; considerando ultrapassado o método de Lancaster e os compêndios usados no Grão-Pará. Sugeriu a centralização do ensino com conhecimentos mais modernos; além disso, sugeriu também que, na Província, que não houvesse apenas o ensino de Primeiras Letras, Latim, Lógica e Retórica, mas também, a exemplo de outras nações, houvesse o ensino de Botânica Descritiva e Aplicada (para incentivar o desenvolvimento da lavoura), Geometria, Línguas Estrangeiras, Princípios de Escrituração e Direito Mercantil (para o desenvolvimento dos negócios e comércio), Arte Veterinária (para o desenvolvimento da pecuária) e Geometria Aplicada às Artes (para os que desejam se tornar artistas). Entretanto, para Souza Franco,

primeiro que tudo he mister tratar de viver, e viver com segurança, e com socego, e tranquilidade [sic]; de obstar de todo o modo possível á nova irrupção da força bruta, e desenfreada contra a massa intelligente, illustrada, e pacifica; desenfreamento, e irrupção, que he sempre o rezultado das pequenas desobediencias não contidas, das tentativas de sedição, e do desrespeito dos inferiores para com os Superiores. (PARÁ, 1839b, p. 5)

Souza Franco demonstrava crer que a instrução na Província servirá para criar não somente uma sociedade apta para o trabalho, mas também pacífica aos ideais dos governantes. Uma educação que favoreça não a liberdade para o livre pensar e agir, mas uma subserviência ao poder constituído. É um pensamento dominante na mentalidade dos governantes da época: uma instrução que sirva para controlar os impulsos reacionários e também que favoreça a produção e o comércio e assim favorecer o “crescimento” do Estado.

Ou seja, não era necessário somente manter a paz, mas também incentivar o crescimento econômico e a Instrução Pública era vista pelo governo como a grande aliada nessa retomada de crescimento econômico. Contudo, não havia um projeto claro para favorecer o crescimento da instrução na Província. Nem sequer havia organização do ensino.

Agrava-se ainda o fato de que em 1834, com a transferência da responsabilidade do Governo Central para os Governos Provinciais, muitos deles não preparados para enfrentar a realidade local, pois eram nomeados pelo Governo Central, vindos de outras Províncias, sem conhecer a realidade da Província que estavam assumindo o governo. Uma leitura atenta dos diversos “Relatórios”, “Falas”, “Exposições”, “Discursos” feitos pelos governantes da Província demonstram que, mesmo reconhecendo a importância da instrução pública, o governo

não demonstrava, na prática, soluções viáveis que pudessem firmar a educação como a prioridade na produção dos resultados esperados de instruir o povo mais pobre.

Depois da Cabanagem, pelos próximos 50 anos, do ponto de vista administrativo, alguns passos eram dados. O primeiro deles aconteceu logo no ano de 1840. Sabendo das limitações existentes por conta da centralização das decisões sobre a Instrução Pública nas mãos da presidência, o governo da Província decide criar o cargo de Diretor da Instrução:

Trinta e sete escolas de primeiras letras, Senhores, necessitaõ de um centro, que naõ seja o Governo, ao qual dirijaõ todas as suas requizições, manifestem as suas necessidades, envien os mappas, e quadros estatísticos exigidos pelo Governo por intremedio [sic] desse mesmo centro. No passado relatório se vos mostrou a necessidade desse ponto de unidade, pedindo-se-vos a criação de um Director da Instrucção primaria. A esse Director deve competir por si, ou por intermedio de delegados, a inspecção e fiscalizaçã das escolas, a organizaçã dos seos regulamentos internos, o regimem e methodo pratico do ensino, a escolha dos compendios, e modellos &, submettendo tudo á approvaçã do Prezidente da Provincia. A nomeaçã para semelhante emprego deve recahir sobre um cidadão conhecido por seos conhecimentos, sua habilidade, e amor decidido ás couzas publicas, que tome á peito concorrer para o melhoramento da Instrucçã. O Governo fará tudo para que com semelhante nomeaçã, cazo a aproveis, se satisfaça a publica expectaçã. (PARÁ, 1840, p. 22-23)

Como podemos ver acima, o cargo de Diretor da Instrução Pública, atraía sobre si uma grande responsabilidade. Citando o “amor às coisas públicas” o presidente parece ter preferido omitir “o conhecimento da realidade educacional”. Ou seja, ao criar um cargo que, pela sua importância, precisaria ter à frente um pedagogo ou pessoa que tivesse um notório saber do trato da Instrução Pública, parece-nos que o cargo criado visava atender muito mais à burocracia do governo (inspeção e fiscalização) do que o fortalecimento de um ensino que fosse capaz de atender à realidade social e econômica da Província.

Um fato que acontece neste mesmo ano de 1840 é o desejo do Governo da Província que volta a insistir sobre a necessidade de construção de uma Biblioteca Pública para a capital da Província (além de outros melhoramentos públicos). Contudo, quanto ao interior, entretanto, parecia ser desprezado em sua importância, conforme as próprias palavras do Presidente: “muitos obstaculos ainda retardaráõ os progressos da instrucção nesses nossos extensissimos certoês, mas delles naõ cumpre agora tractar, nem parece tempo opportuno para os prevenir” (PARÁ, 1840, p. 23). Ou seja, apesar de reconhecer os problemas, o governo preferia ignorar ou deixar para que fossem resolvidos mais tarde, privando o interior da Província da tão sonhada educação de qualidade e concentrando seus esforços para atender a elite regional da capital.

Foi ainda durante o governo de Bernardo de Souza Franco, através da Lei nº 97, de 28 de junho, oferecendo uma nova normatização da Instrução Pública da Província. Esta Lei

Provincial garantia, entre outras coisas: o ensino público gratuito para todos os cidadãos (Instrução Primária); as escolas provinciais teriam duas classes de estudo; garantia a criação de ensino para mulheres, com disciplinas auxiliares para as mesmas; adotava o método de ensino mútuo (do Barão de Gerando) e condicionava o governo provincial a fazer a doação de material didático para as escolas em diálogo orçamentário com os professores das mesmas (DAMASCENO, 2017, p. 43-44).

O ensino secundário, seria dado no Lyceu (que deveria existir somente na capital da Província) com os cursos de Humanidades e Comércio e, para o interior, seriam criadas escolas nas vilas de Bragança, Cametá, Macapá e Santarém (DAMASCENO, 2017).

Apesar de esta lei garantir que a Instrução Pública Primária deveria ser aplicada a ambos os sexos, é importante salientar de que a educação de meninos e meninas não era tratada da mesma forma e nem com a mesma prioridade. A sociedade da época era pautada por uma rígida estrutura patriarcal, pouco se admitindo exceções. Os meninos deveriam ser educados para assumirem os negócios da família, e as meninas seriam educadas para serem boas mães, boas devotas da igreja, boas cozinheiras, bordadeiras, costureiras, e demais prendas necessárias ao lar. Não se vislumbrava nenhuma independência econômica do sexo feminino: nenhuma família pensava em ter uma boa médica, advogada, vereadora, deputada ou mesmo comerciante ou fazendeira. O máximo que uma mulher podia vislumbrar para seu futuro era ser uma boa esposa ou, no máximo, professora. Mas, essa ideia não pode ser aplicada de forma geral para todas as classes, por exemplo:

Para as meninas e mulheres das elites, o modelo de formação predominante consistia na aprendizagem de saberes dirigidos à administração da vida familiar, bem como a aquisição de normas de conduta e hábitos de civilidade e sociabilidade, cujos paradigmas eram apropriados da cultura urbana e burguesa européia, o que resultava na valorização da aprendizagem de línguas estrangeiras, sobretudo a francesa, além da música, do canto e da dança de salão. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 201)

Já as meninas pobres, as meninas indígenas, escravas, mestiças, para as meninas das massas camponesas que moravam nos campos, tinham sua educação dada aos cuidados de uma mulher mais velha que as ensinava a prática dos trabalhos caseiros ou do campo (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 202). Muitas delas jamais aprenderiam a ler ou escrever, até porque o acesso a livros também eram uma coisa rara, principalmente nos meios rurais, como veremos mais adiante.

Apesar do desejo de se valorizar a instrução pública, por meio das leis criadas, a realidade provava ser bem diferente. Ao longo da década de 1840, veremos que nem sempre a

ideia vigente na cabeça dos governantes ou legisladores é aplicável à vida do povo, como nos informa Damasceno, que ao analisar a aplicação da Lei Provincial de 1841 nos diz que

seria de se esperar que algumas transformações mais profundas fossem implementadas no quadro geral da educação na Província. Porém, nos anos posteriores, o que se observa são manifestações de insatisfação e frustração em relação ao que precisava ser feito e não o foi. Boas referências dos resultados que advieram da promulgação e da implementação da referida Lei são os discursos dos dirigentes da Província, dando conta das supostas pretensões ou realizações de suas gestões. (DAMASCENO, 2017, p. 46)

Um dos poucos resultados da supracitada lei que tentou organizar a Instrução Pública na Província foi a instalação, na capital, do Liceu Paraense, ocorrida em 17 de janeiro de 1842. Com isso, a elite da Capital da Província conquistava um espaço para seus filhos terem acesso à instrução. No que tange à realidade do interior, entretanto, assim se manifestava o governo provincial naquele mesmo ano:

A instrucção. primaria tem igualmente melhorado, e o attesta o n.º dos alumnos das escolas publicas, e particulares, superior ao dos annos anteriores, como se vê do mappa appenso. Com tudo está longe ainda de ser satisfatorio como vereis do relatorio do Director da Instrucção Publica, que, Membro da Caza, poderá dar-vos mais amplos, e detalhados esclarecimentos. São cauzas de seu atrazo a impericia, e desleixo de alguns Professores; a falta dos Pais, e Directores da mocidade em os não convencerem ou obrigarem á frequentar as escolas; e a summa pobreza de alguns alumnos, que não tem meios para comprar compendios, papel, penas, tinta, e mais objectos precizos para seu ensino. A inhabilidade dos Professores ir-se-ha remediando com o andar dos tempos, e com a mais severa exactidaõ nos exames, que se fazem aos que se apprezentaõ requerendo cadeiras: cumpre, que ajudeis esta medida authorizando o Governo para poder fazer inspeccionar as escollas do interior pelo Juiz de Paz, Subdelegado, Delegado, ou Juiz Municipal conforme mais conveniente fôr. O desleixo, ou culpa dos Pais, que se não interessão no adiantamento de seus filhos pódern ser punidos com penas decretadas em posturas das Camaras Municipaes, e teraõ emenda aquelles, que assim desconhecem os deveres da paternidade, e que a mais santa obrigação de um Pai he velar cuidadosamente na educação, e ensino de seus filhos. Para suprir athe certo ponto as precizões dos alumnos pobres ha na lei de Orçamento em vigor quantia votada; mas á espera de informações sobre o n.º dos discipulos das escollas do Interior para a distribuir visto que he modica, e apenas suficiente para satisfazer as requizições de um decimo dos Professores, faltou o dinheiro aos Cofres, e nada tenho feito pagar por não poder ser igual, e justo para com todas as escolas. (PARÁ, 1842, p. 12-13)

O texto acima ressalta que o governo provincial analisava a melhoria da instrução pelo aumento do número de escolas públicas que iam sendo criadas, mas cuja instalação e funcionamento ainda parecia ser muito precário. Já aparecem neste discurso alguns dos problemas que vão permanecer ao longo dos anos do período do império e que vamos aprofundar mais à frente, pois, apesar de a segunda metade do Século XIX apresentar um cenário de transformações para a Instrução pública na província do Grão-Pará, veremos que algumas dificuldades teimariam em persistir.

As reformas de 1841 não tiveram tanto impacto positivo no campo da realidade educacional da província. Por isso, no início da década de 1850, aconteceu uma nova tentativa de reformar a Instrução Pública, por meio da promulgação da Lei Provincial Nº 203, de 27 de outubro de 1851. Quando, em 1858, o Diretor da Instrução Pública da Província do Grão-Pará, o padre Felix Barreto de Vasconcelos, dirige um ofício¹⁶ ao Presidente da Província, major Manoel de Frias e Vasconcellos, esta citada lei de 1851 ainda é citada para mostrar que

a instrução primaria desta Provincia dividida em dois grãos. No 1º ensina-se a ler, escrever, arithmetica até proporções, grammatica e orthographia pratica, e noções dos deveres moraes e religiosos. No 2º ensina-se a ler, escrever, arithmetica com applicações ao commercio, geometria pratica, grammatica nacional, noções geraes da historia e geographia do imperio, noções dos deveres moraes e religiosos, e leitura da constituição e do codigo penal do imperio. Nas escolas do sexo femenino, segundo o artigo 6º da citada Lei, se ensina a ler escrever, grammatica e orthographia pratica, arithmetica até as quatro operações, noções dos deveres moraes e religiosos, e os misteres proprios da educação do sexo. (VASCONCELLOS, 1858)

Neste mesmo ofício, encaminhado ao Presidente da Província, Manoel de Frias e Vasconcellos, o citado Diretor apresenta três dificuldades que o citado Presidente deveria sanar na Província. Eles se revelam ser semelhantes aos já citados pelo Relatório de 1842. E, pragmaticamente, se revelam persistentes no final do império, quando o presidente da província, Dr. Antônio José Ferreira Braga, citou a tão infame “Trindade Negativa¹⁷” (PARÁ, 1889d, p. 6) na qual se espelhava toda a Instrução Pública no Grão-Pará.

2.1. As dificuldades domésticas para a Instrução Pública

Na “Trindade Negativa” de 1889, esta dificuldade se reflete na frase: “O Pará tem falta de alunos”. O já citado Diretor de Instrução Pública, em 1858, considera esta dificuldade como um dos fatores que ocasiona o grande atraso da Instrução Pública na Província a “educação doméstica”¹⁸, ou seja, a educação que se aprende “dentro de casa”, onde:

¹⁶ Ofício do Diretor da Instrução Pública do Grão-Pará ao Presidente da Província, major Manoel de Frias e Vasconcellos, de 20 de dezembro de 1858, que se encontra no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹⁷ As três negações elaboradas por este Presidente da Província, quase ao fim do período do regime imperial, consistem em: O Pará não tem alunos; o Pará não tem professores; o Pará não tem escolas. Apesar de terem sido elaboradas no fim do Império, podem representar uma síntese do que se apresenta como drama da Instrução Pública na Província do Pará ao longo dos anos do Império.

¹⁸ Ofício do Diretor da Instrução Pública de 20 de dezembro de 1858.

Em geral os filhos se corrompem na casa paterna com o leite remoso de péssimos exemplos e doutrinas subversivas da religião e da moral. Sahidos dahi eirados de vícios e prejuizos de familia, com os corações estragados, acostumados ou a um rigor estúpido, ou a huma condescencia mal pensada, bem poucos são os que se amoldão á disciplina de uma escola, e ahi se preparão para serem um dia uteis a si e a sociedade. (VASCONCELLOS, 1858)

Não se trata apenas de se considerar o ponto de vista moral, como bem aponta o responsável direto pela Instrução Pública na Província do Pará, mas também de verificar as relações familiares com a estrutura social do interior da Província.

Como já vimos anteriormente, a região do Baixo Amazonas e Tapajós era uma região de produção agrária. Nas plantações de cacau era preciso fazer a limpeza e controle de pragas, cuidar da colheita, do preparo dos frutos para extrair as sementes que eram secas, torradas para serem vendidas ou transformadas em chocolate, que era vendido em barras. Nas fazendas de gado era preciso cuidar dos animais, do pasto, da ordenha, da fabricação de queijo e manteiga, além de outros cuidados que a criação necessitava.

Como conciliar o trabalho familiar na estrutura agropastoril do século XIX, com as distâncias e o tempo que era necessário dispor para cuidar da plantação e das criações, com o tempo necessário para aprender as matérias oferecidas pela escola? Essa pergunta parecia não passar pela mente do Diretor de instrução pública que, em seu ofício¹⁹ apontando este problema apenas do ponto de vista moral:

Como ter amor ao trabalho, sem o qual senão consegue a instrução, o menino nascido e creado na ociosidade e estupidez, o menino, a quem seus pais lhe recommendão que não obedeça ao seu mestre, que não aceite as suas reprehensões e os seus castigos, como infelizmente acontece ainda entre nos? Quem não sabe arte, não a estima, disse o insigne Camões, e é por isso que attribuo a uma grande parte dos nossos pais de familia o motivo do embrutecimento, em que vive a maior parte da nossa população. E este gravissimo mal, de que tenho fallado, não fica somente aqui: elle vai mais longe ainda. Pois existem por toda esta Província pais, que muito de proposito não querem que seus filhos se instruão, para que nunca possam servir de testemunhas em um processo, de jurados, de magistrados públicos H!!! Pais tãobem existem que apenas o menino vai sabendo firmar seu nome, para logo o tirão da escola, entendendo nada mais lhe ser necessario, para que se dê por prompto nas materias do ensino primário. (VASCONCELLOS, 1858)

Aqui reside o ponto chave da primeira “Trindade Negativa”: a evasão escolar. De fato, mais adiante, poderemos contemplar que, houve anos que a evasão chegava perto dos 50%. Diante da pergunta “o que provocava a evasão escolar?” ou ainda “como solucionar essa situação”, vemos o Diretor tocar em um ponto importante para que possamos refletir:

¹⁹ Ofício do Diretor da Instrução Pública de 20 de dezembro de 1858.

Eis aqui, Ex.^{mo}. Senr, uma das causas mais poderosas da pouca frequencia, que geralmente se encontra nas nossas escolas publicas, e isso em despeito do que dispõe o § 2º do artigo 25 da Lei, de que acima fallei, que manda impôr uma multa de dez a trinta mil reis a toda pessôa que tiver meninos á seu cargo e lhes não dêr a instrucção primaria nas escolas publicas ou particulares. Essa Lei tem sido e continuará a ser letra morta entre nós. Sim: que multa se hade impôr á um miserável, a um desvalido, que nada possúe? A uma pobre mulher, por exemplo, que vive de esmolas? (VASCONCELLOS, 1858)

Esse questionamento toca em uma realidade palpável, principalmente no interior da Província: a pobreza da população. Ora, se a Escola era pública e o ensino era gratuito, que motivo levava a pouca matrícula e grande evasão de alunos? De fato, se faltava pão na mesa das crianças, como elas iriam se concentrar na aprendizagem? Se faltavam recursos pecuniários para comprar uma roupa decente para frequentar a escola, como participar de forma a se sentir tratada com dignidade? Se nem mesmo o governo tinha recursos para suprir as escolas com material escolar e nem mandava fazer bibliotecas públicas que favorecessem a leitura nos mais longínquos recantos da Província, como um pai ou mãe de família poderia manter um filho na escola tendo que arcar com essa despesa, quando muitas vezes, o pouco que recebiam mal dava para sua subsistência?

De fato, sendo a pobreza a causa maior da evasão escolar²⁰, para o Diretor da Instrução Pública, ao sugerir uma solução para o problema da “educação doméstica”, não aponta para sanar a pobreza da população, mas, ao contrário, propõe o engajamento militar dos meninos²¹ pobres na Escola de Aprendizes da Marinha. Solução essa que esbarrou nas intrigas políticas existentes, principalmente, no interior da Província:

Tendo eu, logo no começo da minha Directoria, levado estas reflexões à consideração da Presidencia, obtive uma ordem, para que me fossem remetidos do interior, com destino a terem praça na Companhia de aprendizes marinheiros todos aquellos meninos, cujos pais e educadores os não mandassem ás escolas. Esta medida ia produzindo bem bons resultados, a vista dos quaes levantou-se o espirito de partido, appareceu a lucta entre algumas authoridades policiaes e Delegados da instrucção publica, e o despeito foi calar-me de minha parte, a fim de não actirar o fogo da discordia, que já ia se ateando, apesar das incessantes providencias que eu pedia ao Governo á semelhante respeito. Ora, VEx.^a sabe, como é que as authoridades locaes, no nosso paiz, costumão cumprir as Ordens do Governo. Cumprem umas com grande alarde, e deixão de cumprir outras com o mais criminoso desprezo, segundo os seus fins políticos, as suas vistas e os seus interesses. (VASCONCELLOS, 1858)

²⁰ Segundo as estatísticas oficiais do Governo para o ENSINO PRIMÁRIO: em 1861, a matrícula inicial era de 3.736 alunos; em 1862, a matrícula foi de 3.552; em 1863, a matrícula foi de 3.369 alunos, sendo que 660 dessas matrículas eram do sexo feminino. Os dados apontam uma diminuição crescente das matrículas, conforme a extração da goma elástica vai se firmando pela Província (PARÁ, 1863, p. 92).

²¹ Aqui, novamente, se faz evidente o tratamento diferenciado entre a educação de meninos e meninas.

Diante desta realidade apresentada pelo agente governamental, não poderíamos deixar de fazer um contraponto, apresentado por Aníbal Ponce:

Nessa ocasião, como em muitas outras, salta aos olhos a agudeza de uma observação de Marx: quanto mais alquebrada estiver a ordem das coisas, mais hipócrita se torna a ideologia da classe dirigente. A burguesia não só deixou correr algumas lágrimas sobre a desgraçada causa da infância, como ainda responsabilizou o “abandono culpável dos pais” pelo ocorrido. Como se, antes de decidir-se a “proteger”, com leis nunca cumpridas, o desamparo das crianças operárias, não tivesse essa mesma burguesia quem primeiro destruiu as antigas condições familiares. (PONCE, 1992, p. 151)

No caso de nossa região, a classe dirigente culpava os pais trabalhadores do campo, sem se importar com as condições de vida, as dificuldades com o transporte, a distância, e a preocupação com a subsistência familiar que levavam os pais a ver nos filhos uma ajuda, mão de obra necessária para auxiliar nos trabalhos e na renda doméstica.

O governo provincial nem sequer levava em conta os pais mortos na cabanagem, ou que foram obrigados a se alistarem no exército. Se constata a pobreza, mas não se constata as suas causas. Nem se faz nada para resolver essa situação de tirar o pobre de sua pobreza. É mais fácil para o governo criar estruturas de fiscalização e de punição dos pais (e também dos professores) do que criar mecanismos que proporcionem capacidade de superar a miséria e adquirir meios de acesso ao ensino público.

Essa situação não melhorou nada nas décadas seguintes, pelo contrário, quando adveio a exploração da borracha, as diferenças sociais entre o pobre e o rico aumentaram ainda mais, aumentando também a exploração e a miséria do povo.

2.2. As dificuldades do magistério.

Estas dificuldades foram expressadas na seguinte frase da “Trindade Negativa”: O Pará tem falta de professores (PARÁ, 1889d, p. 6). Vamos considerar aqui os dois tipos de dificuldades encontrados em nossa pesquisa com relação ao magistério. O primeiro tipo são as dificuldades apontadas pelo Estado com relação ao magistério. O segundo tipo são as dificuldades encontradas pelo próprio magistério em si para o exercício de sua profissão. A primeira dificuldade é bem visível nos documentos oficiais do Governo (Falas, Relatórios, Exposições, etc.). Já a segunda é constatada em notícias de diversos jornais.

A carência de professores para o exercício do magistério é uma dificuldade que pode ser constatada nas falas do governo, principalmente quando se trata em conseguir professores

para as escolas das vilas e lugares importantes do interior da Província. Como já foi visto anteriormente, pessoas que se apresentavam para dar as aulas no interior, muitas das vezes mal sabiam ler e escrever. Diante desse quadro, ao invés de criar mecanismos para formar professores para o interior, o que faz o governo? Apela para uma solução paliativa: aproveitar pessoas que, na época eram funcionários públicos²² e letrados, para exercerem a função de professores de primeiras letras: os padres. Ainda em 1840, aliando a instrução como promotora da paz pública, já havia a sugestão de utilizar os padres para suprir a carência de professores:

Eu dice, Senhores, que a instrucção nem se acha animada, nem bem dirigida. É esta uma verdade sem duvida doloroza, mas por este incidente não é responsavel a Authoridade publica. A instrucção é filha da paz publica e da tranquillidade dos espiritos, e não era possivel, que no estado vertiginoso, que por algum tempo desgraçou a Provincia, se curasse de mais do que de restituir-lhe esse descanso, que produz as sciencias, e as fortunas. É tal a nossa situação, que nem homens ternos para occupar esses lugares, o que fez necessario empregar os Parochos interinamente, em alguns dos quaes, supposto eu reconheça alguma habilitação para o regimen, não encontro com tudo urna vida izenta de outras distracções, qual se quer para o magistério. (PARÁ, 1840, p. 20)

Esse tema é ainda constante no ano seguinte:

Quanto ao provimento das cadeiras de 1^{as}. letras, poucas são ainda as que tem Professores examinados por falta de pessoas habeis; estão quazi todas dirigidas por Professores interinos, e algumas tambem pelos Parochos das Freguezias a quem por certo não faltará a precisa capacidade, mas que nem todos podem bem desempenhar as funções deste Ministerio, obrigados a partir a todo o instante para os diversos pontos da Parochia a desempenhar seus mais importantes deveres Parochiaes. Tambem existia o abuzo de sahirem (20) os Professores publicos do Districto com licença das Camaras Municipaes, o que tenho prohibido, pois taes licenças so pode conceder o Prezidente da Provincia. (PARÁ, 1841, p. 19-20)

É por isso, que vemos muitos padres exercendo a função de professores ao longo do império. O padre “já vinha pronto”. Sabia ler e escrever. Por conta do “Padroado” eles já eram funcionários públicos, restando apenas ao Estado ordenar que os mesmos acumulassem as funções de cuidar de suas paróquias e de dar atenção para Instrução Pública. Do ponto de vista estatal, essa era uma solução simples e “barata” para sanar uma das dificuldades para o fracasso da instrução pública na Província do Grão-Pará.

Apesar das abnegadas ideias do governo da Província do Grão-Pará, apresentadas nos documentos oficiais, muitas delas transformadas em Lei pela Assembleia Provincial, na década de 1840 a região do Baixo Amazonas e Tapajós não viu grande desenvolvimento da Instrução

²² Na época, pelos acordos existentes entre a Santa Sé e o Império do Brasil, a Igreja Católica era regida pelo sistema de “padroado”. Nesse sistema, os padres eram funcionários públicos pagos pelo Estado e estavam a serviço dele, porquanto a Religião Católica era a Religião Oficial do Estado, as paróquias e párocos eram mantidas economicamente pelo mesmo Estado.

Pública. As escolas de educação primária estavam estabelecidas somente em seis vilas: Santarém, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Faro e Vila Franca. Algumas delas viviam vagas e a maioria possuía professores interinos.

Na realidade, em 10 anos, somente um professor vitalício assumiu uma cadeira pública na região. As aulas eram dadas somente aos meninos (apesar de a Lei nº 97, de 28 de junho de 1840, ter criado escolas para meninas, elas nunca foram implantadas ao longo de uma década) e os dados de matrícula muitas vezes não eram enviados ao governo pelos professores, conforme podemos constatar no quadro abaixo:

Quadro 2 – Educação primária no Baixo Amazonas e Tapajós: situação entre os anos 1840-1849

Ano	Lugar	Professor (a)	Situação	Alunos Masc.	Alunos Fem.
1840	Tapajós*	Vaga			(b)
	Óbidos	Mariano Sabino da Silva	Interino	73	(b)
	Monte Alegre	José Ferreira de Lacerda	Interino	(a)	(b)
	Alenquer	Joaquim Quaresma da Silva	Interino	(a)	(b)
	Faro	João Marcellino do Valle	Interino	(a)	(b)
	Vila Franca	Vaga			(b)
1841	Tapajós	Caetano Brandão da Fonseca Zuzarte	Interino	(a)	(b)
	Óbidos	Mariano Sabino da Silva	Interino	73	(b)
	Monte Alegre	José Ferreira de Lacerda	Interino	(a)	(b)
	Alenquer	Joaquim Quaresma da Silva	Interino	(a)	(b)
	Faro	João Marcelino do Valle	Interino	(a)	(b)
	Vila Franca	João Francisco de Souza	Interino	(a)	(b)
1842	Santarém	Caetano B. da Fonseca Zuzarte	Interino	70	(b)
	Óbidos	Mariano Sabino da Silva	Interino	35	(b)
	Monte Alegre	José Ribeiro Milagre	Examinado	7	(b)
	Alenquer	Joaquim Quaresma da Silva	Interino	20	(b)
	Faro	João Marcelino do Valle	Interino	(a)	(b)
	Vila Franca	João Francisco de Souza	Interino	(a)	(b)
1843	**				
1844	**				
1845	**				
1846	**				
1847	**				
1848	Santarém	João Henriques Barrozo Virgolino	Interino	(a)	(b)
	Óbidos	Marianno Sabino da Silva	Interino	20	(b)
	Monte Alegre	Padre José Vicente de Carvalho Penna	Vitalício	12	(b)
	Alenquer	João Caetano Pereira	Interino	18	(b)
	Faro	Padre João Monteiro da Cunha	Interino	14	(b)
	Vila Franca	Custódio Pires Garcia	Interino	(a)	(b)
1849	Santarém	Domingos José Rabello	Interino		(b)
	Óbidos	Marianno Sabino da Silva	Interino	24	(b)
	Monte Alegre	Padre José Vicente de Carvalho Penna	Vitalício	21	(b)
	Alenquer	José Caetano Pereira	Interino	29	(b)
	Faro	Padre João Monteiro da Cunha	Interino	12	(b)
	Vila Franca	Custódio Pires Garcia	Interino	12	(b)

Fonte: Relatórios dos presidentes da Província do Pará entre 1840-1849.

Notas: *Desde 1833, a Vila de Santarém passou a ser denominada Vila de Tapajós. **Não encontrei dados nos documentos pesquisados. (a) O professor responsável não mandou a estatística com as informações ao Governo da Província; (b) Não há, apesar de criadas por lei, escolas para meninas.

Se a situação da educação primária na região já apresentava deficiência para a implantação da Lei que garantia uma instrução pública para todos, a educação secundária era ainda mais ausente no meio da população da região. Somente em Santarém havia uma escola pública secundária, que vivia vaga em muitos anos e que foi ocupada somente por dois professores ao longo de uma década, um deles vitalício e outro interino e, a exemplo do que acontecia no ensino primário, as aulas também eram dadas somente aos meninos, conforme podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 3 – Educação secundária no Baixo Amazonas e Tapajós: situação entre os anos 1840-1849

Ano	Lugar	Professor (a)	Situação	Alunos Masc.	Alunos Fem.
1840	Tapajós*	Vago	–	(a)	(b)
1841	Tapajós	Vaga	–	(a)	(b)
1842	Santarém	Bento Manoel de Carvalho Pinheiro	Examinado	(a)	(b)
1843	**				
1844	**				
1845	**				
1846	Santarém	Padre Raimundo José Auzier	Interino	(a)	(b)
1847	Santarém	Padre Raimundo José Auzier	Interino	(a)	(b)
1848	Santarém	Bento Manoel de Carvalho Pinheiro	Vitalício (c)	16	(b)
1849	Santarém	Bento Manoel de Carvalho Pinheiro	Vitalício	5	(b)

Fonte: Relatórios dos presidentes da Província entre 1840 – 1849.

Notas: *Desde 1833, a Vila de Santarém passou a ser denominada Vila de Tapajós. **Não encontrei dados nos documentos pesquisados. (a) O professor responsável não mandou a estatística com as informações ao Governo da Província; (b) Não há escolas secundárias para meninas; (c) Salário anual de 600\$000 – seiscentos mil réis.

Em uma breve comparação com o número de matrículas no ensino primário, percebemos que havia um baixo número de alunos que conseguiam o acesso ao ensino secundário. Além disso, assim como no quadro anterior, do ensino primário, não acontecia o envio de dados relativos à matrícula de alunos das escolas.

Os quadros anteriores também nos mostram que, se havia dificuldades em conseguir professores qualificados na capital da Província, essa dificuldade era ainda bem maior no interior. Mesmo apelando para suprir esta carência de mão de obra com a utilização do clero local, o governo do Grão-Pará ainda continuaria o lamento sobre a questão da dificuldade em nomear professores para as escolas públicas. Falando sobre este desafio, que dificultava sobremaneira a implantação definitiva do ensino primário na Província, o governo provincial assim se manifestava, em 1845:

Duas causas tem poderosamente concorrido para este máo estado das escolas do ensino primario. A primeira é a falta de pessoas habilitadas com os conhecimentos, que a Lei exige para regerem as Escolas; porque alem de não termos superabundancia dellas, as que os possuem, buscão de ordinario profissões mais lucrativas; e os meios de attrahi-las tãobem faltão: daqui a necessidade, em que o Governo se tem visto de prover as Escolas de Professores, em quem apenas suppoem huma ou outra habilitação para as não deixar em total abandono, e privada a mocidade do ensino e instrucção possíveis. (PARÁ, 1845, p. 10-11)

Essa dificuldade, entretanto, persistiria ainda muito tempo, principalmente no interior, como é apontada pelo Diretor da Instrução Pública (ele também um padre), em 1858:

Temos um bem crescido numero de escolas de ensino primario dessemnadas por toda Provincia, mas quantos Professores teremos nós, que mereção este honroso título? Todos elles, com mui raras excepções, ou não tem as habilitações precisas, ou se as tem, não cumprem seus deveres. A distancia dos lugares, em que habitão, concorrem para que não temão a acção da authoridade superior, e se corrijão de seus erros e defeitos. A exiguidade do ordenado, que se lhes paga, é motivo para que recusem o magisterio as pessôas, que por suas habilitações o devião occupar, e para que aquelles que o occupão, continuamente se distraião do cumprimento de seus deveres para tratarem de outros meios de ganharem o pão. A circumstancia de serem interinos a maxima parte d'elles, e de não contarem por isso com uma garantia, com um futuro, leva-os tambem á serem muito francos em impetrarem licenças, e em terem até o arrojo de as tomar por suas proprias mãos, sem se importarem mesmo das consequencias de uma responsabilidade. Em uma palavra: o mesmo atrazo da instrucção da Provincia permite que estejam as nossas escolas geralmente mal servidas. Para remediar este mal, o primeiro passo a dar é convidar-se por meio de um sufficiente ordenado a pessôas habilitadas para o magisterio. VEx^a sabe que um moço, que por suas habilitações pode lucrar para mais de um conto de reis em qualquer casa de commercio, ou mesmo em qualquer repartição publica, se não hade sujeitar ao modico ordenado de quatrocentos mil reis, para com elle alugar uma caza, sustentar-se e vestir-se com decência. (VASCONCELLOS, 1858)

O texto acima aponta que a carência de professores, em si, não era o único problema ligado ao magistério. O problema tinha início a partir do momento em que o Estado não cuidava com ênfase da formação de professores. E, quando a Escola Normal foi implantada para tentar solucionar essa questão, atendia somente à capital da Província. Primeiramente, a formação deveria servir à classe dirigente da província e manter a ordem e formação de mão de obra disponível à elite da capital. Para a elite do interior, só restava enviar os filhos para estudar no Liceu da capital, o que implicava em recursos que somente estavam ao alcance de grandes proprietários, fazendeiros e comerciantes do interior.

Ao salientar que os professores do interior não temiam punições por conta das grandes distâncias territoriais da Província, o Diretor da Instrução Pública também coloca que tais pessoas veem o magistério como fonte de recursos, e de poucos recursos, pois o Estado, ao ver a educação como gasto e não como investimento, não se obriga a ter condições de pagar um ordenado que seja suficiente para prover os agentes do magistério condignamente.

Ganhava um professor 400\$000 (quatrocentos mil réis) por ano²³. Parece muito, mas não é. Haviam disparidades. O próprio Diretor da Instrução Pública, assim como o Diretor do Lyceu da Capital recebiam, em 1859, o salário de 1:800\$000 mais a gratificação de 600\$000, perfazendo o total anual de 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis), seis vezes mais que um professor, e isso sem terem que “tirar do próprio bolso” para pagarem pelo aluguel das escolas ou fornecer material de sua própria economia aos seus alunos (PARÁ, 1859, p. 39).

Essa questão ainda seria persistente, como bem podemos ver na palavra do Presidente da Província do Pará, Joaquim Raymundo de Lamare, em 1867:

Para as cadeiras vagas ha sempre muitos pretendentes; mas estes pela maior parte, ou quasi todos; as procurão mais pela necessidade de terem um arranjo honesto do que por vocação, e poucos são os que estão habilitados para desempenharem o logar. Além d'isso, o espirito de partido que é sempre máo conselheiro, muitas vezes faz arredar da concurrencia e mesmo da cadeira de professor um homem de bem e de capacidade para substituil-o por um inepto. É impossível que da instrucção dada por professores d'esta qualidade possa resultar um bem real para o paiz. Si se quer uma mocidade bem educada; uma geração nova morigerada, é preciso banir do seio da instrucção publica toda a influencia malefica, pôr em pratica a mais severa imparcialidade no provimento das cadeiras e attrahir para ellas homens instruidos, morigerados e de vocação, bons mestres, enfim, porque estes são como segundos paes da juventude. Não se pôde, é certo, conseguir tudo isso d'uma vez e em breve tempo, senão lentamente e á força de perseverança; mas é preciso principiar essa tarefa, e para principiar me parece que o primeiro passo a dar é acoroçoar a classe dos professores por meio de garantias capazes de assegurar o seu futuro ou de sua familia. Essas garantias estão principalmente na retribuição do trabalho por vencimentos vantajosos, na recompensa dos serviços por aposentações proporcionaes do professor e por premios rasoaveis á sua familia, quando falleção em pobreza. Sei que isto importa pesado onus aos cofres públicos; mas tambem importa muito ao futuro da mocidade e á civilisação da Provincia, além de que esta se reputaria feliz si tivesse de remunerar, frequentemente e com justiça os bons serviços dos primeiros educadores dos seus filhos. Convem pois que tomeis em consideração esta necessidade. (PARÁ, 1867, p. 35)

Como podemos ver acima, novamente o Estado reconhece o seu papel e do que precisa fazer cumprir para alavancar a instrução pública através do melhoramento de condições da vida dos professores. No entanto, o texto evidencia um problema que está na raiz desse atraso e que voltaria à pauta vez ou outra: o espírito de partido. Esse espírito, antes da Cabanagem vivido entre os Caramurus e os Filantrópicos, é vivenciado, no segundo reinado, entre os Liberais e Conservadores. A alternância do poder entre ambos, ao invés de contribuir para um melhoramento da qualidade da educação, traz consigo um prejuízo contínuo, o da instabilidade. Alie-se a isto o pouco salário, já citado anteriormente e temos um círculo viciante de problemas

²³ Em valores atualizados em 2020, isto seria equivalente a R\$ 49.200,00 anuais ou R\$ 4.100,00 mensais. Parece muito, mas desconte-se daí o aluguel das casas que serviam de escola e mais da metade do dinheiro já estaria comprometido. Conferir <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> (acesso em 07/10/2020).

educacionais ao longo do período do Império e que, vez por outra, voltam à tona nos discursos dos governantes, sem, contudo, se tocar nas remediações necessárias para sanar este mal.

Vale a pena mencionar um outro problema, relacionado ao pouco salário: o atraso nos pagamentos. Em 11 de fevereiro de 1847, foi autorizado o pagamento dos salários relativos aos anos de 1842 e 1843. A relação²⁴ da Secretaria da Instrução Pública, mostra claramente que os professores mais afetados eram os do interior. Muitos deles, com os poucos recursos que tinham, não podiam se dirigir até a capital da Província para receberem seus salários. Alguns chegavam a morrer e não recebiam o que o Estado lhes devia. Ao mesmo tempo o Estado considerava o professor como personagem essencial para a Instrução Pública, ou, como nos diz Aníbal Ponce:

Um apóstolo “sofredor” e “candoroso”, que suporte tranquilamente a miséria e a fome, porque quanto mais fome e miséria possa suportar, mais diáfano será o apóstolo; eis aí o ideal que a burguesia tem particular interesse em difundir. Tendo contato direto com as massas, correr-se-ia o perigo de que o professor tomasse consciência de que ele é um operário como os outros, explorado e humilhado. (PONCE, 1992, p. 181)

Outra dificuldade enfrentada pelos professores era a falta de estabilidade no exercício da sua profissão. Nas décadas de 1850 e 1860, quando houve um melhoramento no quadro dos professores na região do Baixo Amazonas e Tapajós, as questões políticas envolvendo os professores se tornaram mais constantes. Muitos continuaram a ser nomeados de forma interina, sem ter as garantias da vitaliciedade na profissão, ficando à mercê dos favores políticos, fossem eles da localidade onde trabalhavam ou da capital da Província.

A verdade é que, entre os anos de 1850 a 1870, pouco ou nada se fez para que a Instrução Pública na região do Baixo Amazonas ou Tapajós se desenvolvesse. Conforme podemos ver no quadro 7 (ver apêndices) o Governo Provincial criou várias escolas, mas a maioria delas eram providas por professores interinos e outras ficavam sem professor ao longo de vários anos. Havia, entretanto, uma exceção: Santarém via crescer, por meio de sua elite política local, uma influência regional. Essa influência se pode notar por ter sido a cidade uma das primeiras do interior da Província a ter um professor público para o ensino de música, levando à um melhoramento da influência cultural na vida da população.

Já o quadro 8 (ver apêndices), referente ao mesmo período, mostra a situação da educação feminina. Além de Santarém, somente Óbidos e Monte Alegre possuíam uma

²⁴ O texto, publicado no jornal “Treze de Maio”, Belém, 17 de fevereiro de 1847, mostra que o professor de Gramática Latina de Santarém ainda precisava receber 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis) de seus salários atrasados, bem como os dois professores de primeiras letras de Vila Franca, João Francisco de Sousa (66\$666) e Antonio de Souza Gomes (166\$666) e o de Óbidos, Mariano Sabino da Silva (200\$000). O professor de Monte Alegre, José Ferreira de Lacerda não compareceu para receber os 33\$333 réis que o governo lhe devia. Os professores de Vila Nova d’El Rei (atual Curuçá) e Porto de Moz, faleceram sem receber seus salários.

professora para a educação das meninas entre os anos de 1850 e 1870. Isso reforça o fato de que a instrução pública, defendida nas leis provinciais que igualavam o direito ao acesso para ambos os sexos, não era, na prática, tão igualitária assim.

Esses quadros, montados a partir de documentos próprios da Secretaria de Instrução Pública da Província, apontam ainda que muitos professores tiravam longas licenças, fossem para tratar da saúde ou para cuidar de negócios pessoais na capital, de onde alguns deles provinham e onde mantinham suas famílias (esposa e filhos).

Muitos deles eram nomeados de forma arbitrária, para localidades longe dos seus lugares e de suas famílias de origem e pouco tempo demoravam em suas escolas, alguns pediam a demissão de sua função pouco tempo depois de nomeados, ou por perseguição política, ou por não se adaptarem. Há relatos de professores que eram transferidos de suas escolas pelo bel prazer dos políticos influentes em torno do governo da Província, para que, vagas suas cadeiras, fossem substituídos por outros que, mesmo inaptos para o cargo, eram nomeados para agradar seus padrinhos políticos.

Uma outra realidade se fazia presente a partir da década de 1850, a vigilância e fiscalização dos professores pelos “Delegados da Instrução Pública”. Esses delegados, criados em 1854, tinham a função fiscalizadora, conforme nos diz o Diretor da Instrução Pública:

Houve tempo em que a mór parte das escollas do interior erão perfeitamente nominaes e dellas não tirava alguem proveito, a não ser o individuo que se disia professor, quando nos fins dos mezes apresentava ao Thezouro attestados de frequencia, que se não dera na mór parte das vezes, passados por Camaras Municipaes, que nunca se reunião! Esse escandalo cessou; e para isso concorrêo em parte a creação dos delegados da instrucção publica nas localidades em que existem escollas. Oxalá que todos esses delegados compenetrados da importancia do seu cargo esquecessem completamente as sempre nocivas considerações pessoaes quando se trata do serviço publico, e me fallassem acerca dos professores com toda a franqueza e lealdade: porque assim, e por outro lado, negando esses dellegados o passarem attestados de residencia aos professores que não cumprissem com seus deveres (medida proficua e que por certo encontraria todo o apoio em V. Ex^a. e em mim) é certo que a reforma da instrucção publica estaria em meio caminho, restando attender-se ás habilitações literárias dos mestres para colloca-los, quando fosse possível, onde faltassem. Não dezespero de conseguir breve, que todos os meus delegados cumprão rigorosamente com seus importantes deveres. (PARÁ, 1854, p. 3-4)

O governo provincial, como visto acima, comemorava uma situação que foi criada pelo mesmo Estado, ao nomear pessoas que ofereciam pouca ou nenhuma condição para assumirem a função do magistério. Não comemora a instrução pedagógica para o quadro de professores, não comemora escolas de qualidade, que prezam pela higiene e zelo, não comemora uma remuneração justa, paga em dia, para o sustento daqueles que exercem o magistério na província. Mas comemora a criação de um cargo fiscalizador, exercido muitas vezes por

apadrinhamento político das elites regionais ou locais, que muitas vezes usavam do seu status político para remover desafetos e colocar na função do magistério os seus apadrinhados políticos.

Essa situação nova, fez que alguns professores, para se manterem em seus cargos, procurassem ter relações de amizade e interesse não somente com políticos ligados ao governo, mas também com os delegados da instrução pública que, chegavam a remover desafetos para colocar os seus preferidos, por conta das relações de compadrio e influência local, pois, naquela realidade nacional

o provimento de cargos no magistério mobilizava um complexo sistema de concessão ou intermediação de favores em que o emprego público ocupava o lugar central. Relações clientelísticas amarravam o sistema social e político de alto a baixo [...] definindo redes de lealdades baseadas em laços de família, amizade e proteção. O emprego público era um dos principais elementos nessa configuração de trocas materiais e simbólicas e uma cadeira numa escola pública não escapava a esse jogo de interesses. (VILLELA, 2014, p. 112)

Entre os professores, entretanto, haviam alguns que talvez não estivessem à altura do magistério, seja, justamente por estarem envolvidos como diz Villela no texto acima, por situação de amizade e compadrio, ou por questões de envolvimento direto com a política como veremos a seguir. Começamos falando da situação da educação em Santarém, quando de sua elevação à categoria de cidade, em 1848, manifestada por Paulo Rodrigues dos Santos:

Quanto á instrução, havia apenas uma escola masculina, criada em 1799 ou 1800, frequentada por trinta alunos, os quais passavam, às vezes, dias e semanas sem ver o nariz do mestre, que andava pelos sítios e fazendas, em festanças e patuscadas... Havia também uma aula de Gramática, Francês e Latim, cujo professor, Bento Manoel de Carvalho Pinheiro, passava a maior parte do ano em Belém. A Câmara Municipal representava contra os dois relapsos e providências enérgicas eram prometidas... O professor primário foi, afinal, dispensado e logo nomeado outro, que não chegou a assumir as funções, porque o Presidente da Província descobriu que era pior do que o demitido e fez anular o ato. Isso tudo se encontra no arquivo das correspondências dos governadores com a Câmara de Santarém. (SANTOS, 1999, p. 262)

Sabemos que o ilustre historiador santareno escreveu o texto baseado nas denúncias da Câmara Municipal. No entanto, apesar da crítica feita ao professor de Latim, vale dizer que esse professor era bastante atuante no município, chegando a organizar um coral e uma pequena banda de música que animava a vida religiosa e também cívica da antiga vila e, a partir de 1848, da novel cidade de Santarém.

Voltamos a lembrar do primeiro professor público de Santarém, padre Raimundo José Auzier que, depois de peregrinar pelos campos da política, como vereador em sua cidade natal, voltou à cena educacional, primeiramente como professor interino de Latim, depois, entre 1851 e 1854, como professor de Frances para meninos. Mais tarde assumiria a direção do Colégio

São Luiz Gonzaga, em Óbidos. Antes, entretanto, exerceu a função de Visitador das Escolas Públicas. Nessa condição, já era adepto do partido Liberal, o que lhe valeu a perseguição política do partido Conservador, capitaneado pelo coronel Miguel Antônio (futuro Barão de Santarém). Nessa condição, foi expulso de sua residência em Santarém e processado por um dos dirigentes do partido Conservador, por não estar exercendo suas funções de Visitador. Padre Auzier escreveu ele mesmo sua defesa (RESPOSTA, 1859), sendo absolvido da acusação perseguidora que lhe movia o partido Conservador.

Outro caso relativo ao exercício do magistério é o do professor público de Alter do Chão assim noticiado por um jornal da Capital da Província:

Consta-nos que o professor publico de Alter do Chão, o padre Manoel Antonio Rebello, tendo castigado um seo discipulo com duas grosas de bolos (!!!), o seo pai, que he o sr. Antonio Manoel Dias, carpinteiro, justamente indignado por sêmelhante atrocidade, que, sobre ser barbara, he a mais revoltante transgressão das leis regulamentares da nossa instrucção publica, que recommendaõ e apenas autorisam aos mestres um castigo moderado, immediatamente o tirãra dessa escola. Entendendo o sr. Rebello que a retirada desse seo discipulo era uma indirecta reprovação do seu descommunal procedimento, requereu ao sr. juiz de paz d'alli, para que obrigasse a fasel-o voltar á escola, e como este lhe dissesse que isso não era de sua competencia, então o dito professor communicando para esta cidade (Santarém), o nosso subdelegado, o sr. Miranda, in continenti officiou áquelle juiz de paz, para que fizesse recrutar o rapaz, e que o remetesse para esta cidade; em resposta a esta ordem, mandou-lhe dizer o mesmo juiz que não podia cumpri-la, por isso que não se julgava autorizado para recrutar. (REVISTA, 1859)

Não sabemos se a exposição pública do fato foi o motivo pelo qual o referido padre, citado na notícia acima, pediu demissão da função de professor da dita Vila de Alter do Chão, pedido esse que foi aceito pelo governo provincial a 18 de junho do mesmo ano. Teria sido o professor vítima de alguma perseguição? Não sabemos. O fato de aplicar punições disciplinares aos alunos era comum na época e, talvez, não seria motivo suficiente para que o professor fosse afastado. A notícia do jornal acima, deixa claro também que as disputas políticas (envolvendo o juiz de paz de Alter do Chão e o Subdelegado de Polícia) não ajudavam, pelo contrário, pioravam o estabelecimento de clareza no que diz respeito ao entendimento da obrigatoriedade do ensino público. Outra notícia nos é dada sobre o professor de Monte Alegre, publicado em outro jornal da capital:

Pergunta-se ao sr. professor publico desta villa se tem algum aviso especial ou graça, para deixar de leccionar uma e mais vezes cada semana, afim de ir residir em audiencia como procurador de partes, ou andar em passeios; e se póde empregar seus discipulos em seus serviços particulares como caças, pescas, encher agua e embarrear paredes de casas, dispensando-os para esse fim, arredan-os de suas obrigações. A sua resposta nos dispensará de tornarmos a imprensa. Attenda o sr. director da instrucção publica, por que chamamos sua attenção para este facto, que o seu delegado aqui sabe de tudo, e qual estatua muda deixa passar estas faltas, não se lembrando que os abusos despresados degenerão insensivelmente em males incuraveis. Quem quer ter criado sr. professor, paga os e para isso s.s recebe dos cofres publicos, ordenado sufficiente para suas despezas. (FAMÍLIA, 1870)

Os fatos indicam como os grupos políticos antagônicos se apresentavam na disputa pelo poder. Refletindo, inclusive, no campo da educação, onde as disputas tomavam, às vezes, um caráter violento, cuja peleja, pautada pela vingança ou pela destruição dos adversários, também ocupava o campo do magistério. Aqui, conforme o entender de Saviani sobre o Marxismo, não basta apenas constatar que existe violência, mas “pôr em evidência as determinações econômicas que constituem o fundamento último das variadas formas que a violência pode assumir numa sociedade como a atual, caracterizada pela divisão em classes antagônicas” (SAVIANI, 2015, p. 123).

Os jornais da capital eram frequentemente usados como palco da disputa política entre os dois partidos locais. Os textos jornalísticos refletiam a ideologia política fosse do partido Conservador, fosse do Partido Liberal. Por isso, quando os textos eram publicados, geralmente denegriam a imagem de pessoas ligadas ao partido da oposição. Assim, caso o professor fosse ligado (ou apadrinhado) a algum membro do Partido Conservador, era combatido ou criticado nas páginas dos jornais ligados ao Partido Liberal, e vice-versa.

Mostra disso são as frequentes correspondências enviadas aos jornais da capital pelos partidários de ambos os partidos políticos da Província. Em uma delas, datada de 27 de dezembro de 1869, acusando os membros do partido Conservador, entre eles o coronel Pinto (Barão de Santarém), faz também suas acusações contra o professor da cidade de Óbidos, cuja instrução pública vivia, segundo o mesmo, em estado de miséria: “instrução pouca, moralidade duvidosa, zelo nenhum” (TAMERLÃO, 1870). Entre as acusações ao professor que “era padre e barrigudo”, estão a de abandono da escola e de viver com uma amasia quando estava na mesma, culpando o governo provincial que demitiu o professor anterior somente pelo fato do mesmo ser do partido Liberal.

Devemos sempre olhar para as críticas (e também para os elogios) com certa ressalva, pois podem refletir a realidade parcial, sob o olhar ideológico de um partido político. Olhando para as notícias, de modo geral, as acusações feitas contra os professores variavam muito. Mas geralmente eram ligadas a questões morais, como podemos ver as acusações feitas ao professor de Alenquer (ALENQUER, 1876) os professores eram ladrões, dados à bebida, preguiçosos, autoritários, omissos às funções, aproveitadores de seus alunos (alguns os obrigavam a trabalhar em sítios ou afazeres pessoais do professor), etc., e nem mesmo as mulheres professoras escapavam das críticas, como aquela que fazia funcionar a sua escola para meninas nos fundos de taberna frequentadas pelos bebedores locais (INSTRUCÇÃO, 1882).

Apesar de existirem alguns fatos relacionados à uma práxis reprovável por alguns agentes do magistério na região do Baixo Amazonas e Tapajós, não podemos deixar de registrar que houveram bons e abnegados profissionais, alguns deles sem grandes registros na história, mas que, mesmo em meio a tantas dificuldades, não deixaram de cumprir com decência o ofício de professores públicos, levando a educação aos rincões mais distantes do sertão paraense no Século XIX. Pessoas que, mesmo sem dispor de meios e recursos suficientes para si mesmos, doaram sua vida como verdadeira vocação ao magistério.

2.3. As dificuldades materiais das escolas

Voltando à “Trindade Negativa” e sua relação com as dificuldades aqui analisadas a terceira dificuldade se define pela frase: “O Pará tem falta de Escolas” (PARÁ, 1889d, p. 6). Escolas, aqui, entenda-se, os edifícios que deveriam servir para o ensino. E não somente os edifícios, mas tudo o que se relaciona à infraestrutura necessária para a boa qualidade da educação. Sobre isso, já na década de 1840, o governo da província assim se manifestava:

A segunda é a falta de meios, com que montar as Escolas no seu verdadeiro estado normal, como é preciso para que ellas possam preencher os fins da Lei: tudo mais ou menos lhes falta, casas, compendios, livros, traslados, globos, mappas &: algumas ha, que nem assentos tem para os meninos, nem mesas sobre que escrevaõ: os ordenados dos Professores, sobre mal pagos, não são sufficientes para ao mesmo tempo manter-lhes a subsistencia, e para fornecerem suas escolas desses objectos, que alias devem ter, e que em fim a Lei lhes garante. Neste estado não é possivel que elles possam derramar na população toda a instrucção e conhecimentos, a que saõ destinadas. (PARÁ, 1845, p. 10-11)

Esta terceira dificuldade, citada como “falta de meios” pelo governo provincial, também foi citada pelo Diretor de Instrução Pública, em seu ofício de 1858, como sendo o “mal estado material das escolas” que, em suas palavras:

Escolas ha nesta Provincia, que causão pejo e vergonha pelo máo estado das cazas em que funcção, pela indecencia da mobilia que nellas se encontra, pela falta absoluta em fim de utensis para o ensino. De cinco escolas do sexo masculino que ha nesta Capital, duas funcção nos baixos de dois sobrados bem indecentes, e uma dellas em uma caza que faz vergonha pela sua pequenez, e estado quasi immundo, em que se acha. Quando tomei conta da Directoria, exprobei logo aos Professores dessas trez escolas uma tal circumstancia; mas vi-me também logo forçado a calar-me a vista das razões, com que se desculparão. Como alugar uma melhor caza o empregado que tem apenas quinhentos ou seiscentos mil reis de ordenado? Todo esse dinheiro não chegaria para uma caza, se os Professores a procurassem, como ella devia ser. E se isto acontece aqui na Capital, o que não sucederá no interior da Provincia, em lugares, onde ha apenas uma caza para habitação do Parocho? Sucede que umas escolas funcção nos adros das Igrejas, outras em immundas palhoças, e as demais em cazas

mui pequenas e acanhadas. De urgente necessidade pois se torna que a Provincia ou compre edificios para as escolas, ou os mande edificar, ou designe uma gratificação aos Professores para aluguel de casa. (VASCONCELLOS, 1858)

A educação perpassa não somente o meio imaterial, que implica no ato em si de ensinar. Mas também perpassa a forma como este ensino é dado, principalmente às crianças e jovens. Na Província do Grão-Pará, de modo geral, a Instrução Pública no período do Império, confiada aos seus governantes, não viu solucionada questões de ordem material. Conforme podemos constatar nos documentos oficiais do governo, esse desafio era tratado de forma paliativa, principalmente pelo interior da Província.

As escolas funcionavam de forma precária. Na região do Baixo Amazonas e Tapajós, elas funcionavam na casa dos mestres. Algumas dessas salas de aula eram privadas de mobília adequada, limpeza, iluminação e boa higiene mental e física para os alunos. O acesso à material elementar para o ensino também não acontecia, apesar das leis provinciais garantirem que os alunos e alunas devam ter acesso à livros e material pedagógico necessário para serem educados pelas escolas provinciais.

Ainda na década de 1850, uma solução foi dada para solucionar tal problema, mas apenas para a Capital, com uma gratificação de 200\$000 (duzentos mil réis) para que os professores pudessem encontrar casas mais decentes que servissem para a Instrução Pública. Quanto aos professores do interior, entretanto, essa solução deveria esperar pela “boa vontade” do corpo legislador.

O Diretor da Instrução Pública, em 1858, considera o estado de calamidade em que se encontrava a situação do material escolar: com exceção das escolas da Capital, as escolaladas do interior se servem de mobília emprestada pelos particulares, ou fornecidas pelos alunos ou por seus pais, e n’aquelles lugares, onde nem mesmo se dá este recurso, encontra-se apenas algum banco ou cadeira da propriedade do Professor (VASCONCELLOS, 1858). Também fala que apesar de a Lei Provincial N° 203, de 27 de outubro de 1851 garantir a gratuidade de material para as escolas, principalmente para os alunos pobres, a verba orçamentária de 2:000\$000 (dois contos de réis), constantemente aprovada pela Assembleia Legislativa, era insignificante e insuficiente para atender a tantos professores e delegados da Instrução Pública que, constantemente, dirigiam seus pedidos e lamentos para a Diretoria de Instrução Pública. Continua o diretor:

[...] forçoso é ficar todos os annos um grande numero de escolas postas de lado, sem que lhes possa dar uma garrafa de tinta ao menos. E annos ha, como este em que estamos, em que nem um real se pode obter do Thesouro em beneficio da instrucção publica. Isto concorre muito para o atraso do ensino, em um paiz tão pobre como este. Saio á visitar as escolas, peço para vêr as escriptas dos meninos, e responde-se-me que não escreverão por não terem papel, nem penna, nem tinta. Pergunto por que razão já não passou adiante aquelle alunno, que na minha vesita anterior aprendia a mesma materia, que agora o acho aprendendo, e responde-se-me que por falta de livros e de compendios. E deste modo atrazão-se os meninos, e nem eu posso castigar os Professores. Em todos os meus relatorios tenho tratado largamente deste assumpto, e pedido um augmento de verba para as despesas com a instrucção publica. Meus pedidos não tem sido attendidos, e eu continuo a lutar com as mesmas dificuldades, restando-me somente a consolação de haver empregado os meios que posso, para remover tão grande mal. (VASCONCELLOS, 1858)

Percebemos aqui, novamente, a face do abandono do Estado que deveria promover uma educação pública e gratuita para a população e de um agente do próprio Estado que, nada podendo fazer, apenas lamenta a situação e expõe oficialmente as dificuldades para seu superior imediato: o presidente da Província.

O governo provincial, por sua vez, além de jogar para os pais, muitos deles trabalhadores e pobres, e para os professores, muitos deles sem a capacitação necessária e suficiente, a responsabilidade em manter a escola. Além disso, a ausência de verbas no orçamento público para atender a instrução pública das escolas já era apontado mais de dez anos antes, conforme podemos constatar na palavra do Presidente da Província:

A quantia de 2:000\$000 réis consignada no Orçamento em vigor para utensis [sic] das Aulas publicas acha-se reduzida no Projecto a 1:000\$000 de réis, o que attribuo á circumstancia de se haver Observado que em annos anteriores tem sido nenhuma, ou muito pequena a despeza feita com este objecto. (09) Convem porem notar-se que se isto tem acontecido não é porque ella não seja de absoluta e urgente necessidade, mas sim porque o estado do Thesouro Provincial não permittio que se realisasse. Alem de se acharem quasi todas as Aulas publicas, até mesmo as da Capital, desprovidas de bancos, mesas, tinteiros, e outros objectos indispensaveis á pratica do ensino, e collocadas em casas acanhadas, e improprias, porque os Professores não podem alugar outras á custa de seus pequenos ordenados, observa-se geralmente que um grande numero de meninos, que se matriculão, perdem muito tempo de estudo, e assim não fazem os progressos que poderiaõ fazer, porque faltaõ-lhes compendios, traslados, e até o papel em que escrevaõ. Ora se em observancia de um preceito constitucional tem a Provincia de sustentar Escolas onde se facilite a todos os Cidadaõs a instrucção primaria, tambem parece razoavel e justo que se faça mais algum esforço para que della se possa utilizar o maior numero possivel de individuos, auxiliando-se a classe indigente, de maneira que por falta de pequenos meios não venha a ficar privada do gozo de um taõ grande beneficio. Julgo pois que convirá conservar a consignaçaõ de 2:000\$000 réis não só para utensis das Aulas, mas tambem para o fornecimento de pequenos objectos a meninos pobres, e aluguel de casas nas principaes Povoações. Diminuta é a quantia em relação ao fim a que se destina, mas ainda assim poder-se-hão satisfizer algumas necessidades, que não permitem demora, em quanto providencias mais amplas e efficazes se não derem em beneficio (10) da instrucção primaria. (PARÁ, 1847a, p. 09-10)

Passados dez anos, o ofício do Diretor da Instrução Pública revela que nada parece ter sido feito. Além disso, mesmo diante das dificuldades econômicas elencadas, que não permitiam conseguir o mínimo de material didático necessário para ser utilizado na Instrução Pública na Província, o governo provincial chegou a sugerir que tal material deveria ser igual aos compêndios e modelos utilizados na capital do Império. Uma única exceção seria, por proposta desse presidente, a utilização do Compêndio escrito por Antônio Ladislau Monteiro Baena, publicado em 1833 e que, segundo o governante da Província, “se devem familiarizar os nossos Provincianos, por lhes oferecer ideias luminosas sobre as circunstancias da Provincia” (PARÁ, 1840, p. 23). Ou seja, além de não haver recursos suficientes para aquisição de material para o ensino, não havia, também, a preocupação metodológica que levava em conta a realidade local: as grandes distâncias e os custos para a utilização desse material, sem contar que o governo procurar adquirir material, mas não encontramos nenhuma forma de capacitação do magistério para o uso desse mesmo material adquirido pelo governo provincial.

Sobre a questão relativa à mobília, no Arquivo Público do Estado do Pará, encontramos duas imagens (desenhos) de mobília proposta para as escolas da Província, feitas ao governo provincial por marceneiro da capital para uma das escolas. Algumas dessas mesmas mobílias chegavam a ser enviadas para as escolas do interior. Eram da mesma qualidade? Foram produzidas exclusivamente para o interior ou foram “reaproveitadas” de outras escolas? Não saberíamos responder, mas a reflexão parece pertinente.

Por outro lado, a situação das escolas era, de fato, lamentável. É fato constatado que na região do Baixo Amazonas, nenhum prédio para o funcionamento de uma escola pública foi construído na época do Império. Não por falta de tentativas.

Uma delas aconteceu no mês de março de 1871, quando o presidente da Província, dr. Joaquim Pires Machado Portella, fez uma viagem pelo interior. Por onde passava, falava sobre a necessidade da reforma do ensino e de se estimular o ensino público no interior da Província. Em Santarém, parou por duas vezes. A primeira delas durante sua viagem de subida do rio Amazonas (até a cidade de Óbidos). Nesta ocasião conseguiu convencer as autoridades e pessoas influentes da cidade tapajônica, da necessidade de se construir uma Escola que pudesse servir a ambos os sexos. Sua ideia encontrou apoio e ficou decidido que, na volta de Óbidos, ao passar novamente por Santarém, faria o assentamento da primeira pedra do tão necessário edifício (VIAGEM, 1871).

Enquanto o Presidente da Província visitava a cidade de Óbidos, espalhando a mesma semente de se conseguir melhorar a instrução pública pelo interior da Província, a cidade de Santarém promovia, sob a coordenação do dr. Abel Graça, então Juiz de Direito da Comarca,

uma subscrição entre diversos moradores da cidade para que pudesse auxiliar na construção de um prédio que servisse de Escola Pública para os Santarenos. Conseguiu a significativa importância de sete contos de réis (7:000\$000). No dia 20 de março, ao som dos acordes da banda de música local e dos estouros dos foguetes, o Presidente da Província desembarcava novamente em Santarém. Conduzido à Praça da Imperatriz (atual Praça Rodrigues dos Santos), em um terreno fronteiro a esta foi preparado o lugar para colocação da primeira pedra do edifício onde deveria funcionar a Escola Pública da Cidade. Uma ata do ato foi enterrada em caixa de zinco, junto à pedra fundamental (VIAGEM, 1871).

Apesar da necessidade que as cidades e vilas de nossa região tinham por estes prédios e também da significativa colaboração feita por meio de subscrições, não temos notícia de que as três escolas projetadas (Santarém, Óbidos e Alenquer) tenham sido construídas. A de Santarém, um ano depois, já estava abandonada e entregue às intempéries (TAVARES, 1876, p. 10). Curiosamente, o local escolhido ficava no mesmo lugar onde, até 1756, funcionava a antiga escola dos Jesuítas em Santarém.

Os santarenos, obidenses e alenquerenses que tomaram para si a proposta feita pelo Presidente da Província de levantar subscrições para arrecadar recursos para a construção de prédios para abrigar as escolas, com certeza o fizeram de muito bom grado. Contudo, apesar dos apelos de deixarem de lado as divergências políticas em prol do bem comum, hoje não sabemos nem mesmo qual o fim dado ao dinheiro arrecadado nas subscrições.

A situação das acomodações escolares continuou de forma tão precária que, mesmo quando visitavam as escolas do interior, os presidentes da Província davam testemunho, como o caso de Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, que ao visitar a cidade de Óbidos, em 1860, notou a que à escola daquela cidade faltava, entre outras coisas todos os móveis necessários para o funcionamento da mesma, que era regida pelo professor Raimundo José de Lima. Somente assim, após uma visita *in loco*, o presidente autorizou a despesa de 200\$000 para a compra dos móveis para a sobredita escola (PARÁ, 1860, p. 36).

Podemos afirmar que, a partir das dificuldades apontadas pelo Diretor de Instrução Pública, o Estado acaba por mostrar sua própria ineficiência, primeiramente jogando a culpa nas famílias dos alunos, depois colocando a culpa nos professores e, por fim, na sua própria má administração dos recursos que poderiam melhorar a situação da instrução pública, mas eram usados para fins políticos de manutenção do seu próprio *status quo*.

2.4. Alguns desafios apontados pelo Secretário do Governo - Relatório Ferreira Penna

Em 1868 podemos ter uma referência melhorada da situação da Instrução Pública no Baixo Amazonas e Tapajós por meio de um Relatório feito pelo Secretário da Província do Grão-Pará, Domingos Soares Ferreira Pena, que foi professor, naturalista e arqueólogo, um dos fundadores do Museu Paraense Emilio Goeldi, muito preocupado com o desenvolvimento do conhecimento científico na Província do Grão-Pará.

Devido sua capacidade observativa e como pesquisador das coisas da Amazônia, foi convidado a ser Secretário da Província do Pará e, no exercício dessa função, procurou conhecer a realidade da Província, fazendo diversas visitas nas várias regiões do Grão-Pará. Recebendo a incumbência do governo provincial de fazer um detalhado relato da situação das comarcas de Santarém e Óbidos, incluindo dados estatísticos populacionais, econômicos, políticos, educacionais e outros, nos deixou um Relatório com muitos dados relativos da região. Alguns deles colhidos pessoalmente e outros que apenas deduziu daquilo que pode ouvir das pessoas da época.

Apesar de Secretário Provincial, Ferreira Penna aproveita seu “Relatório” para fazer algumas considerações e críticas ao modo como a Instrução Pública se encontra no interior da Província:

Fora da capital da Província não há estabelecimento algum de ensino público ou particular em que a infância e a juventude possam adquirir uma instrução qualquer, além da que provém de escolas primárias. A instrução que se lhes dá no interior, mesmo nas mais notáveis povoações, como Óbidos, Santarém, Cameté e Bragança, é bem pouca cousa. Aprende-se a ler e a escrever, decoram-se os primeiros rudimentos de gramática e mistura-se tudo isso com um pouco de aritmética que as mais das vezes o professor pouco mais sabe do que o discípulo. O povo não tem instrução alguma; tôda a sua educação literária provém quase sempre da leitura de periódicos políticos, principalmente daqueles onde primam quotidianamente os insultos e descomposturas aos homens honestos e às autoridades e de romances de que os bons costumes e a moral fogem assustados. Parece-me mal aconselhado o sistema que a respeito do ensino se tem seguido na Província, concentrando-se na capital tôda a instrução e deixando-se o interior em total abandono. Abafa-se assim ou procura-se diminuir a irradiação da luz da inteligência, em vez de deixa-la difundir-se e propagar-se por tôda a parte. A concentração do ensino secundário na capital importa o mesmo que negar-se à juventude do interior os meios de instruir-se, porque poucos são os pais que podem suportar as despesas necessárias para terem seus filhos na capital. Dêsse sistema, até hoje adotado, resulta que milhares de mancebos ficam privados dos conhecimentos precisos para melhor apreciarem a sua terra, de estudar seus recursos para melhor utilizá-los, de conhecer os defeitos de seus costumes para melhor corrigí-los. (PENNA, 1973, p. 295)

Como podemos ver, o próprio secretário da Província reconhecia o abandono do interior pelo poder público e a concentração de investimentos na capital como um dos maiores problemas enfrentados pela Instrução Pública na Província do Grão-Pará. Como sugestão, o próprio Ferreira Penna apresenta ao governo a necessidade de se implantar nas cidades

supracitadas, uma escola onde se possa ensinar “Aritimética, Álgebra e Geometria, Mecânica Industrial, Geografia e História” (PENNA, 1973, p. 296).

Além deste problema que, em si, vai originando muitos outros, Ferreira Penna aponta uma solução que, em si, torna-se um desafio: a “liberdade de ensino”, que se prefigura como instrução privada, ao invés da pública. Essa sugestão não nasce do acaso. Ela parte de uma constatação do secretário:

O povo não dá um passo para seu adiantamento e civilização; não caminha sem que o Govêrno lhe diga: Marche! Não pensa, não delibera, não julga; mas obedece. Nada faz porque espera que o Govêrno faça tudo, ou pelo menos que lhe diga o que deve fazer. O Govêrno, por sua parte, tem muito em que cuidar e portanto pouco ou nada faz. Temos assim um Govêrno que merecemos por nossos pecados! E nem podíamos ter outro, porque foi do nosso seio que êle saiu. O remédio para êste mal moral, a alavanca que tem de remover do caminho o rochedo que impede a nossa marcha, é a instrução do povo. Esta instrução, porém, será sempre ineficaz enquanto ela subsistir entre nós exclusivamente como um ramo da administração, ou repartição pública com empregados encarregados pelo Govêrno de distribuir diplomas de inteligência às crianças e aos rapazes. Se temos procurado imitar em tantas coisas aos estrangeiros, porque não havemos de adotar o que há de mais útil nos Estados Unidos por exemplo, de que tanto se fala, – a liberdade do ensino? Procura-se imitar, inveja-se e exalta-se mesmo tudo quanto se faz nessa República e em outros países, e entretanto não se cuida de introduzir no nosso aquela instituição que é a legítima base da grandeza e prosperidade do povo americano. (PENNA, 1973, p. 296-297)

Ferreira Penna reconhece a ineficiência do Estado em gerir a Instrução Pública. Mas aponta como solução a Instrução Privada, cuja experiência era amplamente já aplicada e reconhecida nos Estados Unidos. Aqui precisamos refletir uma dificuldade que temos desde a época do Império: a de criarmos, nós mesmos, um projeto de educação que possa nascer da realidade nacional. Parece ser mais cômodo e fácil buscar os exemplos já praticados em outros países, que vivem uma realidade cultural e social muito diferente da nossa e implantar em nosso meio essa experiência, totalmente descompromissada com a realidade local.

Mesmo assim, como veremos mais adiante, a implantação do ensino privado, principalmente relativo à educação dada pela Instrução Pública Secundária, tomará fôlego no Baixo Amazonas, mais especificamente na cidade de Santarém, realidade essa nascida logo após a publicação do Relatório de Ferreira Penna, em 1869. Seria reflexo de suas sugestões? Talvez não, pois essa ideia já vinha sendo pensada, mas não efetivada desde 1856, mas pode ser que ele tenha dado um apoio considerável à sua empreitada.

Abaixo podemos ver um quadro da situação da educação encontrada durante a visita de Ferreira Penna pelas duas Comarcas do Oeste Paraense. Neste período (1867/68), as escolas para meninos e meninas funcionavam em Santarém, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos. Nas vilas de Faro, Juruty, Vila Franca, Itaituba e Prainha, apenas os meninos possuíam escolas públicas que os atendiam. No entanto outras vilas como Alter do Chão, Boim, Aveiro, Brasília

Legal, Pinhel e as missões religiosas de Santa Cruz, Cury e Uxituba (indígenas Mundurucus), não possuíam nenhuma escola pública em funcionamento. Vejamos:

Quadro 4 – Instrução Pública no Baixo Amazonas (1867-1868)

INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BAIXO AMAZONAS – 1867/68						
Cidade, Vila ou Localidade	Nº de Escolas de Primeiras Letras		Matrículas 1867		Matrículas 1868	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Óbidos	01	01	69	36	54	30
Faro	01	Não há	41	-	50	-
Juruty	01	Não há	38	-	22	-
Alenquer	01	01	84	18	44	17
Alter do Chão	Não há	Não há	-	-	-	-
Vila Franca	01	Não há	25	-	29	-
Boim	Não há	Não há	-	-	-	-
Aveiro	Não há	Não há	-	-	-	-
Pinhel	Não há	Não há	-	-	-	-
Itaituba	01	Não há	11	-	10	-
Brasília Legal	Não há	Não há	-	-	-	-
Missão Santa Cruz	Não há	Não há	-	-	-	-
Missão Cury	Não há	Não há	-	-	-	-
Missão Uxituba	Não há	Não há	-	-	-	-
Monte Alegre	01	01	22	24	36	20
Prainha	01	Não há	51	-	31	-
Santarém	01	01	92	23	115	23

Fonte: Relatório Ferreira Penna (1973).

O quadro acima reflete que, já no final da década de 1860, ainda não se podia afirmar que o ensino público estava definitivamente implantado na região oeste da Província do Pará. Muitas escolas foram criadas, mas não foram providas de professores, ou seja, o governo continuava cometendo o mesmo erro de criar escolas sem ter quem as pudesse dirigir e manter em funcionamento.

O ensino feminino continuava quase que excluído da região, reflexo da falta de formação para professores na própria região, pois se já havia dificuldades dos pais enviarem os filhos homens para estudar na capital da província, que dizer da possibilidade de enviar as moças para a capital estudarem para serem professoras? Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Santarém começam a se destacar como principais lugares, em parte por conta da extração da borracha ou dos castanhais que existiam na região.

Merece destaque o declínio da cultura do cacau, atribuído à “falta de braços” (mão-de-obra escrava), que fugiam para os locais mais inacessíveis possíveis a fim de fugir da escravidão

e também da “indústria e do comércio legítimo” que grandes males causava à economia da Província (PENNA, 1973, p. 271). No entanto, Ferreira Penna condena as queimadas que muito prejuízo traz para a economia, destruindo, inclusive, plantações de cacau. As queimadas são consideradas por ele como “obra de vadios” (PENNA, 1973, p. 272). Além disso, o secretário olha com preocupação o crescente comércio da borracha:

O que é atualmente a indústria da borracha? O mesmo que sempre foi: uma ocupação grosseira, estúpida mesmo, em que há senhores que de longe mandam e gozam (são os exportadores) e escravos que obedecem e trabalham sem gozar (são os seringueiros). (...) A borracha é como o ouro (e ouro é o que ouro vale); se ela no estado atual não civiliza nem engrandece o interior, antes o tem empobrecido, é porque se não tem até hoje procurado melhorá-la e aperfeiçoá-la pelos meios que as artes e a ciência não deixaram jamais de ensinar, desde que se quiser tentar essa obra necessária para a prosperidade geral da Província. (PENNA, 1973, p. 143-144)

Apesar de detectar os malefícios que o modo como se extraí a borracha no interior da Província causa à população mais pobre, de modo geral, o secretário não aponta a culpa para a exploração por parte do capitalista (exportador) que mora na capital, usufruindo das benesses da venda da borracha para o exterior, mas na falta de “preparo tecnológico” que facilite a exploração da borracha por parte dos seringueiros. A borracha seria, na metade final do período do Império e início da República, o principal produto da Amazônia. Isso não trouxe a tão sonhada prosperidade que pensava Ferreira Pena, pelo contrário:

Além da especulação de preços nas bolsas, favorecendo os investidores nas novas plantações da Ásia; dos impostos do Acre e das divisas da Amazônia, aplicados no Sul, na construção de estradas de ferro e portos, no saneamento do Rio e financiamento da imigração; e apesar do mercado exportador estar na mão de um oligopólio e do irreparável desperdício gerado pela improbidade administrativa de governos estaduais corruptos, o principal fenômeno retardador do progresso regional, que não permitiu à região atingir patamares similares aos de São Paulo, foi o produzido pela insalubridade, aqui incluídas algumas doenças e a má qualidade de vida nos seringais, sorvendo dezenas de milhares delas, substituídas anualmente por novas levas, com um sistema econômico baseado em uma cadeia de exploração comercial, incapaz de criar riqueza no local onde ela estava sendo gerada, pois que estabelecida sob um sistema de enfeudamentos comerciais, em que os lucros reais eram realizados nas bolsas de Nova Iorque e de Londres. (LOUREIRO, 2004, p. 90)

O aperfeiçoamento tecnológico, para Ferreira Penna, não deveria ficar somente no campo da extração e produção da borracha. Deveria também chegar ao campo educacional. Por isso dá ele destaque a ideias do presidente da Província do Grão-Pará, Joaquim Raymundo de Lamare, expostas em 1867.

Para este Presidente da Província, uma das soluções para o melhoramento da Província era a fundação de “Escolas Industriais”, destinada aos meninos pobres. Tais escolas tinham como proposta oferecer aos jovens, além da instrução primária das escolas de primeiras letras,

noções de mecânica aplicada para viabilizar a implantação e melhoramento das indústrias na Província, no dizer do próprio Presidente:

Essas escolas, onde os meninos, ao lado da instrução adquirirão o habito e o amor ao trabalho, são destinadas a assegurar-lhes um futuro mais lisongeiro, transformando-os em artistas inteligentes, de que há grande falta entre nós; e melhor do que eu sabeis que os meninos que devem fazer parte d'essas escolas, não vêem, como seus paes e seus avós, diante de si outro recurso senão na vida grosseira do seringueiro, na qual não poderão jamais achar a fortuna ou a felicidade e descanso necessario á velhice. Estou persuadido de que o dia da fundação d'escolas industriaes será a vespera da regeneração d'essa abundante porção de filhos pobres que vivem sem recursos no presente e sem esperança no futuro. (PARÁ, 1867, p. 36)

Tais “escolas industriais” nunca chegaram a ser implantadas na região do Baixo Amazonas e Tapajós. Pelo contrário, como constatamos em nossa pesquisa, a educação primária e secundária, apesar de diversas outras tentativas nas duas últimas décadas do Império, não conseguiu firmar-se nesta região do interior da Província do Grão-Pará.

3. O ENSINO PRIVADO COM SUBSÍDIOS PÚBLICOS

Ao estudarmos a Instrução Pública no interior da Província, temos que ter conhecimento também de que, além das escolas públicas implantadas nas principais cidades, vilas e lugares do interior, aconteceu, também algumas experiências de instrução privada, mantidas com subsídios públicos do Estado ou das Câmaras Municipais, afinal “quando fazemos a história da educação pública, a história da educação privada faz-se presente, ainda que o seja na forma de interlocutor oculto, e vice-versa”(SAVIANI, 2015, p. 47).

Em 1856, foi promulgada a Lei nº 288, de 20 de setembro²⁵, propondo a qualquer empresário, nacional ou estrangeiro, a quantia de dois contos de réis para servir de incentivo à manutenção de um internato ou colégio para a educação de meninos, na Capital e nas cidades de Santarém e Cametá. Além de pagar as despesas para o transporte de professores que viessem para lecionar nos sobreditos colégios.

Nas escolas particulares da Província do Pará, o ensino deveria ter, como parâmetro, o ensino dado nas escolas públicas, fossem elas primárias ou secundárias. Além disso, estavam sujeitas à inspeção da Diretoria de Instrução Publica da Província e regida por contratos firmados com o Governo. Em Belém, logo foram fundados alguns colégios particulares subvencionados pelo Estado. Em nossa região, tivemos duas experiências desse tipo de ensino, um em Óbidos e outro em Santarém, conforme veremos adiante.

²⁵ Ver o texto desta Lei nos anexos.

Essa experiência do ensino privado era reflexo, como vimos anteriormente, do fracasso do Estado em oferecer uma educação de qualidade, ao mesmo tempo em que, esse mesmo Estado procurava melhorar a qualidade tecnológica de sua mão-de-obra para a produção da borracha, que se firmava como principal produto de exportação da Província. Aqui, torna-se pertinente a reflexão de Saviani, que nos diz que

na sociedade capitalista defrontam-se no mercado proprietários aparentemente iguais, mas de fatos desiguais, realizando, sob a aparência da liberdade, a escravização do trabalho ao capital. Instala-se a cisão entre a aparência e a essência, entre o direito e o fato, entre a forma e o conteúdo, entre o privado e o público. Essa forma de sociedade contrapõe o homem, enquanto indivíduo particular, ao homem enquanto ser social, isto é, o homem privado ao público (SAVIANI, 2015, p. 48).

Os colégios particulares de Óbidos e Santarém refletem que as elites locais de comerciantes e donos de seringais e castanhais, buscavam um melhoramento para a educação de seus filhos. Como não viam na instrução pública essa possibilidade, optaram por criar mecanismos de instrução para seus filhos, mas não abrindo mão das verbas estatais que auxiliavam o funcionamento dos colégios particulares.

3.1. O Colégio de Óbidos

No ano de 1846, o Bispo do Pará, Dom José Afonso de Moraes Torres, funda, na então vila de Óbidos, um colégio denominado São Luiz Gonzaga. A princípio a ideia do Bispo era criar dois Seminários Episcopais no interior da Província, uma na Vila de São José da Barra do Rio Negro, hoje cidade de Manaus e outro na vila de Óbidos, que o prelado julgava ser mais importante do que Santarém, para esta empreitada.

O desejo do Bispo era descentralizar a formação de novos padres, favorecendo o acesso de vocações no interior do seu bispado à instrução necessária para poder ordenar mais padres para sua vasta diocese. Isso era um reflexo do pensamento romanizado²⁶ de Dom José Afonso. Na então Vila de Óbidos, o Bispo não fundou um Seminário, nos moldes do Seminário Episcopal (localizado em Belém), mas um Colégio. Assim, poderia preparar melhor os

²⁶ Romanização: processo de apoio total do episcopado brasileiro à Sé de Roma e ao Papa, iniciado no século XIX e intensificado nos primeiros anos do século XX. O “movimento romano” era contrário ao regime do “Padroado”, pois, por meio deste, o Estado detinha controle do clero, enquanto que aquele pretendia que o clero fosse subordinado somente ao Bispo e à comunhão dele com o Papa.

candidatos que, posteriormente poderiam seguir para concluir seus estudos no Seminário em Belém.

Tão logo o colégio da Vila de Óbidos começou a funcionar, o padre diretor faleceu. Com poucos recursos, mas com muita boa vontade em prover a juventude obidense de um colégio, o Dom José Afonso fundou a Irmandade São Luiz de Gonzaga, composta de pessoas seculares, comerciantes e fazendeiros, funcionários públicos e pessoas pias, para ajudarem a manter o Colégio recém fundado, conforme podemos ver nas palavras oficiais do governo da província:

Como objecto de instrucção primaria julgo por ultimo dever mencionar um collegio d' Orfaões, que acaba de fundar na Villa de Obidos o actual e Revm.º Prelado, para sustentação ensino, e educação dos meninos orfaões e desvalidos. Foi este collegio posto sob a direcção da Irmandade de S. Luiz Gonzaga, ahi criada na mesma occasião para este fim. O mesmo Exmº. Prelado declara dever em grande parte a realisação deste pio estabelecimento ao zelo e esforços do Dr. o Padre Manoel Baptista Sanches, que se torna por isso digno de louvor. (PARÁ, 1848, p. 59)

Dom José Afonso, com o falecimento do padre Manoel Sanches, se viu diante do grande problema, gritante em toda a região: a carência de Professores. Somente em 1851, conseguiu-se efetivar um diretor para o educandário, na pessoa do padre José Caetano d'Almeida Tavares que, sendo obidense de nascimento, procurou dar novo ânimo para os estudos dos jovens obidenses, seus conterrâneos.

Este retorno ao funcionamento só foi possível, diga-se de passagem, pelos subsídios pagos pelo governo da Província. Este subsidio era dado ao professor, que também exercia a função de diretor do citado colégio. É a primeira tentativa, em nossa região de uma parceria pública privada na educação. O Colégio continuava a pertencer à Irmandade (que nomeava seu Diretor), mas agora possuía um professor custeado por recurso público.

Concomitantemente, após o período da Cabanagem, as forças políticas da Província se reorganizaram em torno da bipolaridade: Conservadores X Liberais, forças essas que se também faziam seus embates nas vilas e cidades do interior da Província. Em 1856, durante as eleições em Óbidos, um grupo de liberais empenhou-se em atrito ferrenho contra o grupo político conservador. A principal liderança liberal, em Óbidos, era o então juiz de órfãos municipal, delegado de polícia Romualdo de Souza Paes de Andrade. Por outro lado, um dos principais representantes do partido conservador obidense era o padre José Caetano d'Almeida Tavares, diretor do Colégio São Luiz Gonzaga.

Eleito deputado provincial, Romualdo, pede, no ano de 1858, o fechamento do Colégio em sessão da Assembleia Legislativa Provincial, alegando que sua direção era má e não mereceria, por isso, a subvenção que era paga pelo governo da província. Não contava ele que,

no ano seguinte, o diretor do estabelecimento, padre José Caetano, estaria ocupando uma cadeira nesse parlamento, tendo a oportunidade de defender, não somente o funcionamento do Colégio, defendendo a instrução em um debate político contra a facção liberal da Assembleia (ASSEMBLÉA, 1859). Graças a este embate é que podemos ter algumas informações sobre a história do dito estabelecimento.

Entre 1851 e 1856, frequentaram o Colégio 44 alunos, sendo que, nesse mesmo período, 24 desses alunos prestaram exames em latim, francês e retórica. A partir da aprovação no colégio, alguns desses alunos foram buscar formação em seminários e outras faculdades, sendo que pelo menos dois deles seguiram pra Coimbra. Em 1857 a situação do Colégio era de ter apenas sete alunos. Destes, 03 eram órfãos, 03 eram pobres e 01 era filho de uma mãe solteira (ver a lista completa nos anexos). Somente um deles, mesmo sendo órfão era mantido por conta de seus bens (herança dos pais). Os demais eram mantidos pela Irmandade São Luiz de Gonzaga. Apesar do diminuto número de matrículas em sua primeira década de funcionamento, não se pode desmerecer a importância que este educandário teve para a região do Baixo Amazonas, visto que seus alunos eram oriundos de famílias pobres e desvalidas, era uma das poucas instituições que era capaz de favorecer o acesso educacional para os meninos mais pobres da sociedade.

Conseguido um terreno e iniciado a construção de um prédio para o funcionamento do Colégio, obra tocada pela Irmandade de São Luiz Gonzaga da cidade de Óbidos, a perseguição política fez entrar um conflito. Alegando que a escola estava na “linha” do Forte de Óbidos e que, por se encontrar em terreno pertencente ao exército do império, o prédio deveria ser demolido. Atiçado por questões políticas, o governo da província deixou de pagar a subvenção que era destinada à irmandade que mantinha o colégio, que começou a ser sustentado inclusive, pelas verbas próprias de seu diretor. Por isso, em 1857 o colégio possuía somente sete alunos internos²⁷ e três externos que já não frequentavam as aulas.

Enquanto ocorriam fortes discursões políticas entre os protagonistas acima citados, em 1859 o governo provincial manda avaliar o prédio do Colégio São Luiz de Gonzaga, para que fosse indenizada a Irmandade responsável pelo Colégio. Avaliado em seis contos de réis (6;000\$000), o governo da província mandou que tal quantia fosse repassada pela Coletoria de Óbidos para que a Irmandade comprasse outro prédio que pudesse servir de abrigo para o referido educandário. Ao final do ano, por meio da lei de Nº 350, de 11 de dezembro de 1859, é criado o lugar de Professor para o Colégio São Luiz de Gonzaga que, apesar de ser

²⁷ Ver documento nos anexos.

subordinado ao Diretor desse Colégio, será pago e subordinado ao Estado, com o salário de 600\$000 réis.

Em 26 de janeiro de 1860, o governo começa a tomar as rédeas da situação. Respondendo à mesa diretora da Irmandade mantenedora do Colégio, que pedia a subvenção do Estado para a manutenção de seis alunos pobres no colégio o governo provincial respondeu que não pagaria a subvenção, enquanto a mesma irmandade não provasse que o Colégio havia funcionado com regularidade e sem interrupção, conforme a Lei 241, de 30 de dezembro de 1853. Em março de 1860, o presidente da Província, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, visitou pessoalmente o Colégio de Óbidos. Sua frase, resume a situação em que se encontrava na época: “Não fiquei satisfeito com o que vi” (PARÁ, 1860, p.12). Nesse mesmo período um novo prédio para o Colégio começou a ser construído, também contando com subvenção do Estado. Continuava o colégio sob a direção do padre José Caetano.

Passados os ânimos políticos, em 1861, o Colégio volta a funcionar. Desta vez sob a direção do padre santareno Raymundo José Auzier e tendo como lente (professor) o beneficiado padre obidense José Caetano d’Almeida Tavares. Novamente as intrigas políticas levaram a contendas. Desta feita levando ao fechamento do Colégio.

Em 1877, o governo provincial pede informações sobre o prédio em que funcionou o antigo Colégio de Óbidos. Sabendo das intenções do governo, a Irmandade mantenedora se reavivou, graças, sobretudo à pessoa do juiz de direito da comarca, dr. Figueiroa que, juntamente com o ex-aluno do colégio e, agora, vigário da freguesia de Óbidos, padre Nicolino (ex-aluno desse Colégio), animaram o povo a reconstruir o Colégio São Luiz de Gonzaga de Óbidos. Além dos dois senhores supra citados, também serviam, gratuitamente, como professores, dr. Pinto Braga e dr. Elysio de Albuquerque. Após dezesseis anos fechado, o colégio volta a ser reinaugurado no dia 25 de março de 1878.

Desta vez, a Câmara Municipal de Óbidos acorreu com a quantia de 500\$000 réis anuais para ajudar na manutenção do Colégio. Em 1882, essa ajuda já havia subido para o valor de 600\$000 que era usado para ajudar na gratificação do professor do Colégio. No ano seguinte, o Colégio passa por reforma e recebe do governo da província a ajuda de um conto de réis. Graças a atuação de obidenses, que viam a defesa do Colégio São Luiz de Gonzaga, como uma defesa de seus brios pessoais, procuraram lutar, apesar de todas as dificuldades que passou desde a sua inauguração, em 1846, para mantê-lo como um dos poucos estabelecimentos educacionais da região do Baixo Amazonas que viu chegar o advento da República, estando ainda regularmente funcionando no ano de 1889, graças ao empenho da Irmandade e da Câmara Municipal de Óbidos.

3.2. O Colégio de Santarém

Como visto anteriormente, desde 1856 que o governo da Província tentava instalar um Colégio em Santarém. E, apesar do prêmio de 2:000\$000 (dois contos de réis) anuais para qualquer empresário que desejasse abrir esse colégio ou internato, segundo Wilson Fonseca, “parece que ninguém se interessou pela concessão” (FONSECA, 2006, p. 180). Entretanto, o jornal “O LIBERAL DO PARÁ”, acrescenta que a Lei que proporcionou a subvenção para a criação do Colégio em Santarém, nada mais foi do que um favor político feito pelo presidente da província ao coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães, pois o presidente “se esforçava por satisfazer a todos os desejos do coronel Pinto, e como fosse um desses a criação de um collegio, a lei foi votada e sancionada, porem nunca teve execução” (CÔNEGO, 1870).

E foi um simpatizante do partido liberal, em 1869, na pessoa do cônego Antônio Feliciano de Souza, que já tinha experiência com o ensino particular, por ter fundado em Belém, o Colégio Santa Maria de Belém, fez novo contrato com o Governo Provincial, desta feita, para fundar um Colégio na cidade de Santarém, que recebeu o título de Colégio Nossa Senhora da Conceição.

Feito o contrato, o cônego logo tratou de começar as aulas, não encontrou, entretanto, um prédio que fosse conveniente para a empreitada, por isso, em 28 de julho de 1869, o cônego diretor do Colégio Nossa Senhora da Conceição, alegando não ter encontrado um prédio adequado para o funcionamento do Colégio, pede ao governo da Província que este educandário possa funcionar em sua própria residência. Como resposta, em ofício de 05 de agosto daquele ano, o governo da Província dá a devida autorização para que o colégio funcione na casa do dito padre até o último dia de dezembro daquele ano, devendo, entretanto, que a partir de 01 de janeiro do ano seguinte, funcione em um prédio próprio que tenha condições necessárias, bem como de salubridade para os alunos.

No entanto, o cônego se alinhava com a linha de pensamento do partido liberal. Isso lhe trouxe logo grande oposição por parte das lideranças políticas do partido conservador na cidade de Santarém, mormente do coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém. Novamente as pendengas políticas levaram ao insucesso de um estabelecimento de ensino em nossa região. Após o primeiro ano funcionando com regularidade, o segundo ano em diante registra a

desordem e confusão n'aquelle estabelecimento de educação, em grão tão elevado, que motivou a vinda a esta cidade do então presidente desta provincia sr. dr. Joaquim Pires Machado Portela, e determinou a rescisão do contracto com o emprezario o sr. conego Souza, trancando-se as portas desse nascente estabelecimento. (FONSECA, 2006, p. 181)

O Colégio foi oficialmente fechado pelo governo provincial em 09 de março de 1871. Inconformado com a decisão, o cónego Souza moveu um processo contra o governo da Província para receber 4:666\$666 (quatro contos, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis réis), que ele julgava ter de receber com o final do contrato. O processo se estendeu ainda por anos, estando ainda pendente em 1876 (PORTARIA, 1876).

Contudo, em 1º de julho de 1872, quando surge o jornal “BAIXO-AMAZONAS”, folha política, noticiosa, literária e comercial, a instrução pública não deixou de estar presente logo em sua segunda página, desejando o editor: “que se derrame a instrução pública até pelos lugares menos importantes do grande Amazonas; que o professorato seja um sacerdocio e uma realidade, e não um meio especulativo de viver” (SANTARÉM, 1872). Esse jornal era patrocinado pelo coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém. Era defensor das ideias do partido Conservador, do qual o Barão era o líder político. Desse primeiro número do citado jornal, podemos sintetizar um pouco do breve histórico do Colégio a partir de 1871 (COLLEGIO, 1872).

Começou o Colégio Nossa Senhora da Conceição a funcionar no dia 1º de outubro de 1871, sob a direção do tenente coronel Joaquim Rodrigues dos Santos. A matrícula inicial era de 35 meninos sendo assim distribuídos: pensionistas – 14, meio-pensionistas – 06, externos – 15. Destes alunos iniciais, 14 recebiam instrução gratuitamente²⁸, por serem considerados pobres. No ano seguinte (1872) possuía o Colégio 49 alunos matriculados, sendo: pensionistas – 21, meio-pensionistas – 10, externos – 18. Funcionava o Colégio em casa que fora reformada especialmente para acomodar o empreendimento. Como o jornal estava nas mãos do partido conservador de Santarém (leia-se grupo do Barão de Santarém), não faz nenhuma menção ao trabalho realizado pelo cónego Antônio Feliciano de Souza, como se nada tivesse existido anteriormente a outubro de 1871, fato esse também ligado à política, visto que o cónego Feliciano se mostrou opositor de Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém, chefe político do partido Conservador na região do Baixo Amazonas e Tapajós.

Um dado importante para entender a situação da educação em Santarém nesse período nos é dado pelo botânico João Barbosa Rodrigues quando estabelece que no município, no ano de 1872, haviam somente 586 indivíduos sabiam ler, em um universo populacional de 8.643

²⁸ Tendo 14 alunos subsidiados pelo governo provincial e, considerando que os demais alunos pagavam integralmente o valor dos estudos, era previsível obter uma renda anual em torno de 6 contos de réis, o que, em valores atuais, daria uma arrecadação monetária de cerca de R\$ 738.000,00 por ano para a manutenção do dito Colégio. Conferir <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> (acesso em 07/10/2020).

habitantes (RODRIGUES, 1875, p. 7). O que nos leva a creditar, conforme os dados levantados pelo citado botânico, uma taxa de analfabetismo pouco superior a 93%. Para termos uma melhor compreensão apresentamos a descrição que o sobredito botânico faz da instrução pública em Santarém:

Santarém, a maior das cidades da província, é também a em que mais se vê derramada a instrução. Oito estabelecimentos de educação ha alli: quatro escolas publicas para o sexo masculino, sendo duas nocturnas para adultos e escravos, uma para o sexo feminino e mais tres outras escolas particulares, duas para o sexo masculino e uma para o feminino. Além destas sete escolas existe um collegio particular ja bem montado, para ensino primário e secundário. Dividido em internato e externato, admite para ambas as divisões alumnos gratuitos. Foi installado no dia 1 de Outubro do anno de 1871, matriculando-se nesse dia 35 alumnos. Actualmente conta 50, numero que parece diminuto, mas que não é se attendermos á falta de população e ao facto de haverem outras escolas também frequentadas. O augmento progressivo e o estado satisfactorio que se notam são devidos aos esforços do seu digno director o tenente coronel Joaquim Rodrigues dos Santos e do vice-director o honrado e intelligente Capitão Fernando Felix Gomes Júnior. Frequentam já o 1.º anno do curso secundário oito alumnos. O governo provincial subvenciona este estabelecimento com a quantia de 4:000\$000, que é sem duvida alguma muito pequena; attendendo aos melhoramentos que se tornam necessários á casa, que é pequena, já para o numero de alumnos e para outras reformas de que necessita o material. A falta de maior espaço onde nas horas de recreio os alumnos se divirtam, desenvolvendo o seu physico, é sensível. A criança quer ar e espaço, prendêl-a em um acanhado circulo, é tolher-lhe o seu desenvolvimento e preparar-lhe um mal para o futuro. O estudo da physica e chimica, quizera antes vel-o substituído pelo da historia natural seguido então de noções praticas das duas primeiras sciencias; porque, qualquer que seja a carreira que tenha de seguir o alumno, o estudo da botanica, de mineralogia, geologia, etc., ser-lhe-ha sempre mais util do que o da physica e chimica, que aprenderão nas faculdades. A maioria dos alumnos naturalmente seguirá a vida da lavoura, e para esses aproveita mais a historia natural do que a physica. Existe ahi tambem uma sociedade litterario-scientifica, com o nome de **Sociedade Ethnographica**, com um museu e uma biblioteca, com mais de 2.000 volumes, que está fraqueada ao publico. Foi fundada no dia 7 de Setembro de 1872, pelo humilde autor deste escripto, com a cooperação das principais pessoas da localidade, a quem rendo aqui um publico testemunho de gratidão. (RODRIGUES, 1875, p. 17-18)

Podemos notar a preocupação, a partir do relato acima, para dois pontos importantes. A primeira é a questão da necessidade de espaço, não somente para a administração do ensino científico, como também para os exercícios físicos que também já eram considerados necessários àquela época. Outro ponto de importância é a criação da primeira Biblioteca em Santarém, franqueada ao público e que, apesar de mantida por entidade civil, compunha-se também de um Museu que pode ter sido útil para os educandos da região pelos anos que funcionou.

O Programa do Colégio, escrito e publicado pelo seu diretor (PROGRAMA, 1872) previa que a educação seria composta de educação física (asseio higiênico, sustento alimentar e exercícios físicos úteis), educação moral (estudo da doutrina cristã e observância dos deveres civis e religiosos) e educação intelectual (por meio das disciplinas da instrução primária e

secundária). A instrução primária seria ministrada em dois graus, no primeiro grau, os alunos aprenderiam leitura em prosa, verso e manuscrito, doutrina Cristã, gramática da língua portuguesa, tabuada com as quatro operações aritméticas, cursivo e bastardinho. No segundo grau os alunos fariam leitura de prosa e verso, gramática da língua nacional mais desenvolvida, análise gramatical, exercício prático de cartas familiares, postila, doutrina cristã, elementos de moral e civilidade, aritmética até proporções inclusive o sistema métrico, ortografia, noções de geografia e história do Brasil, bastardinho e bastardo²⁹.

Já o curso secundário era dividido em quatro anos, assim desenvolvidos: primeiro ano: Gramática filosófica da língua portuguesa, e também francês, aritmética e desenho linear; segundo ano: francês, latim, aritmética com álgebra, geografia e desenho linear; terceiro ano: francês, latim, aritmética com álgebra e geometria, geografia e história; quarto ano: latim, aritmética com álgebra e geometria, geografia, retórica e poética. Além disso, desde o segundo ano primário passando também por todo o secundário, havia aulas de doutrina cristã e música para todos os alunos.

Uma das novidades dentro do referido programa era a ausência do castigo das palmatórias. Para punir os alunos, eram usados a admoestação, o ficar de pé em determinado lugar da sala de aula, copiar páginas de livros, perder a sobremesa ou merenda e o recreio, ser privado de passeio para casa dos pais, reclusão com trabalho em quarto, perda de lugares de distinção ou honra e exclusão do colégio (nas faltas mais graves). Além dos castigos pelas infrações, eram proibidos aos alunos se comunicar com pessoas externas ou internas (mesmo os serventes) sem autorização do Diretor, portarem instrumentos ou livros ofensivos, mandarem cartas ou bilhetes sem conhecimento do Diretor (as únicas cartas que poderiam sair do Colégio em envelopes fechados pelos alunos seriam as cartas e bilhetes dirigidos a seus pais, os demais seriam sempre abertos), os alunos também eram proibidos de insultarem os companheiros com palavras ou ditos ridículos ou imorais, portar brinquedos ofensivos, ou jogos de cartas ou qualquer outro modo recreativo que o Diretor não julgasse necessário.

Não conseguimos dispor melhores informações sobre o funcionamento do Colégio entre os anos de 1872 e 1875, exceto o que nos relata Wilson Fonseca. Sabemos que o Colégio tinha no seu Diretor, o Sr. Fernando Felix Gomes, uma gerência muito proveitosa (FONSECA, 2006, p. 181). Ao que parece a instrução dada era capaz de suprir as necessidades da elite local. O empresário do Colégio conseguiu, inclusive, além da subvenção a que tinha direito, um

²⁹ Bastardo e bastardinho faziam parte do aprendizado de escrita e eram geralmente usadas para escrituração de títulos de textos, com tamanho maior que a escrita cursiva.

empréstimo estatal de dez contos de réis para tratar da aquisição de um prédio para o funcionamento do Colégio.

Entretanto, com o falecimento do seu diretor, sr. Fernando Felix Gomes, o empresário, Joaquim Rodrigues dos Santos chama o cônego Antônio Feliciano de Souza para dirigir novamente o educandário. As reações são imediatas, e o jornal que antes defendia o colégio, de propriedade do Barão de Santarém, passou a tratar a sua existência como “um fingimento, uma ficção” (FONSECA, 2006, p. 182).

No mês de maio de 1875, o empresário, tenente coronel Joaquim Rodrigues dos Santos, tratou de transferir, sem ônus, os direitos do se contrato para um novo proprietário. O diretor veio a falecer nesse mesmo ano, antes mesmo dessa transferência ser realizada e de poder pagar o empréstimo que havia feito junto ao Governo da Província.

O Colégio Nossa Senhora da Conceição é posto novamente para arrematação de um novo contratante. Duas propostas foram apresentadas, uma de Carlos Seidl e outra de José Marcos de Souza. O arrematante foi o Sr. Carlos Seidl, que era dono de uma livraria em Belém, que chegou a publicar várias obras, entre elas o “Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará”. Em 17 de dezembro o “Regulamento” da instituição é aprovado pelo presidente da Província. Nele, estão fixados os valores que seriam pagos nas três condições de estudos dos alunos: internos, semi-internos e externos.

Novamente levantaram-se os ânimos políticos. Visto que o novo proprietário era católico fervoroso, ex-maçom e conservador. Os liberais levantaram a voz contra o contrato feito, o que levou uma nota publicada no jornal “A REGENERAÇÃO”, do seguinte teor:

Enquanto o Collegio de Santarem esteve nas mãos de um liberal, como o Sr. Conego Souza ou de um maçom, como o Sr. Fernando Felix Gomes, não havia desperdícios dos dinheiros publicos, não era o Collegio um escandalo, uma sinecara; não era inutil aos habitantes de Santarém. (O COLLEGIO, 1875)

Usando o exemplo do debate em torno da experiência do ensino dado pelo Colégio de Santarém, o jornal acima citado aponta ainda para o fato de abandono do interior e concentração da educação no litoral do país, prejudicado na educação de vilas e cidades do interior da província, mesmo sendo o interior o responsável pelo sustento do comércio da Capital:

Se o interior durante um anno apenas não mandasse nenhum dos seus valiosos productos, fechar-se-hião 9 decimos das casas de commercio, a Alfandega e a Recebedoria não teriam rendimento algum e os habitantes da capital ficariam reduzidos a mendicidade. Já vê pois o **Liberal** que é justo distribuir parte dos rendimentos provinciaes com o interior, e não gastar tudo na capital, muitas vezes em obras de mero luxo. (O COLLEGIO, 1875)

Entretanto, ganhou o empresário Carlos Seidl o apoio do partido conservador em Santarém, capitaneado pelo Barão de Santarém e contando com o apoio do arcediogo Monsenhor José Gregório Coelho, Vigário Geral do Baixo Amazonas. Sob sua direção temos uma vigorosa vida do ensino secundário na Cidade de Santarém. Grandes manifestações eram feitas, por exemplo, por ocasião dos “Exames” prestados pelos alunos do Colégio.

Mesmo sendo muito católico, o empresário voltou seu olhar para os alunos não católicos, pertencentes à Colônia de Imigrantes Norte Americanos de Santarém. Por isso, propôs uma mudança no regimento, permitindo a liberdade aos alunos não católicos de preferir não participar das celebrações de missas, das aulas de catecismo religioso e propôs uma sala, em separado, para que os mesmos alunos pudessem fazer suas orações em silêncio, conforme os seus ritos, em maioria de origem metodista (FONSECA, 2006, p. 186).

Com o falecimento da sua esposa, a Sra. Raymunda Pinto Seidl, ocorrido em 06 de agosto de 1877, o diretor e proprietário do Colégio de Nossa Senhora da Conceição foi desfalecendo da empreitada, levando-o a desistir do trabalho no início do ano de 1878, pedindo a rescisão de seu contrato com o governo provincial. Posteriormente entrou o ex-diretor para o Seminário, em Belém, onde ordenou-se padre católico em 1880. Quanto ao Colégio que dirigia, deixou uma marca na cidade, por ter existido em uma época de efervescência sócio cultural.

Graças ao Colégio Nossa Senhora da Conceição, a vida social da cidade tomou maior vulto cultural, favorecendo o aparecimento de banda musical, coral de vozes masculinas que abrilhantavam as cerimônias civis e religiosas. Além disso, foi no Colégio que se desenvolveu uma das primeiras turmas de teatro da cidade que apresentavam diversas peças teatrais durante a existência do Colégio, em um teatro também denominado de “Nossa Senhora da Conceição”.

As duas experiências, de Óbidos e Santarém, nos indicam que as disputas políticas que permeavam as elites das duas principais cidades da região, na segunda metade do século XIX, muito mais prejudicavam do que ajudavam a implementar a instrução no interior. O Colégio de Óbidos só sobreviveu até o fim do Império, quando houve uma certa união dos principais líderes políticos em torno da educação, propiciando uma continuidade por conta, não do governo provincial, mas do governo do próprio município, que passou a subsidiar a existência do Colégio.

4. DIFICULDADES E DESAFIOS DO FINAL DO IMPÉRIO

No último ano do império, quatro documentos oficiais do governo da Província foram produzidos. Estes documentos parecem fazer uma retrospectiva histórica dos problemas, dificuldades e desafios que a Instrução Pública enfrentou durante o período do Império, que analisamos neste trabalho. Além disso, estes últimos meses do regime monárquico mostram um problema que não encontrei escrito nos documentos que pesquisei, mas que se torna evidente: havia uma constante troca de governantes na Província, como, por exemplo, neste ano de 1889, onde quatro pessoas governaram os rumos da população. E, por falta de um projeto de continuidade, cada governante fazia o que achava ser melhor, conforme suas convicções e ideologias políticas, comumente desfazendo o que o antecessor havia feito.

Essa inconstância, também era causa de insegurança e instabilidade em qualquer projeto que se executasse, pois não existia nenhuma garantia de que ele seria continuado por um sucessor, geralmente nomeado pelo governo central do império e, não raras vezes, um tanto que alheio à realidade local da Província. Mesmo os Vice-Presidentes que assumiam, que geralmente moravam na própria Província, não tinham a intenção de manter o trabalho de seus antecessores, querendo, eles mesmos, enquanto estavam no poder, agir de acordo com seus próprios interesses e ideais.

Em 02 de fevereiro de 1889, em sua Fala de abertura da Assembleia Provincial, o presidente da Província, Miguel José d'Almeida Pernambuco, destaca que encontrou a instrução pública no Grão-Pará no mais completo estado de desorganização (PARÁ, 1889a, p. 35) e que em vista do alto investimento que se faz com a educação na Província, os resultados colhidos são muito pequenos.

O Presidente da Província, ouvindo o Diretor da Instrução Pública, bacharel Raimundo Nina Ribeiro, considerava que o principal motivo dessa desorganização é a legislação educacional vigente na Província que possui, inclusive, leis que são completamente antagônicas. Por isso, o presidente considera uma nova reforma nas leis que regem a instrução pública como uma urgente necessidade.

Entre as leis vigentes naquele ano de 1889, os sobreditos presidente e diretor entendem que a lei da obrigatoriedade do ensino público com as suas sanções penais em caso de não execução é, muito mais uma letra morta do que realidade. Por outro lado, consideram que a gratuidade do ensino deve ser defendida com muita força, mas levando-se em conta que um ensino gratuito pressupõe uma frequência imperativa, sem a qual a gratuidade perderia sua eficácia (PARÁ, 1889a, p. 35).

Esta “Fala” também contém uma informação importante que, na verdade dá uma luz ao fracasso da instrução pública na Província: a desistência, pois a matrícula de todas as escolas da Província indica 16.550 alunos, mas a frequência média é de 9.930, o que implica dizer que 40% dos alunos matriculados nas escolas públicas da Província, não frequentavam as aulas (PARÁ, 1889a, p. 36). Esse dado leva o presidente a afirmar que a educação é uma despesa e a trata como dispêndio e não como investimento.

Outro dado presente na referida “Fala” considera a inexistência do “Curso Normal” como uma das causas do fracasso na educação paraense. Desde 1885, o Curso Normal foi anexado ao Liceu Paraense por meio da lei provincial 1.224, de 03 de dezembro de 1885. Para aquela casa passaram as cadeiras de Pedagogia, Música, Religião e Desenho. Por isso o presidente considera que,

A instrução que alli é dada, illustra o espirito, mas não prepara o mestre, que precisa aprender não só as materias que têm de ensinar, como o modo por que deve encaminhar o ensino: o que só obtem por meio do estudo pratico, distribuido nas Escólas Normaes. Assim, faltando aos professores o character tecnico e o perfeito estudo da pedagogia; a instrução popular não poderá elevar-se acima do nivel em que se acha n'esta provincia. (PARÁ, 1889a, p. 39)

O presidente em questão ainda destaca a ineficácia do Conselho Diretor e dos inspetores das Escolas. Volta a criticar o gasto com aluguel de casas para o funcionamento das Escolas na província, sendo que estas não apresentam condições dignas para o ensino. Alerta que o ideal seria a construção de prédios que atendessem às necessidades da educação, mesmo que, para isso, fosse necessário fazer empréstimos. Finaliza seu lamento, lembrando aos nobres deputados provinciais que “esta illustre Assembléa, há alguns annos, não vota verba para aquisição de livros e material para as escolas” (PARÁ, 1889a, p. 41).

Miguel Pernambuco deixaria o governo da Província no dia 18 de março de 1889, ocasião em que passou o governo ao Vice-Presidente, João Policarpo dos Santos Campos, apresentando um **Relatório** que revela que no espaço de pouco mais de um mês, as únicas atividades que havia realizado em favor da Instrução Pública na Província foi a nomeação e exoneração de professores, criação de escolas provisórias, transferência de escolas e vitaliciedade de professores (PARÁ, 1889b, p. 59-60).

João Policarpo não ficou muito tempo à frente do governo provincial. Quando o novo Presidente da Província, Antônio José Ferreira Braga, tomou posse, em julho de 1889, quem estava no comando da mesma era o 1º Vice-Presidente, José de Araújo Roso Danin que publicou o terceiro documento oficial daquele ano, um **Relatório** que apresenta a Instrução

Pública como um **verdadeiro caos** (PARÁ, 1889c, p. 18). Entre os motivos para essa definição, José Danin considera o seguinte:

- A mutilação da lei 1.030, de 07 de maio de 1880 (que criou o ensino obrigatório e garantiu proteção aos professores contra arbitrariedades);
- Sucessivas reformas no ensino público, que não tinham estudos prévios ou critérios;
- Nomeações “infelizes” de pessoas sem qualificação necessária para a função de Diretor da Instrução Pública (PARÁ, 1889c, p. 18).

Para tentar sanar as dificuldades acima, José Danin, em primeiro lugar trocou o Diretor da Instrução Pública da Província, nomeando para tal cargo o Dr. Américo Marques Santa Rosa. Depois, propôs ao novo Presidente uma reforma na legislação educacional. Para isso, pediu ao comendador José Veríssimo que apresentasse uma proposta para uma nova organização da instrução pública (PARÁ, 1889c, p. 18-19).

Além disso, no seu pouco tempo em que esteve à frente do governo provincial, o Dr. José Danin realizou as seguintes ações: reestabeleceu escolas extintas pelo seu antecessor, João Policarpo; reintegrou diversos professores e professoras que foram demitidos de seus cargos, sem motivo de ordem pública e concedeu jubilações (PARÁ, 1889c, p. 19-21).

No final de seu Relatório, José Danin volta a aconselhar que a Escola Normal, responsável pela formação de futuros professores e fundida ao Liceu Paraense, volte a ter funcionamento independente para o bem da instrução pública na Província e, por fim, lamenta o estado em que se encontram muitas escolas públicas, que funcionam em “baixos de sobrados e casas acanhadas, sem condição escolar nenhuma” (PARÁ, 1889c, p. 22).

Por fim, no dia 18 de setembro de 1889, quando o Presidente da Província do Pará, Dr. Antônio José Ferreira Braga, abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial, começou a falar da Instrução Pública com as seguintes palavras:

Admirando nesta província a pujança do seu desenvolvimento material, observei com tristeza o contraste entre o seu florescimento e os resultados acanhados que apresenta o desenvolvimento da instrução popular. Este ramo da publica administração despertou dede logo minha atenção e, devo confessal-o fiquei apprehensivo dos destinos da província. (PARÁ, 1889d, p. 4-5)

A pujança do desenvolvimento de que fala o Presidente, refere-se exclusivamente ao desenvolvimento da capital da Província, que gozava das benesses da exploração da borracha. No entanto, o dinheiro que proporcionava o luxo dos bancos, casas de comércio, casas de aviamento, etc. não eram investidos na Educação Pública, mas nos prazeres pessoais de alguns

capitalistas que exploravam os seringais. Vejamos abaixo algumas reflexões sobre o que o já citado presidente considerava duas causas do “acanhamento” da Instrução Pública: 1) na legislação sobre a Instrução³⁰, predominava o elemento político partidário, perturbando o olhar do legislador e desvirtuando o seu objetivo, que seria o de favorecer uma instrução pública, gratuita e de qualidade a todos os habitantes; 2) o professor público era usado como “arma eleitoral” dedicando-se à causa dos partidos e afastando-se dos deveres de ser um educador da infância (PARÁ, 1889d, p.5).

De fato, ao procurar um político influente na Província daquele ano e ao expor sua vontade em mudar essa situação, recebeu como resposta a dúvida ao seu esforço e vontade (PARÁ, 1889, p. 5). Esse desabafo, expressado em um documento oficial do governo, ao final do império, mostra, como que fazendo uma avaliação de todo o período dos reinados e regências, que uma das principais dificuldades era o frequente uso da Instrução Pública para fins políticos.

Para tentar sanar essa situação, o presidente faz uma proposta de reforma política da Instrução Pública, fundamentada nos seguintes pontos:

- Criação de um conselho superior de ensino;
- Criação de um conselho de ensino em cada município;
- Divisão do ensino público em dois graus, apropriados a índole e ao desenvolvimento intelectual dos alunos;
- Reforma do programa do ensino com o acréscimo de disciplinas;
- Criação de escolas noturnas;
- Ensino obrigatório nas cidades;
- Reforma da secretaria geral da Instrução Pública com aumento de funcionários;
- Medidas para efetuar-se uma estatística exata que demonstre a situação do ensino;
- Processo administrativo para os professores;
- Criação de um fundo escolar por meio de captação de taxas;
- Reabertura da Escola Normal (PARÁ, 1889d, p. 5-6).

³⁰ A partir de 1834, cada Província ficava responsável pela Instrução Pública. Isso implica dizer que cada Assembleia Legislativa Provincial era responsável por legislar e regular as leis para a Instrução Pública. Na Província do Grão-Pará, diversas reformas foram feitas a partir de leis criadas pelos legisladores provinciais que apresentavam projetos de Leis que eram sancionadas (ou não) pelo governo da Província. Para se ter uma ideia da quantidade de leis (algumas de âmbito local e específico) ver apêndice C deste trabalho.

A ideia final deste presidente, apresenta, pela primeira vez, nos relatórios e documentos oficiais que tive acesso, a proposta de **desenvolver os municípios**, fazendo-os se interessar nos negócios relativos à educação pública e destinando a eles verbas e recursos destinados especificamente para a educação **fazendo de cada escola uma realidade** (PARÁ, 1889d, p. 7).

A realidade, ao final do império e início da República, entretanto, não era nada animadora. Em 1890, no início da República, o governador do Estado do Pará, Justo Chermont, verificou “in loco” a situação da educação nas cidades do interior do Estado, especificamente na região oeste do Pará. Desta visita, registrada nas páginas do jornal “A República”, podemos verificar como se achava a educação logo após os últimos dias do Império.

Quadro 5 – Educação nos municípios do Baixo Amazonas e Tapajós em 1890

Localidade	Escola	Professor(a)	Alunos matriculados	Alunos que frequentam
Alenquer	Elementar fem.	Domingas das Neves Martins (normalista)	72	52 a 62
	Elementar masc.	Matheus do Carmo	142	62
Aveiro	Elem. Masc.	Vitalino Antônio Pedro Celestino Ferreira (norm.)	46	31 a 39
	Elem. Fem.	Bazília de Alcantara Ribeiro	33	15 a 20
Faro	Elementar Mista (masc/fem)	Hermelinda Barros	23	(*)
	Elementar masc.	Antônio Joaquim Tobias	62	23
Itaituba	Esc. Elem. Masc.	Padre Matheus Augusto da Silva Franco	25	08
	Esc. Elem. Fem.	Rosa Maria Lages (norm.)	25	18 a 20
	Esc. Elementar fem. De Brasília Legal	Silvéria Loureiro (normalista)	26	26 (**)
Juruti	Não há dados do governo em 1890. Segundo relatório da Fala de 1889, o número de matrículas era 18 e 14 nas duas escolas.			(*)
Óbidos	1º grau masc.	Ferro e Silva (normalista)	60	36 a 49
	1º grau fem.	Antônia Correa Simões (normalista)	38	(*)
	Elementar fem.	Maria Sabina Nunes	20	(*)
	Noturna masc.	Ferro e Silva (normalista)	38	(*)
Santarém	1º grau fem.	Rosa Maria dos Passos	17	16 a 18
	2º grau	(*)	28	12
	Noturna	(*)	29	(*)
	Não classificada fem.	Ignez da Silva Mergulhão (normalista)	31	25
	Elem. Masc. (Alter do Chão)	José Antônio Gonçalves	26	21
	Elem. Fem. (Alter do Chão)	Maria Odília da Rocha Rodiz	23	10 a 12
	Elem. Masc. (Boim)	Faustino Pereira de Almeida	35	28 a 30
	Elem. Fem.	Egydia Xavier Rodrigues	18	14 a 16
	Outras escolas não visitadas pelo governador	Relativos aos dados de matrícula no relatório da Fala de 1889.	184	(*)
Monte Alegre	Não há dados na fonte pesquisada. Mas encontramos a informação de que há duas escolas públicas elementares (uma para cada sexo) com matrículas muito diminutas e frequência mais diminuta ainda. Em Relatório da Fala de 1889 o número de alunos era respectivamente 23 e 20 alunos, nas duas escolas.			

Fonte: Jornal “A República”, Belém, diversos exemplares entre os números 79 e 92 do ano 1890 e Relatório da FALA do Presidente da Província de 02 de fevereiro de 1889

Notas: (*) Não encontramos dados na fonte consultada. (**) Todas as alunas moram na casa da professora.

No quadro acima podemos constatar que, apesar de a região já contar com alguns professores normalistas, a maioria dos docentes ainda ocupavam as cadeiras sem terem passado pela formação da Escola Normal. Como já vimos anteriormente, esses professores que não eram normalistas, assumiam a função de forma interina e, geralmente, ficavam à mercê das frequentes mudanças políticas que ocorriam na Província.

Alguns outros dados que podemos extrair das reportagens publicadas sobre essa viagem e visita do Governador pela região do Baixo Amazonas e Tapajós:

Não havia nenhum prédio público construído para o funcionamento de Escolas nesta região do interior do Estado.

Não havia bibliotecas públicas nas cidades e vilas desta região. Há o registro de uma única biblioteca em funcionamento, no ano de 1890. Ficava na cidade de Óbidos, mantida por parte da iniciativa privada do Grêmio Literário Obidense, com mais de mil volumes.

Não havia nenhum Liceu ou Escola Normal que atendesse a região oeste do Pará, para dar prosseguimento à formação adequada para o acesso à universidade pública ou formação de professores que pudessem atuar no ensino público.

No entanto, apesar da constatação de tudo isso, muitos problemas continuariam existindo ao longo da República e, muitos deles não seriam resolvidos pelo Estado, mas, como bem afirma o professor Anselmo Colares, seriam encampados pela Igreja, exemplo disto é que o interesse pela instalação de um Curso Normal para a formação de professoras, foi realizado pelas religiosas do Colégio Santa Clara, na década de 1930.

Uma outra constatação que podemos ter a partir dos dados apresentados no quadro acima, é a pequena quantidade de alunos que frequentavam as escolas públicas na região. Tomemos por exemplo o município de Óbidos. A população de Óbidos, pelos dados apresentados no Censo de 1890, era composta de 6.257 habitantes masculinos (dos quais 98, ou 1,57%, da população estavam matriculados nas escolas) e uma população feminina de 6.409 habitantes (das quais 58, ou 0,90% da população estavam matriculadas nas escolas).

Em número mais absoluto, a cidade de Óbidos possuía uma população total de 12.666 habitantes, dos quais 156 estavam matriculados nas escolas, representando uma porcentagem de 1,23% da população (essa porcentagem seria bem menor, se considerarmos a evasão dos matriculados ao longo do ano letivo, como, por exemplo, na própria escola masculina de Óbidos, em que estavam matriculados 60 alunos, mas que contava com a frequência máxima de 49 alunos e mínima de 36).

Para efeito de comparação, o censo de 2010, mostra que o município de Óbidos possuía uma população de 49.333 habitantes e 13.080 estavam matriculados nas escolas públicas³¹ (sem contar a rede particular), perfazendo uma porcentagem de 26,51% da população.

A diferença é muito evidente para afirmarmos que, ao final do império, apesar de todos os esforços dedicados pelos governantes da Província ao longo de 60 anos de implantação da instrução pública, a educação ainda não alcançava efetivamente a maior parte da população das cidades e vilas do interior da Amazônia, o que pode ser muito melhor evidenciado pelo quadro abaixo:

Quadro 6 – Percentual da população matriculada nas escolas em 1890

Cidade	População Total	Matrículas nas escolas	% da população matriculada
Alenquer	7.539	214	2,84%
Aveiro	1.184	79	6,67%
Faro	4.009	85	2,12%
Itaituba	4.008	76	1,90%
Juruti	2.501	32	1,28%
Monte Alegre	5.544	43	0,77%
Óbidos	12.666	156	1,23%
Santarém	14. 253	391	2,74%

Fonte: Censo 1890 e dados do quadro anterior.

Constata-se que a educação ainda estava longe de ser acessível gratuitamente à todas as pessoas. O novo regime assume uma Instrução Pública repleta de problemas que precisam ser resolvidos. Tais problemas refletem muito a situação social, econômica e política vivenciada pela Província ao longo da maior parte do império e que teimaram em continuar, até mesmo depois, sob o regime republicano.

³¹ Dados extraídos do site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/obidos/panorama> consulta em 22 de fevereiro de 2021.

Considerações finais

Podemos constatar que, apesar de implantada nos primeiros anos do período imperial (1830), a instrução pública na região do Baixo Amazonas, só pode ser mesmo consolidada com o advento da República, a partir da implantação dos Grupos Escolares, alguns dos quais permanecem em atividade até os dias de hoje. Essa consolidação da educação pública foi também contemporânea à vinda de novas ordens religiosas para o Pará, no caso específico da nossa região do Baixo Amazonas e Tapajós, com os religiosos franciscanos e com as religiosas da Sociedade Missionária da Imaculada Conceição – SMIC, que foram responsáveis pela implantação do primeiro Curso Normal para a formação de professoras que atuavam não somente no ensino público, mas também no ensino particular.

Esse processo de implantação foi concebido pela classe política dominante no país (a Corte, no Rio de Janeiro) e imposto a todas as Províncias, sem levar em consideração a realidade diferente que cada uma delas vivia. Um exemplo prático é considerar a própria Corte como (um lugar onde se concentrava o poder político, a economia, o comércio, a facilidade de comunicação com a Europa e os Estados Unidos, facilidades de transporte) exemplo para a educação no restante da nação, que vivia uma realidade muitas vezes diferente da Corte.

Posteriormente, ao perceber essa dificuldade, a própria Corte tirou de suas mãos a tarefa de implantar, coordenar e desenvolver o ensino público de primeiras letras e passou sua responsabilidade para as Províncias (Ato Adicional de 1834), ficando a Corte apenas com a responsabilidade do Ensino Superior. Isso poderia facilitar a implantação e desenvolvimento do ensino público, afinal de contas, se esperava que as províncias e seus representantes políticos conhecessem a sua própria realidade. Mas, não foi exatamente isso que aconteceu.

A realidade da Província do Grão-Pará era, de fato, muito diferente da realidade da Corte no que tange às grandes extensões territoriais, cultura, sociedade, meios de transporte, etc. Mas havia aqui uma semelhança no que tange à classe dirigente. Assim como no governo central, o governo provincial valorizava o desenvolvimento da educação na capital, onde se concentravam a maior parte dos comerciantes, donos de fazendas e aristocracia política e burguesa, deixando o interior com minguados recursos e sobras. A prioridade era equiparar o desenvolvimento da capital da Província ao desenvolvimento da Corte, por isso, não raras vezes, a Corte servia de exemplo, também, para o modo de se desenvolver a educação no Grão-Pará. Era a classe dominante buscando meios necessário para se manter no poder, reproduzindo no âmbito local e regional os métodos e meios usuais do poder central.

O governo da Província, fosse ele executivo ou legislativo, ao pensar a Instrução Pública, principalmente ao criar as leis, não levava em conta a realidade do povo como um todo, principalmente a realidade das pessoas mais pobres, dos indígenas, dos que moravam nos sítios e fazendas ou nas cidades e vilas do interior. Podemos evidenciar isso com um exemplo prático que apareceu nos dados de nossa pesquisa. Ao dizer que o Estado não conseguia fiscalizar os professores que viviam muito afastados da capital da província, o governo pensava apenas na punição de um professor que, muitas vezes era interino, era provisório, foi colocado ali por um padrinho político e não por capacidade e competência.

Seria possível sanar essa situação com a formação, capacitação e boa remuneração do professor. Com relação à formação e capacitação, houve o projeto da Escola Normal, criada para formar e capacitar professores. No entanto, essa escola ficava na capital, sem levar em conta a formação de professores no distante interior. Como resultado, enquanto na capital haviam muitos professores normalistas, no interior, ao final do império, a maioria dos professores que continuavam exercendo essa função, não haviam sido qualificados pedagogicamente para o ensino em sala de aula.

Outra diferença no universo capital/interior verifica-se na construção de Escolas. Ao final do império, haviam sido construídos ambientes escolares amplos e de qualidade na capital, como o Liceu ou a Escola de Educandas. No interior, principalmente na região do Baixo Amazonas, nem sequer uma sala de aula decente havia sido construída para o ensino público. Dessa forma, enquanto a capital formava e consolidava uma elite, o interior vivia a ausência de um Estado que parecia preferir muito mais punir os erros do que sanar os problemas.

Em 1889, o presidente da Província do Pará, elaborou o termo “Trindade Negativa”, destacando que, nesta Província, faltam alunos, escolas e professores (PARÁd, 1889, p. 6). Podemos, seguramente, acrescentar uma outra negação à esta tríade: no Pará faltam recursos para a educação. Este tema é percebido nos documentos oficiais, não somente de forma direta, como de forma indireta, por exemplo, quando os presidentes da Província tratam da instrução como um “gasto” e não como um “investimento”. Veremos no texto que, em alguns documentos, o pedido de recursos financeiros para tentar solucionar problemas eram claros. A Assembleia Legislativa chegava a aprovar recursos, mas o governo, em seus discursos, falas, exposições e relatórios, alega sempre que tais recursos financeiros não são eram suficientes. No entanto, ao analisarmos a situação no final do império, vemos que as despesas com a instrução pública na Província poderiam sim ser consideradas suficientes³² para garantir um melhor

³² Em, 1887 a despesa com a instrução pública importou em 629:998\$856 (seiscentos e vinte e nove contos, novecentos e noventa e oito mil e oitocentos e cinquenta e seis réis), conforme o relatório oficial (PARÁ, 1888, p.

cenário para a educação, oscilando entre 25 e 30% do valor orçamentário, era o gasto de valor mais alto nos orçamentos estatais, o que nos leva a questionar: existiam poucos recursos ou os recursos que existiam eram mal aproveitados e investidos? No momento nos faltam os dados necessários para responder a esta pergunta, mas pode ser origem para uma pesquisa mais aprofundada sobre a questão.

A falta de recursos financeiros (ou má gestão desses recursos) se reflete, evidentemente, na falta de outros recursos necessários para a implantação efetiva da Instrução Pública gratuita e de qualidade: faltavam as escolas, construídas de forma a facilitar não somente o bem estar da mente como a higiene; faltava o material didático necessário para o ensino elementar (papel, tinta, penas, livros, cadeiras, mesas e demais materiais); sem escolas e materiais, mesmo os alunos matriculados acabavam por abandonar a sala de aula. Sem falar na honesta e justa remuneração para os professores, bem como para a sua formação.

Não podemos deixar, aqui, de fazer um registro interessante que nos ajuda a refletir sobre as prioridades do Estado. Ao final do Império, haviam cadeias públicas em Santarém, Óbidos, Faro, Monte Alegre (que estava já em arruinado estado). A de Alenquer estava em construção. Ou seja, foram gastos recursos públicos para a construção de pelo menos cinco casas destinadas a servir de prisão, mas nenhuma para servir à plena liberdade intelectual humana.

A instrução pública no Grão-Pará não tinha como atores somente os professores e alunos. Na verdade, podemos elencar como atores da Instrução o governo da Província, que tinha a função executiva, os deputados provinciais, que tinham a função legislativa, a Diretoria da Instrução Pública, que estava imediatamente subordinada ao Presidente da Província. Além destes haviam também os delegados literários e os visitantes da instrução pública, que eram agentes governamentais que precisavam fiscalizar os professores e a prática educacional. Já no final do período do império, as Câmaras Municipais começaram também a ter um papel mais atuante, chegando, algumas delas, como a Câmara de Óbidos, a manter pecuniariamente uma ajuda para um professor que atuasse na instrução pública.

Ao analisarmos o processo de implantação pública na província do Pará podemos observar diversas interações que vão além do campo educacional específico da Escola Pública. O principal agente desse processo de implantação, o Estado, vivia sobre constantes tensões

30). Dois anos depois, na previsão da Lei Orçamentária para 1890, era destinada uma verba de 739:186\$000 (setecentos e trinta e nove contos, cento e oitenta e seis mil réis). A previsão total de despesas para a Província era de 2,852:289\$073 (dois mil e oitocentos e cinquenta e dois contos, duzentos e oitenta e nove mil e setenta e três réis). Ou seja, a instrução pública representava cerca de 25% de toda a verba orçamentária da província, no final do império (PARÁ, 1889b, p. 25-28).

políticas, advindas do partidarismo político. No início do Império, a oposição entre os partidos filantrópico e caramuru, posteriormente, entre o partido conservador e o liberal, que se manteve até o final do período imperial. A instrução pública, que deveria promover interações de saber e conhecimento, acabou sendo um instrumento nas mãos dos líderes políticos partidários para barganhar apoio em troca de nomeações (ou demissões) de professores e criação (ou fechamento) de escolas.

Isso se faz notável em diversos artigos publicados em jornais, alguns dos quais mencionamos neste trabalho, quando um professor era apadrinhado ou simpático a um determinado partido, sofria perseguições por parte da imprensa patrocinada pelo partido oposicionista. Quanto a relação professor-aluno, sabemos, também por meio de jornais, que nem sempre era uma relação de mestre e discípulo. E não somente por meio de jornais, mas também por alguns documentos encontrados no Arquivo Público do Estado, que mostram algumas situações que, de fato, foram causa de escândalo naquela época e que seriam ainda hoje. Não raramente, esses documentos revelam abandono da escola pelo professor e questões de ordem moral, que acabavam sendo utilizadas pelos partidos opositores para desmoralizar ainda mais a realidade do professor público na Província.

No Arquivo Público do Estado do Pará encontramos alguns documentos relativos à instrução pública que mostram não somente a comunicação realizada entre o Governo e o Diretor, mas entre este e os professores. Muitas dessas correspondências dizem respeito à pedidos de licença para tratamento de saúde, pedido de vitaliciedade no cargo de professor, reclamações sobre atrasos de pagamento e pedidos de esclarecimentos, além de portarias de nomeações, remoções, demissões, criações de escolas, etc. Alguns desses documentos estão colocados nos anexos deste trabalho para que possamos ter uma ideia de importância da comunicação naquela época, bem como as muitas leis provinciais que encontramos em nossa pesquisa e estão compiladas no quadro 9.

Queremos salientar aqui que a comunicação sofreu um grande salto de velocidade a partir do ano de 1853, com a implantação da navegação a vapor entre Belém e Manaus, com escalas nas principais cidades e vilas do interior, incluídas aí Santarém e Óbidos. Nesse mesmo período se propagou pela Província o melhoramento do serviço postal. Correspondências que, antes do vapor, dependiam de transporte à vela para a Capital, algumas dessas viagens demorando mais de um mês, agora eram feitas em, no máximo, sete dias. Esse melhoramento

da navegação a vapor também proporcionou o transporte de materiais e mobílias³³ para o interior da Província. A mesma mesa e cadeiras, usadas em uma escola da capital, podiam ser, agora, enviadas para uma escola no interior da Província.

Em nosso trabalho de pesquisa nos deparamos com obstáculos, desafios e limitações enfrentadas no processo de implantação da Instrução Pública no interior da Província, especificamente na região do Baixo Amazonas e Tapajós. Além da falta de recursos pecuniários (ou má gestão desses recursos), da falta de professores capacitados, da ausência de recursos materiais e de escolas dignas para o ensino e da evasão escolar, que destacamos anteriormente, podemos ainda elencar: as disputas político-partidárias que se tornaram maiores ainda por conta da constante troca de governos provinciais, cada um valorizando suas próprias ideias políticas; a ausência de um projeto político e, conseqüentemente, de uma legislação unificada que propiciasse a implantação efetiva e regular do ensino primário em todas as cidades, vilas e principais lugares do interior; a disputa entre as elites do campo e da cidade, sendo que esta última sempre queria gozar dos maiores favores do Estado, pouco ou quase nada sobrando para àquela primeira, essa disputa se reflete ainda nas tentativas de implantação do ensino privado com os recursos públicos. É certo que existiam problemas isolados, mas estes, aqui citados se tornaram sobremaneira relevantes nos dados que pesquisamos.

Os documentos que não foram utilizados no contexto do estudo desta dissertação, mas que foram relativos à história da educação no século XIX, poderão constituir um outro trabalho que poderemos compartilhar no grupo de pesquisa do HISTEDBR/UFOPA ou usar na construção de artigos que possam ajudar a novas e futuras análises que possam surgir no meio acadêmico.

³³ Nos anexos deste trabalho, se encontram os desenhos das mesas e cadeiras usadas nas escolas públicas da Província do Pará, que fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará. As imagens foram enviadas para processos de licitação de compras feitas pelo governo provincial, no século XIX.

Referências

Documentos Manuscritos

Do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará:

SANTARÉM, Câmara Municipal. **Livro de Ata da Câmara Municipal da Vila de Santarém**, livro 01, de 1829 a 1837.

Do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

VASCONCELLOS, Felix Barreto de. **[Ofício]**. Destinatário: Major Manoel de Frias e Vasconcellos, Presidente da Província do Grão-Pará. Belém, 20 de dezembro de 1858.

Do Arquivo Público do Estado do Pará – APEP

Fundo Governo

Código 851

CARNEIRO, José Roberto Aires. **[Memória]**. Destinatário: José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Pará. Santarém, 08 de janeiro de 1828.

Código 892

VASCONCELLOS, Pedro Marinho de. **[Ofício]**. Destinatário: Manoel José de Araújo Franco, Corregedor da Comarca do Pará. Óbidos, 05 de agosto de 1829.

Fundo Diretoria Geral de Instrução Pública da Província

PARÁ, Governo da Província do. **Catálogo de Ficha Funcional (1854-1866)**. Coleção Encadernada 03. Belém, 1854.

Notícias De Jornais

ALENQUER 25 de abril de 1876. **A Constituição**. Belém, 29 maio 1876. Ineditorias. p. 02.

ASSEMBLÉA Legislativa Provincial. **A Epocha**. Belém, 02 novembro, 1859. `Parte Official. p. 01-03.

COLLEGIO de N. S. da Conceição. **Baixo-Amazonas**. Santarém, 01 julho 1872. Noticiario. p. 03-04.

CÔNEGO Siqueira a pedir esmola. **O Liberal do Pará**. Belém, 02 fevereiro 1870. O Liberal do Pará. p. 01.

FAMÍLIA, os Paes de. **O Liberal do Pará**. Belém, 21 junho 1870. Publicações a pedido. p. 02.

INSTRUCÇÃO Publica. **Diario do Brazil**. Rio de Janeiro, 08 março 1882. Correio do Brazil. p. 03

O COLLEGIO de Santarém. **A Regeneração**. Belém, 05 setembro 1875. A Regeneração. p. 02-03.

PORTARIA. **Jornal do Pará**. Belém, 12 julho, 1876. Parte Official. p. 01.

PROGRAMA. **Baixo-Amazonas**. Santarém, 06 julho 1872. Santarém, Colégio N. S. da Conceição. p. 3-4.

RESPOSTA. **A Epocha**. Belém, 21 setembro 1859. A Pedido. p. 02.

REVISTA Semanal. **A Epocha**. Belém, 09 maio 1859. Do Monarquista Santareno. p. 01-02.

SANTARÉM 1º de julho de 1872. **Baixo-Amazonas**. Santarém, 01 julho 1872. Baixo-Amazonas. p. 01-02.

TAMERLÃO (pseudônimo). **O Liberal do Pará**. Belém, 11 janeiro 1870. Correspondência. p. 01.

VIAGEM do Exmo. Sr. Dr. Portela a Santarém. **Jornal do Pará**. Belém, 11 abril 1871. Gazetilha. p. 01-02.

Documentos Impressos do Governo

BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1827**. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

PARÁ. **Relatório do Presidente da Província do Grão-Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, apresentado ao Conselho Geral da Província em 3 de dezembro de 1833**. Belém: Typographia do Correio, 1833.

PARÁ. **Discurso com que o Presidente da Província do Pará fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de março de 1838**. Belém: Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, 1838.

PARÁ. **Esposição do estado e andamento dos negocios da Provincia do Pará no acto da Entrega que fez da Prezidencia o Exmo. Marechal Francisco Jozé de Souza Soares d'Andrea, ao Exmo. doutor Bernardo de Souza Franco, no dia 8 de abril de 1839**. Belém: Typographia de Santos, e Santos menor, 1839a.

PARÁ. **Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Provincia do Pará, quando abrio a Assembleia Legislativa Provincial No Dia 15 de Agosto de 1839**. Belém: Typographia de Santos, e Santos menor, 1839b.

PARÁ. **Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no Dia 15 de Agosto de 1840**. Belém: Typographia de Santos & menor, 1840.

PARÁ, **Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 14 de abril de 1841**. Pará: Typographia de Santos & menor, 1841.

PARÁ, **Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 14 de abril de 1842**. Pará: Typographia de Santos & menor, 1842.

PARÁ, **Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Coronel Jozé Thomaz Henriques, Presidente da Província do Pará, na abertura da segunda sessão da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de agosto de 1843**. Pará: Typographia de Santos & menores, 1843.

PARÁ, Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo, Presidente da Província do Pará, na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembleia Provincial, no dia 15 de agosto de 1844. Pará: Typographia de Santos & menores, 1844.

PARÁ, Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Maria de Moraes, Vice-presidente da Província do Pará, na abertura da segunda sessão da quarta legislatura da Assembleia Provincial, no dia 15 de agosto de 1845. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1845.

PARÁ, Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Maria de Moraes, Vice-presidente da Província do Pará, na abertura da primeira sessão da quinta legislatura da Assembleia Provincial, no dia 15 de agosto de 1846. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1846.

PARÁ, Fala dirigida pelo Exmo. Snr. Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província do Grão-Pará à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da sessão extraordinária, no dia 08 de março de 1847. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1847a

PARÁ, Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Maria de Moraes, Vice-presidente da Província do Pará, na abertura da segunda sessão da quinta legislatura da Assembleia Provincial, no dia 15 de agosto de 1847. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1847b.

PARÁ. Fala dirigida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho Presidente da Província do Grão-Pará à Assembleia Legislativa Provincial, na Abertura da Sessão Ordinária da sexta legislatura, no dia 1º de outubro de 1848. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1848.

PARÁ. Fala dirigida pelo Exmo. Snr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Grão-Pará, à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, no dia 1º de outubro de 1849. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1849.

PARÁ. Relatórios a que se refere a Fala que o Exmo. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Presidente desta Província, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura do corrente ano. Pará: Typographia da Aurora Paraense, 1854.

PARÁ. Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XI Legislatura, pelo Exmo. Sr. tenente-coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, Presidente da mesma Província, em 01 de outubro de 1859. Pará: Typographia Commercial de A. J. Rabello Guimarães, 1859.

PARÁ. Relatório que o Exmo. Sr. Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Presidente da Província do Pará, apresentou ao Exmo. Sr. Vice-presidente, Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, ao passar-lhe a administração da mesma Província, em 12 de maio de 1860. Pará: Typographia Commercial de A. J. Rabello Guimarães, 1860.

PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Exc^a. o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raaymundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de agosto de 1867. Pará: Typographia de Frederico Rhossard, 1867.

PARÁ. Falla com que o Exmo. Sr. Dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco, Presidente da Província, abriu a 2ª Sessão da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Pará, em 2 de fevereiro de 1889. Pará: Typographia de A. F. da Costa, 1889a.

PARÁ. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco, Presidente da Província do Pará, passou a administração da mesma ao Vice-Presidente da Província, ao Exmo. Sr. Dr. João Policarpo dos Santos Campos, em 18 de março de 1889. Pará: Typographia de A. Frutuoso da Costa, 1889b.

PARÁ. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José de Araújo Roso Danin, 1º Vice- Presidente da Província do Pará, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. Antônio José Ferreira Braga, Presidente nomeado por Dec. de 22 de julho de 1889. Pará: Typographia de A. Frutuoso da Costa, 1889c.

PARÁ. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antônio José Ferreira Braga, Presidente da Província, abriu a sessão extraordinária da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Pará, em 18 de setembro de 1889. Pará: Typographia de A. Frutuoso da Costa, 1889d.

LIVROS

BAENA, A. L. M. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

BATES, H. W. Um naturalista no rio Amazonas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

COLARES, A. A. A história da educação em Santarém: das origens ao fim do Regime Militar (1661-1985). Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2005.

DAMASCENO, A. A instrução no Grão-Pará imperial: do ato adicional de 1834 ao relatório Gonçalves Dias. In: Revista Brasileira História da Educação, Maringá, PR, vol. 17, n. 1 (44), p. 37-64, Janeiro/Março 2017.

FONSECA, W. Meu baú mocrongo. Belém: SECULT/SEDUC, 2006.

GONDRA, J. G. e SCHUELER, A. Educação, poder e sociedade no Império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

LOMBARDI, J. C. Reflexões sobre Educação e Ensino na obra de Marx e Engels. Campinas, SP: [s.n], 2010.

LOUREIRO, A. J. S. História da medicina e das doenças no Amazonas. Manaus: Gráfica Lorena, 2004.

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MELO, W. R. S. de. **Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista**: Ressignificação da Cabanagem no Baixo Tapajós (1831-1840). Curitiba: CRV, 2017.
- PANTOJA, A. R. R. L. **Terra de Revolta**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2014.
- PENNA, D. S. F. A Região Ocidental da Província do Pará. In: **Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 12 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.
- SALLES, V. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3 ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.
- SANTOS, P. R. dos. **Tupaiulândia**. 3 ed. Santarém, PA: ICBS/ACN: Tiagão, 1999.
- SAVIANI, D., LOMBARDI, J. C. e SANFELICE, J. L. (orgs.). **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SAVIANI, D, ... [et al.]. **O Legado educacional do século XIX**. 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.
- SAVIANI, D. **História do tempo e tempo da história**: estudos de historiografia e história da Educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 43 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.
- SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. 2 ed. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1981.
- SPRUCE, R. **Notas de um botânico na Amazônia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.
- TAVARES, J. L. **O Rio Tapajós**: memória onde se estuda semelhante tributário do Amazonas, não só como elemento de riqueza e uma das melhores vias de comunicação, como também porque todo o território que banha é o mais apropriado para o estabelecimento de colônias agrícolas e industriais. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.
- VILLELA, H. de O. S. Do Artesanato à Profissão: Representações sobre a institucionalização da formação docente no Século XIX. In: STEPHANOU M. e BASTOS, M. H. C. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. II: Século XIX. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- WALLACE, A. R. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro 7: Professores das Escolas Masculinas do Baixo Amazonas

LUGAR	NOME	OBSERVAÇÕES
<p>Boim</p> <p>Escola de instrução primária do 1º grau da Freguesia de Boim, criada por portaria de 22 de agosto de 1855.</p>	<p>Primo Feliciano Lameira</p>	<p>Por portaria de 29 de janeiro foi nomeado para reger interinamente a cadeira de 1º grau da freguesia de Boim.</p> <p>Por portaria de 25 de novembro de 1856 foi extinta a escola da freguesia e demitido este seu professor.</p>
<p>Alter do Chão</p> <p>Escola de instrução primária do 1º grau da Freguesia de Alter do Chão, criada por portaria de 24 de maio de 1855. Declarada extinta por portaria de 20 de maio de 1860.</p>	<p>Silvestre Silvano Guaporé</p>	<p>Nomeado, por portaria de 12 de outubro de 1855, para reger esta cadeira interinamente. Entrou no exercício da função em 1º de agosto de 1856. Foi demitido desta função em 15 de fevereiro de 1858.</p>
	<p>Manoel Antonio Rebello (Padre)</p>	<p>Nomeado professor interino de Alter do Chão por portaria de 12 de agosto de 1858. Por portaria de 18 de junho de 1859 foi exonerado, a seu pedido, do cargo de professor interino da Escola de Alter do Chão.</p>
<p>Santarém</p> <p>Em vista do Regimento de 09 de abril de 1860, esta cadeira foi considerada de 2ª classe, por portaria de 1º de maio de 1860.</p>	<p>Antonio Dias Ferreira Portugal</p>	<p>Nomeado para reger interinamente a cadeira de Instrução Primária do 2º grau da cidade de Santarém a 13 de outubro de 1855. Por portaria de 06 de novembro desse mesmo ano foi demitido, a seu pedido, da mesma cadeira.</p>
	<p>Manoel Sebastião de Moraes Sarmiento</p>	<p>Foi nomeado para reger interinamente a cadeira de 2º grau da cidade de Santarém por portaria de 04 de julho de 1856.</p>
	<p>Raymundo José de Lima</p>	<p>Em 06 de outubro de 1857 foi nomeado para reger interinamente a cadeira de 2º grau da cidade de Santarém. Por portaria do dia 08 de setembro de 1859 foi concedido um mês de licença para que este professor fosse à Capital tratar de sua saúde. Por portaria de 30 de agosto de 1860 obteve um mês de licença para tratar de sua saúde. Por portaria de 05 de junho de 1861 teve licença de dois meses para tratar de sua saúde. Em 15 de junho de 1863 foi removido para a cadeira da cidade de Cametá.</p>
<p>Felippe Benício Gomes da Rocha</p>	<p>Em 15 de junho de 1863 foi este professor removido da cadeira de Cametá para a da cidade de Santarém. Em 30 de agosto de 1865 foi concedido um mês de licença, com vencimento, a este professor para tratar de sua saúde. Idem, idem por meio de portaria de 21 de agosto de 1867. Em 25 de junho de 1869, a presidência da Província expediu ordem para que este professor ficasse cedido ao Colégio que se</p>	

		fundaria na cidade de Santarém, pelo Arcipestre Antonio Feliciano de Souza. Em 12 de novembro de 1870, foi este professor nomeado para reger a cadeira de ensino primário inferior da cidade de Santarém. Em 27 de fevereiro de 1875, foi este professor removido para reger a cadeira de 3ª. Entrância do 3º. Distrito da Capital.
	João Severiano Alves da Cunha	Por portaria de 19 de setembro de 1867, este professor é removido da cadeira da cidade de Santarém para a Capital da Província.
	Raymundo José de Lima	Na data de 19 de setembro de 1867, foi removido da cidade de Cametá para reger a cadeira da instrução pública em Santarém. Em 26 de maio de 1868 é concedido um mês de licença, com vencimentos, para que este professor trate de sua saúde na capital da Província.
Santarém Cadeira de Música	Theodoro Orestes	Foi nomeado para reger esta cadeira por portaria de 09 de fevereiro de 1857. Ficou como professor da mesma até 1859. Mais tarde (1870) foi nomeado professor do Lyceu Paraense.
	Gaspar José de Mattos Ferreira de Lucena	Por portaria de 16 de abril de 1861, foi nomeado professor da cadeira de Música vocal e instrumental da cidade de Santarém. Prestou juramento no dia 10 de junho de 1861, começando a dar suas aulas no dia seguinte. Em 22 de março de 1862 este professor foi declarado subordinado direto do Diretor de Instrução Pública.
Almeirim Escola de 1º grau de instrução primária da Freguesia de Almeirim, criada em 25 de janeiro de 1856. Por portaria de 20 de abril de 1860 foi extinta esta cadeira.	Joaquim Manoel de Souza	Nomeado por portaria de 10 de maio de 1856 para reger interinamente a cadeira da Escola de Almeirim.
	Caetano Alberto dos Prazeres	Por ofício de 06 de outubro de 1857 o governo da Província aprova a nomeação feita pelo Delegado da Instrução Pública de Almeirim, para substituir o professor de 1ª. Letras que se acha doente. Em 04 de abril de 1859 foi nomeado pelo governo da Província para reger esta cadeira. Foi demitido desta função (a bem do serviço público) em 03 de setembro de 1859.
	João Gomes do Amaral	Foi nomeado para reger a cadeira da escola de Almeirim (que se encontrava vaga) a 12 de fevereiro de 1858. Foi exonerado, a seu pedido, por portaria do dia 21 de setembro de 1858.
Prainha Escola de Instrução Primária de 1º grau da Freguesia de Prainha,	Luiz Martinho d'Azevedo Couto (Padre)	Nomeado por portaria de 07 de maio de 1857 para reger a cadeira de 1º grau. Por portaria de 08 de maio de 1857 foi concedido a este professor dois meses de licença.

<p>criada por portaria de 18 de março de 1857.</p> <p>Em 29 de maio de 1860, foi esta cadeira classificada como de 4ª. Classe.</p>		Foi demitido desta função por portaria de 11 de setembro de 1857.
	Manoel Joaquim Pereira (Padre)	Foi nomeado por portaria de 21 de setembro de 1857 para reger interinamente o ensino primário em Prainha. Por portaria de 25 de setembro de 1858 obteve dois meses de licença para tratar de sua saúde. Em portaria de 07 de maio de 1859 obteve um mês de licença para tratar da sua saúde.
	Manoel Antonio Rebello (Padre)	Nomeado para reger a cadeira de Prainha em 25 de agosto de 1860. Por portaria de 29 de outubro de 1861 foi demitido, a seu pedido, deste cargo público.
	Rodrigo Raymundo Gomes	Em 18 de novembro de 1861 foi nomeado este professor para reger a cadeira do ensino primário de 4ª. Classe da freguesia de Prainha. Em 16 de agosto de 1862 obteve um mês de licença para tratar de sua saúde, com vencimento. Em 25 de setembro desse ano obteve mais dois meses de licença para tratar de sua saúde.
	Benedito José Calandrini	Por portaria de 04 de fevereiro de 1864 este professor foi removido da cadeira de São Miguel do Guamá para a de Prainha. Não aceitou reger a cadeira para o qual foi nomeado.
	Manoel José Sanches de Brito (Padre)	Em 18 de março de 1864 foi aprovado a nomeação deste professor como substituto da cadeira de Prainha.
	Luiz José de Almeida Lins	Por portaria de 22 de março de 1864 este professor foi transferido da cadeira de Benfica para a de Prainha, pela não aceitação do professor Benedito J. Calandrini.
	José Pedro Batista Ferreira (Padre)	Em 11 de fevereiro de 1865 o governo provincial aprova a nomeação deste professor feita pelo Delegado de Instrução Pública de Prainha.
<p>Pinhel</p> <p>Escola de 1º. Grau do lugar Pinhel. Criada por meio de portaria de 24 de setembro de 1858 e extinta por portaria de 20 de abril de 1860.</p>		Não foi provida de nenhum professor público no período de sua existência.
<p>Monte Alegre</p> <p>Classificada como de 3ª. Classe a partir de 1860.</p>	Juvêncio de Moraes Rego	Nomeado professor interino desta cadeira por portaria de 20 de julho de 1860.
	João Augusto de Andrade Aires Carneiro	Foi nomeado por portaria de 17 de abril de 1861, após seu antecessor ter sido exonerado por abandonar a cadeira. Por portaria de 17 de maio de 1862, foi concedida, a seu pedido, sua demissão do magistério.

	Severiano Bezerra de Albuquerque	Foi removido da cadeira de Macapá para reger a cadeira de Monte Alegre, por portaria de 12 de maio de 1862. Por portaria de 15 de junho de 1863 foi este professor removido para a cadeira de Gurupá.
	José Vasques da Cunha Pinho (Padre)	Foi nomeado para reger esta cadeira por portaria de 15 de junho de 1863. Em 23 de junho de 1866, por portaria da Presidência, este professor ganhou um mês de licença para tratar de sua saúde.
<i>Alenquer</i>	João Theotonio Monteiro	Tendo sido aprovado no exame para o provimento da cadeira da Vila de Alenquer, foi nomeado no dia 28 de agosto de 1868. Por portaria de 08 de outubro de 1868 foi removido de Alenquer para a cadeira de Mocajuba, que se achava vaga.
	José Cândido de Azevedo	Por portaria de 1º de outubro de 1868 foi nomeado para reger interinamente a cadeira da escola de Alenquer. A 14 de abril de 1869 foi concedida a exoneração, a seu pedido, do cargo de professor de Alenquer.
<i>Faro</i>	João Carlos da Silva Pinheiro	Obteve licença por portaria de 3 de agosto de 1861. Por portaria da presidência de 12 de outubro de 1861, foi concedida dois meses de licença a este professor para que pudesse estudar Caligrafia na Capital da Província. Em 27 de janeiro foi demitido, a seu pedido, do cargo de professor.
	Lourenço Justiniano da Silva	Nomeado por portaria de 25 de junho de 1862 para reger interinamente esta cadeira. A 28 de novembro foi-lhe concedido dois meses de licença, com vencimentos, para tratar da saúde de sua esposa, que se achava em Abaité (Abaetetuba). Em 04 de janeiro de 1863 foi removido desta cadeira.
	Camillo de Lelis Pereira de Barros	Por portaria de 13 de abril de 1863, este professor foi removido da cadeira de Abaité para a de Faro. Em 12 de outubro de 1863, este professor foi removido desta cadeira para a de Oeiras.
	João Monteiro da Cunha (Padre)	Foi nomeado para reger interinamente a cadeira de Faro, em 12 de outubro de 1863. Em 16 de janeiro de 1865 foi-lhe concedido dois meses de licença para tratar de sua saúde.
<i>Itaituba</i> Cadeira de 4ª. Classe criada por portaria de 31 de dezembro de 1862. Em 07 de abril de 1864 esta escola foi	Estevão Manoel Alves Junior	Nomeado por portaria de 15 de maio de 1863 para reger interinamente esta cadeira. Em 02 de maio de 1864, foi removido, a seu pedido, para a cadeira de Souzel.
	Manoel Antonio Rabello (Padre)	Nomeado para reger esta cadeira interinamente no dia 13 de maio de 1864.

classificada como de 3ª. Classe.		Em 30 de dezembro de 1864 a secretaria da Província tomou ciência de que o padre Manoel Antonio Rabello recusou a nomeação para professor interino da cadeira de Itaituba. Somente em 1866, após a renúncia do professor Estevão Manoel Alves Junior à cadeira de Itaituba é que o padre Manoel aceitou o cargo, entrando no exercício do Magistério no dia 1º de agosto de 1866. Em 22 de novembro de 1866 recebeu 20 dias de licença para ir a Santarém tratar de seus negócios eclesiásticos. Em 7 de novembro de 1867 foi exonerado, a seu pedido, do cargo de professor interino de Itaituba.
	Manoel Joaquim do Nascimento	Foi nomeado em 28 de novembro de 1867 para reger interinamente a cadeira de instrução pública da Vila de Itaituba.
Vila Franca Criada como Escola de Instrução Pública de 4ª. Classe, por portaria de 31 de dezembro de 1862. Por meio de portaria de 07 de abril de 1864, esta cadeira foi classificada como de 3ª. Classe. Foi extinta por portaria de 28 de setembro de 1870.	José Luzignane Monteiro Bezerra	Nomeado em 25 de fevereiro de 1863 para reger interinamente esta cadeira. Em 13 de maio de 1864 foi removido para outra cadeira na ilha de Marajó.
	José Olímpio Ferreira	Por portaria de 10 de junho de 1864 foi nomeado para reger a cadeira de Vila Franca, que se achava vaga. Em 19 de maio de 1865 foi exonerado este professor.
	Antonio do Espírito Santo da Fonseca (Padre)	Nomeado para reger esta cadeira em 19 de maio de 1865. Em 29 de maio de 1867 foi concedido um mês de licença para tratar de sua saúde.
	João Diogo Madureira Pinho	Em 07 de junho de 1869 foi nomeado para reger efetivamente a cadeira de Vila Franca. Em 21 de setembro de 1870 foram concedidos dois meses de licença a este professor para tratar de sua saúde. Com a extinção da cadeira foi este professor removido para a cadeira de Alter do Chão.
Juruty Cadeira de 4ª. Classe de Instrução Pública, criada pelo Governo da Província em 23 de fevereiro de 1864. Por portaria de 17 de março de 1864 foi esta cadeira classificada como de 3ª. Classe.	Manoel José de Pinho	Em 22 de março de 1864, por portaria do governo da Província, foi este professor removido da cadeira de Bujaru para exercer interinamente a cadeira de Juruty. No dia seguinte foi exonerado desta cadeira a seu pedido.
	Januário Prudêncio da Cunha	Por portaria de 7 de novembro de 1866, este professor foi removido da cadeira de Cairary para Juruty, a serviço do bem público. Em 06 de março de 1867 este professor foi removido da cadeira de Juruty para a da freguesia de Irituia.
	Manoel Augusto Xavier de Brito e Abreu	Por portaria de 12 de março de 1867 foi nomeado este professor para reger interinamente esta cadeira.

APÊNDICE B – Quadro 8: Professoras das Escolas Femininas do Baixo Amazonas

LUGAR	NOME	OBSERVAÇÕES
<i>Óbidos</i>	Peregrina Floriana de Pinna Printes (por ofício de 11 de fevereiro de 1856, comunicou à Presidência da Província que mudaria seu nome, a partir desta data para) Peregrina Printes Floriana Valente.	Nomeada interinamente para reger a Escola Feminina de Óbidos a 03 de maio de 1855. Nomeada por portaria de de 23 de fevereiro de 1861 para reger interinamente a cadeira de 2ª classe do sexo feminino da cidade de Óbidos.
	Leopoldina Antonia de Carvalho Nepomucemo	Nomeada por portaria de 04 de junho de 1860 para reger a cadeira de 2ª classe do sexo feminino da cidade de Óbidos. Por portaria de 19 de fevereiro de 1861 foi concedida a remoção desta professora para a cadeira de Santarém, que se achava vaga. Em 04 de abril de 1862, foi removida esta professora da cadeira da cidade de Santarém para a de Óbidos. Portaria de 09 de fevereiro de 1863 removeu esta professora de Óbidos para a cadeira de 4ª. Classe da Vila de Monte Alegre.
	Carolina Augusta Laranja Machado	Por portaria de 02 de março de 1863, foi esta professora nomeada para reger a cadeira de Óbidos. Em 25 de fevereiro de 1865, foi esta professora removida de sua cadeira.
	Rozalia Nunes de Oliveira	Nomeada por portaria de 25 de fevereiro de 1865 para reger interinamente a cadeira da cidade de Óbidos.
<i>Monte Alegre</i> Escola de instrução primária criada por portaria de 08 de agosto de 1857. Por portaria de de 29 de maio de 1860, foi esta cadeira classificada como de 4ª. Classe. Esta cadeira foi extinta por portaria de 28 de setembro de 1870	Maria Felisbella de Jesus	Para reger interinamente a Escola de Primeiras Letras da Vila de Monte Alegre foi nomeada esta professora, por portaria de 14 de agosto de 1857. Por portaria de 14 de abril de 1860 foi demitida da função, a bem do serviço público.
	Anna Joaquina de Carvalho Rebello	Nomeada por portaria de 16 de junho de 1860 para reger interinamente a cadeira da Vila de Monte Alegre. Foi exonerada do cargo de professora interina a 20 de dezembro de 1862.
	Leopoldina Antonia de Carvalho Nepomucemo	Foi removida da cadeira de 2ª. Classe da cidade de Óbidos para a de 4ª. Classe da Vila de Monte Alegre, por portaria de 09 de fevereiro de 1863.
	Maria Amelia Carneiro Pinto	Nomeada para reger interinamente esta cadeira pela portaria de 07 de março de 1863.
	Francisca Augusta Neves Nobre	Nomeada por portaria de 04 de julho de 1865.
<i>Santarém</i>	Thereza Gomes Alves da Cunha	Portaria de 11 de outubro de 1867 concedeu dois meses de licença, com vencimentos, para que esta professora tratasse de sua saúde. Em 05 de março de 1868, faleceu na Capital da Província, onde estava a tratamento de saúde, esta professora do ensino primário da cidade de Santarém.
	Rosa Clara Bella Soares	Nomeada a 29 de julho de 1868 para reger a cadeira pública para o ensino do sexo feminino da cidade de Santarém. Tomou posse da mesma em 09 de setembro desse ano.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Arquivo Público do Estado do Pará – Fundo educação: Coleção Encadernada 03

APÊNDICE C – Quadro 9: Legislação da Instrução Pública no Grão-Pará (1838-1886)

Ano	Tipo	Descrição
1838	Lei Nº 06, de 08 de maio	Autoriza o provimento das cadeiras vagas por pessoas hábeis e, na falta destas, por quem as regesse aceitando o vencimento de metade do ordenado
1839	Lei Nº 30, de 28 de setembro	Autoriza o provimento interino, independente de exame, das cadeiras de primeiras letras ainda vagas, devendo ser regidas até que aparecesse quem se sujeitasse ao exame
	Lei Nº 33, de 30 de setembro	Autoriza a instituição de uma Escola Normal na cidade de Belém para formação de professores.
	Lei Nº 41, de 16 de outubro	Cria uma aula de geometria na cidade de Belém
1840	Lei Nº 64, de 25 de setembro	Cria uma cadeira para o sexo masculino em Portel
	Lei Nº 75, de 28 de setembro	Manda adquirir os exemplares necessários do “Curso Normal de Degerando” para a formação de professores.
1841	Decreto Nº 88, de 24 de maio	Estabelece o funcionamento do Estabelecimento dos Educandos em Belém
	Decreto Nº 96, de 25 de junho	Cria algumas escolas no interior da província e transfere outras de lugar
	Lei Nº 97, de 28 de junho	Regula a instrução primária e secundária e cria o Conselho Superior da Instrução, criando uma Cadeira de Latim em Bragança e mantendo a de Cameté, Macapá e Santarém
	Regimento, de 15 de dezembro	Estabelece o funcionamento do Conselho Superior da Instrução Pública
1843	Decreto Nº 111, de 25 de setembro	Cria escolas de ensino primário em freguesias no interior da Província
1847	Lei Nº 137, de 27 de abril	Estabelece o ordenado dos professores vitalícios em 400\$000 réis e o dos interinos em 300\$000 réis
1848	Lei Nº 154, de 30 de novembro	Cria uma cadeira para o sexo feminino em Cameté e estabelece gratificação da professora
1849	Resolução 157, de 26 de novembro	Cria três cadeiras para o sexo feminino: Cameté (mesma da Lei Nº 154), Santarém e Barra do Rio Negro (Manaus)
	Lei Nº 162, de 19 de dezembro	Estabelece a gratificação anual ao diretor do Colégio São Luiz Gonzaga, em Óbidos
1850	Resolução Nº 171, de 29 de novembro	Cria nas cidades de Cameté, Santarém e Barra do Rio Negro, uma cadeira de Francês, com ordenado de 500\$000 réis, devendo o professor também ensinar Aritmética, Álgebra e Geometria
	Lei Nº 183, de 09 de dezembro	Concede gratificações aos professores das cidades da Província e também às professoras de Cameté, Santarém, Barra do Rio Negro e Turi-assú para aluguel de casas
1851	Resolução Nº 198, de 17 de outubro	Concede ao Colégio São Luiz Gonzaga, na vila de Óbidos, o direito a duas loterias, que serão usadas com a orientação do Bispo Diocesano
	Lei Nº 203, de 27 de outubro	Estabelece mudanças no ensino primário e secundário. O ensino primário fica dividido em Escolas de duas classes: superior e inferior e cria os Delegados de Instrução Pública

	Lei Nº 285, de 02 de novembro	Regulamenta o Recolhimento das Educandas, em Belém, que passa a chamar-se Colégio de Nossa Senhora do Amparo
	Resolução Nº 212, de 15 de novembro	Cria uma cadeira de Francês no Colégio São Luiz Gonzaga, em Óbidos, podendo esse lente substituir o de Latim.
	Resolução Nº 214, de 15 de novembro	Estabelece a gratificação de 800 réis por cada aluno matriculado na aula de música do professor Gaspar José de Mattos Ferreira de Lucena, na cidade de Santarém
1852	Regulamento, de 05 de fevereiro	Normatiza as reformas previstas na Lei Nº 285, de 02 de novembro de 1851
1854	Lei Nº 264, de 14 de outubro	Autoriza o governo a pagar pensões para estudantes da Província
1855	Resolução Nº 277, de 03 de dezembro	Autoriza o governo a alterar o Regulamento do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, em Belém
1856	Lei Nº 288, de 20 de setembro	Autoriza o governo a garantir e conceder prêmios para quem estabelecer na capital e nas cidades de Santarém e Cametá, um colégio para educação do sexo masculino
	Lei Nº 300, de 22 de dezembro	Autoriza o governo a pagar o estudo de Ciências Eclesiásticas, no Seminário Americano de Roma, para alunos paraenses
1858	Lei Nº 312, de 24 de abril	Concede subvenção pública aos colégios particulares da capital, com a condição de admitirem estudantes pobres
1859	Lei Nº 348, de 06 de abril	Reformula a Instrução Primária na Província do Pará
1860	Regulamento, de 09 de abril	Dá orientação para as reformas propostas na Lei Nº 348, de 06 de abril de 1859
1861	Ato, de 01 de maio	Cria a “Escola Rural Dom Pedro II” com uma escola primária
1863	Lei Nº 438, de 31 de dezembro	Estabelece subvenção pública ao colégio particular “Nossa Senhora de Nazaré”, na capital
1864	Regulamento, de 01 de março	Normatiza o funcionamento da Instrução Pública na Província do Pará, principalmente aos seus gestores e professores
	Lei Nº 476, de 09 de novembro	Estabelece uma subvenção pública para o ensino feminino ao colégio “Sagrado Coração de Jesus”
1867	Lei Nº 543, de 23 de outubro	Estabelece subvenção pública para os colégios particulares “Santos Inocentes”, “Sagrado Coração de Maria” e “Nossa Senhora da Glória”
	Lei Nº 545, de 23 de outubro	Autoriza a compra de mil exemplares de cada volume da obra “Motins Políticos” para serem distribuídas pelas escolas da Província
1868	Lei Nº 564, de 10 de outubro	Faz alterações no Regulamento de 01 de março de 1864
1869	Lei Nº 608, de 21 de outubro	Aprova o Regulamento do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, em Belém
1870	Lei Nº 660, de 31 de outubro	Cria o “Instituto de Educandos Paraenses”, na capital da Província
	Lei Nº 664, de 31 de outubro	Estabelece mudanças no ensino primário da Província do Pará
1871	Lei Nº 669, de 13 de abril	Dá novo regulamento à instrução primária, cria a Escola Normal e reorganiza o Colégio do Amparo
	Lei Nº 698, de 25 de outubro	Altera a Lei Nº 669 e dá outras providências relativas à Instrução Pública
1872	Lei Nº 746, de 27 de abril	Cria uma escola primária no Corpo de Polícia para as praças do mesmo Corpo

1875	Lei N° 848, de 29 de abril	Cria e reorganiza a Escola Primária Normal da Província na cidade de Belém
1877	Lei N° 880, de 14 de abril	Altera diversos artigos do Regulamento da Instrução Primária e cria escolas primárias onde a iniciativa privada construir casas para as mesmas funcionarem
	Lei N° 894, de 27 de abril	Concede a extração de uma Loteria para a construção de casas para as escolas primárias
1880	Lei N° 1.030, de 09 de março	Reforma a Instrução Pública e cria as Escolas Elementares de 1ª, 2ª e 3ª entrância, estabelecendo que as de 1ª e 2ª entrância sejam providas via concurso público
1885	Lei N° 1.224, de 03 de dezembro	Estabelece a fusão da Escola Normal ao Lyceu Paraense, na capital da Província
1886	Lei N° 1.295, de 20 de dezembro	Divide o ensino público primário da Província em dois graus

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Levantamento feito pelo autor em Belém, em 20 de março de 2020, em documentos do Arquivo Público e em diversos jornais da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

ANEXOS

ANEXO A – Relação dos alunos³⁴ do Colégio São Luiz Gonzaga de Óbidos em 1857

Illm. Sr. – Incluzo remetto o mappa dos alumnos deste collegio com as explicações por v. s. exigidas em seo officio de 20 do corrente mez. Deos Guarde &. Cidade de Obidos 21 de agosto de 1857. Illm. sr. dr. juiz de orphãos. – O director do collegio de S. L. Gonzaga. – José C. d’Almeida Tavares.

“Mappa dos alumnos do collegio de S. Luiz Gonzaga”

1º

“Henriques da Costa Cantuaria filho legitimo de Thomas da Costa Cantuaria e Maria Silveria natural de Camettá. Entrou para este collegio no dia 8 de agosto de 1851, e tem frequentando até hoje as aulas de 1^{as}. letras latim francez philosophia e rhetorica. Tem prestado exames d’estas faculdades a excepção de philosophia e rhetorica, cujas aulas ainda frequenta. E’ pobre e estuda a expensas da irmandade.”

2º

“João Valente Tavares filho de Antonia Tavares natural desta cidade pae incognito. Matricolou-se na aula de primeiras letras no dia 8 de janeiro de 1852. foi aprovado naquele ensino e frequenta hoje o estudo de grammatica latina. E’ desvallido e sustentado pela irmandade.”

3º

“José Nicolino Pereira de Souza natural de Faro filho legitimo de Manoel Pereira de Souza já fallecido e Maria Poncianna Garcia. Matricolou-se na aula de primeiras letras no dia 1º. de junho de 1852. tem prestado exame e sido approved em primeiras letras, grammatica latina, e franceza. Frequenta hoje rhetorica e philosophia. E’ orphão desvallido e estuda a expensas da irmandade.”

4º

“João Bernardo da Cruz filho legitimo de Dionizio de Vasconcellos e Annaeleta natural de Mauhes. Matricolou-se na aula de primeiras letras deste collegio no dia 29 de junho de 1853. Estuda hoje grammatica latina. E’ sustentado pelo seo pae. Esta licenciado.”

5º

“Jacinto Ferreira Gatto natural desta cidade filho legitimo de Elias Ferreira Gatto, e Brites Roza da Conceição já fallecidos. Matricolou-se na aula de primeiras letras no dia 3 de fevereiro de 1855. Estuda hoje grammatica latina. E’ orphão desvallido e estuda a expensas da irmandade.”

6º

“Manoel Antonio Lessa natural do Ceará filho legitimo de José Antonio Lessa já fallecido e Laurianna Maria da Purificação. Matricolou-se na aula de primeiras letras no dia 1º de maio de 1855, estuda hoje grammatica latina. E’ orphão desvallido e estuda a expensas da irmandade.”

7º

“Silvestre Fernandes dos Reis natural desta cidade filho legitimo de Manoel Fernandes dos Reis e D. Silveria dos Reis já fallescidos. Matricolou-se na aula de grammatica latina no dia 6 de março de 1857. Estuda grammatica latina e é sustentado com o rendimento dos seos bens.

Nota. Existem matriculados mais 3 estudantes externos que não frequentão a aula. – José Caetano d’Almeida Tavares.”

³⁴ EXPEDIENTE. A *Epocha*. Belém, 26 novembro 1859. Parte Official. p. 02.

**ANEXO B – Resposta de defesa³⁵ do padre Raimundo Auzier, visitador das Escolas
Públicas da Comarca de Santarém**

Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca. – Sinto profundamente que o imperioso dever de obediencia me deparasse occasião de carregar a penna para stigmatizar com força o reprovado procedimento do meo adversario, que menospresando o decoro e dignidade da nobre classe, á que pertence, tem-se effectivamente degradado até a ultima linha, á que podem rebaixar-se os brios do homem honesto.

Na humilhante situação, á que o frenesim e o desatino o collocaram, sinto vel-o representar (sem missão obrigatória) o vil e abjecto papel de denunciante, e para cumulo de indignidade, denunciante daquella mesma victima, á quem ainda á pouco fez sentir á face de todo este povo o insulto mais atroz e ignominioso que se possa fazer ao homem de honra! – A prova irrecusável do facto ahi esta patente no documento junto, cujo assumpto horroroso em toda a sua extensão presta-se aos mais vergonhosos comentários, que altamente depõe contra essa preconizada edecução e pureza de sentimentos, que em vão alardêa o seu autor.

A Ord. Liv. 3º Tit. 56, § 7º definindo as qualidades características e constitutivas do inimigo capital, apresenta com este character o individuo, que fez a outrem alguma injuria ou grande ofensa.

O Art. 75, § 6º do Codigo do processo criminal do Imperio não quer, não consente que se admitam denuncias do inimigo capital.

Ora, não sendo possível conceder-se no bacharel denunciante ignorancia de direito, ou olvidação dos textos citados, por isso que são muito comesinhos, e triviais entre os homens do fôro, esta circumstancia so é bastante para deixar provada – a má fé, - que o arrojara ante o poder publico como um delator immoral e sem pejo, como refalsado hypocrita, que sobre enganozas e fementidas apparencias de zelo da justiça e vindicta publica, outro fim não mira que cevar uma vingança brutal e monstruosa, embora pela asseveração do contrario ouze profanar a santidade do juramento, como sõem fazer quantos perjuros engrossam a estatística criminal do paiz.

O facto imaginário de que me faz carga o denunciante, é um dos previstos pelo art. 166 do cod. pen. – desídia habitual no desempenho de funções. – Ora bem: com que lógica quererá o denunciante autorisar sua argumentação?

Das premissas da denuncia conclue-se acaso a existencia do crime imputado?

He isto o que passo a examinar.

As denuncias não devem apresentar cousas que engendrem duvidas. Tratando-se de certos delictos, o denunciante, além de servir-se das palavras sacramentaes, em pregadas pelo legislador para fixar a idéa do facto punível, é rigorosamente obrigado á entrar no desenvolvimento dessas palavras de modo a excluir todo o vago, todo o equivoco da espécie denunciada. Por este principio devia o denunciante no facto em questão explicar com toda a clareza a palavra – HABITUAL –, e depois de bem definida a accepção jurídica deste vocábulo,

³⁵ RESPOSTA. A *Epocha*. Belém, 21 setembro 1859. A Pedido. p. 02.

aprical-o ao facto denunciado, a fim de estabelecer a certeza do crime, cuja punição promove. Mas o jovem denunciante mil vezes mais preguiçoso, mais negligente que o velho denunciado, não querendo (talvez por modéstia) distinguir-se do simples legulêjo fugio vergonhosamente de dar-se a este trabalho aliás necessário e da maior importancia.

Reconhece o denunciante a obrigação imposta por lei ao visitador de visitar UMA VEZ A CADA ANNO todas as escolas da respectiva Comarca. Reconhece também que – entrei no exercício da vistoria em fevereiro do anno passado (1858), tendo por consequência decorrido um anno completo até fevereiro do corrente 1859. Reconhece finalmente que só UMA VEZ SAHI Á VISITAR AS CADEIRAS DE VILLA-FRANCA, ALTER DO CHÃO, E AS DESTA CIDADE, MAS QUE NÃO CONCLUI A VISITA EM TODA A COMARCA.

Ora, o denunciante que abunda no seu SENSO, mas que não sabe o que diz, nem o que quer, instituiu um raciocínio sem critério, e contra producente, cuja illação ve a ser que apenas uma anno há decorrido desde que exerço as funções de visitador a contar de fevereiro de 1858 á fevereiro de 1859, e que no exercício d'elle fiz uma visita incompleta. Logo não ha mais que um só facto, uma só omissão que em tempo devido participei ao diretor da instrução publica; apresentando-lhe a causa e a razão do meo proceder. O segundo anno escolar começou á 07 de janeiro de 1859, e para completar-se vem ainda a faltar 4 mezes, que me restam para a competente visita em toda a comarca, entretanto ninguém que tenha siso dirá que a omissão desta segunda visita seja um facto consumado, que indusa responsabilidade.

O habito na sua aceppção philosophica e jurídica importa o resultado de actos repetidos e reiterados. Segundo a definição dada um só acto não pode constituir habito, sendo este um complexo de muitos actos de que se diriva o cognato habitual, que o legislador quiz addicionar ao substantivo desídia, como condição necessária da sua incriminação, quando essa paixão d'alma, sendo caracterisada por muitos actos ou omissões sucessivas da mesma espécie degenera em habito constante, e como se cria uma segunda natureza, cujo effeito é viciar de tal sorte o character do funcionário que o inhabilite de suas funções actuaes, e de quaesquer outras que possa aspirar emquanto não de provas de completa emenda.

Dos termos expostos fica indubitável que a única omissão da visita correspondente ao anno passado não pode ainda importar o habito vicioso que o legislador quiz incriminar sob a denominação – DESIDIA HABITUAL IN ESPECIE, E IRREGULARIDADE DE CONDUCTA IN GENERE, por isso que entra na classe daqueles delictos que constam de actos sucessivos, e reiterados, e que a legislação criminal do Império reconhece no art. 275 do reg. N. 120 de 31 de janeiro de 1842.

Cabe aqui mencionar a judiciosa reflexão do illustre comentador do código de Baviera, que na questão vertente se exprime nestes termos: “He sempre cousa muito grave qualificar o funcionario publico de incorrigível, ou habitual a qualquer espécie de crime, em quanto não for bem verificada a sua contumacia no mal pela frequente repetição do mesmo facto-delit semblable”.

A queixa ou denuncia alem de outros requisitos, deve trazer comsigo os documentos, ou JUSTIFICAÇÃO, que fação acreditar a existencia do delicto, ou UMA DECLARAÇÃO CONCLUDENTE DA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR ALGUMA DESSAS PROVAS (Art. 152 do cod. Do proc. Crim.). Faltando qualquer destas formalidades não se admite queixa ou denuncia [Art. 397 do precitado Reg.].

O denunciante não offerece documento de qualidade alguma: entretando não há nada mais frívolo, e mais inútil que a declaração feita porque della não se conclue a impossibilidade da prova escripta ou documental exigida por lei. Com seu costumado displante commette a seria indiscripção de avançar o ridículo paradoxo QUE NÃO OFFERECE DOCUMENTOS POR SER UM FACTO QUE NÃO CONSTA DE DOCUMENTO ALGUM! Oh! Que fecunda e engenhosa dialectica!! He o circulo vicioso dos lógicos, ou petição de principio dos escolasticos!!!

Nem pense o denunciante que com tão grandes disparates sahirá airoso do labyrintho, em que se envolveo por acto espontâneo de sua imprudência, não como Thesêo para vencer o Minotauro, mas para acabar de matar a própria reputação, que apenas despontando no oriente da vida publica, há muito agonisa no paroxismo de uma prematura morte.

Quem correo com o denunciante, quem o obrigou a precipitar-se antes de obter em juízo competente a justificação do facto, que intentava denunciar? Não existe effectivamente na cidade um Juiz Municipal, e as testemunhas nomeadas não estavam e estão todas presentes? Onde pois achar-se a pretextada impossibilidade de justificar, a não ser nos cálculos de algibeira e nos designios de forrar despesas, que tanto assustam depois do regimento de 03 de março de 1855? O melhor da festa he cuidar o denunciante que erros tão crassos passariam despercebidos por que o seu demasiado orgulho, e mal entendida filaucia o deslumbram á ponto de não ver acima de si nem os proprios cathedrauticos da academia.

Resumindo finalmente a questão aos precisos termos, concluo esperançado na sabedoria e justiça de v. ex. que rejeitará a denuncia intentada em fraude da lei do processo, que justamente a condena, como meio ignóbil de premeditada vingança de que se prevalece a corrupção de um inimigo capital reconhecido e notório; e bem assim porque não veio legalisada com documentos, nem estes devidamente suppridos com a legitima e sufficiente declaração, de que trata o precitado art. 152 do Cod. Do Proc. Crim.

Deos guarde a v. exc. – Santarém, 29 de agosto de 1859. – Ilmo. Exm. sr. dr. Francisco d’Araujo Lima, juiz de direito da Comarca.

Raymundo José de Auzier, visitador das escolas da mesma.

ANEXO D – Figura 2: Método de Leitura abreviada usado na Província do Pará

QUADRO SYNOPTICO DO METHODO DE LEITURA ABREVIADA				
A	E	I	O	U
a	e	i	o	u
b c d f	b d f	b d f	b c d f	b c d f
g j l m	j l m	j l m	g j l m	g j l m
n p r s	n p r s	n p r s	n p r s	n p r s
t v x z	t v x z	t v x z	t v x z	t v x z
la	le	li	lo	lu
b c f g p	b c f g p	b c f g p	b c f g p	b c f g p
ra	re	ri	ro	ru
b c d f	b c d f	b c d f	b c d f	b c d f
g p t v	g p t v	g p t v	g p t v	g p t
al	el	il	ol	ul
am	em	im	om	um
an	en	in	on	un
ar	er	ir	or	ur
as	es	is	os	us
lha	lhe	lhi	lho	lhu
nha	nhe	nhi	nho	nhu
ça	ce	ci	ço	çu
cha	che	chi	cho	chu
qua	gue-2	gui-2	quo	z
ya	ge	gi	yo	asa ão
kan	que-2	qui-2	ho	ês ex
obse acce admo ophthal regno pha apti betlem				

ANEXO F – Figura 4: Portaria de criação da Escola Pública do Aritapera, em Santarém

Secretaria do Governo do Pará 13 de Janeiro de 1873

Secção

1.º

1.º

S. Ex.ª Sr. Vice-Presidente da Província mande
 communica'r a V. Ex.ª para sua intelligencia e execu-
 ção, que, em virtude de sua proposta resolvida
 por Portaria desta data, crear no lugar Arita-
 pera Districto da Cidade de Santarém, uma escha-
 la elementar de primeiras letras, não pertencente
 ao quadro, e nomear para regê-la o Cidadão
 José Joaquim Rodrigues Collares.

Deus Guarde a V. Ex.ª

T. Director Geral da
 Instrucção publica.

A. do Paço em com.

ANEXO G – Figura 5: Portaria de criação das Escolas Públicas de Arumanduba e Arapixuna, em Santarém.

Secretaria do Governo do Pará 14 de Abril de 1823

Secção

[Signature]

S. Ex.ª S.ª Vice - Governante da Província, mandou
 Communicar a V.ª S.ª na forma da sua
 proposta em officio N.º 80 de 13 do corrente, e
 por Portaria desta data, para a criação de duas
 Escolas elementares, sendo uma no município
 e outra no lugar denominados Arumanduba
 Districto do Cidadao de Santarém, e nomear
 para reger a 1.ª Joaquim Agostinho de Sales,
 e a 2.ª Luiz Thomaz de Sales Coutinho

[Signature]

S. Director geral da
 Instrução publica.

[Signature]

ANEXO H – Figura 6: Termo da visita do Visitador Público em uma Escola Particular na cidade de Santarém

Termo de Visita do Visitador das escolas Ex.^{ma} Sr.^o Dom Antonio Joaquin Gomes do Amaral, na Escola particular da Cidade de Santarém, Parochia de S.^o J. da Conceição.

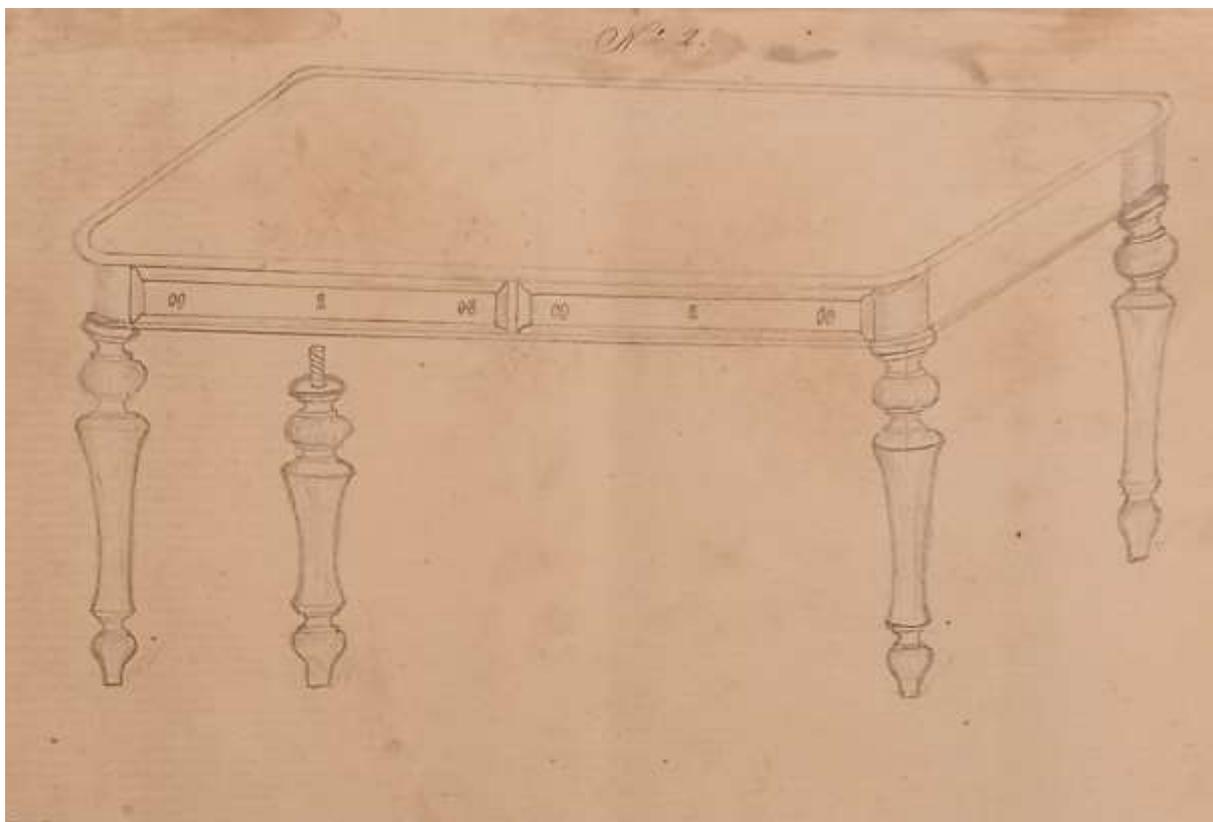
Os seis dias do mez de Março de mil oitocentos setenta e seis ás 9^{as} horas da manhã presentes o Ex.^{ma} Sr.^o Dom Antonio Joaquin Gomes do Amaral, Visitador das escolas d'esta Província, e Sr. como delegado litterario, servindo de secretario da Visita, na casa, em que funciona a escola particular de D.^o Felismina da Cunha Gomes, foram pela mesma apresentadas seis alumnas das nove, que estão matriculadas, faltando portanto duas. Informou a professora que em 1874 teve uma alumna, em 1875 seis, e no corrente anno nove, raras porque ha pouco tinha communicado a delegacia litteraria que a sua escola funcionava regularmente na casa, em que mora com sua familia, e seu pai o capitão Antonio Pedro Belfort Gomes. A escola está dividida em tres classes, sendo a terceira classe de grammatica frequentada por duas alumnas, que vieram do collegio de Santa Thereza de Jesus na capital, mas que ainda não se exercitão na analyse. A escola começa as 7 horas, e termina-se ás 11, havendo das 10 ás 11 horas exercicios de costura. De tarde, de uma até as 2^{as} horas estudam, e dão suas lições; e das 2^{as} até as 4^{as} exercitão-se em obras de agulha. A professora apresentou diversos trabalhos em phisanga, que aquarelão, e varias obras de agulha, que demonstrão o adiantamento das alumnas, que sendo ainda pouco numerosas, tem aproveitado o ensino da Ex.^{ma} Sr.^o para

professora, que é coadjuvada por sua irmã D. Felicidade, Per-
 fectura Magdalena Gomes, que também completa a sua
 educação sob a direcção de sua irmã. A casa, para o nu-
 mero de alumnas que tem, está em boas condições. A mobília
 de escola é toda nova. O Ex. Sr. Visitador, mostrando-
 se satisfeito, animou as alumnas e a professora a proseguirem
 na carreira iniciada, fazendo votos pela prosperidade de es-
 cola, e aconselhando que a escripturação dos livros de matrícula
 e de ponto se quisesse a norma da escripturação dos livros das
 escolas publicas. Entre as escriptas duas chamaram espe-
 cialmente a attenção por estarem muito bem feitas. Em letu-
 ra duas alumnas sobre a honra de mais, e são as que têm
 com desembaraço. Em contabilidade a mais adiantada
 começa os exercicios de divisão. Foram 11 horas quando o
 Ex. Sr. Visitador deu por finda a visita. E eu, Arce-
 diago José Gregorio Coelho, servindo de secretario, fiz este
 termo em que me assigno com o Ex. Sr. Visitador e a
 respectiva professora. Do. Antonio Joaquim Gomes
 do Amaral. Arceidiago José Gregorio Coelho. Felis-
 mina da Cunha Gomes.

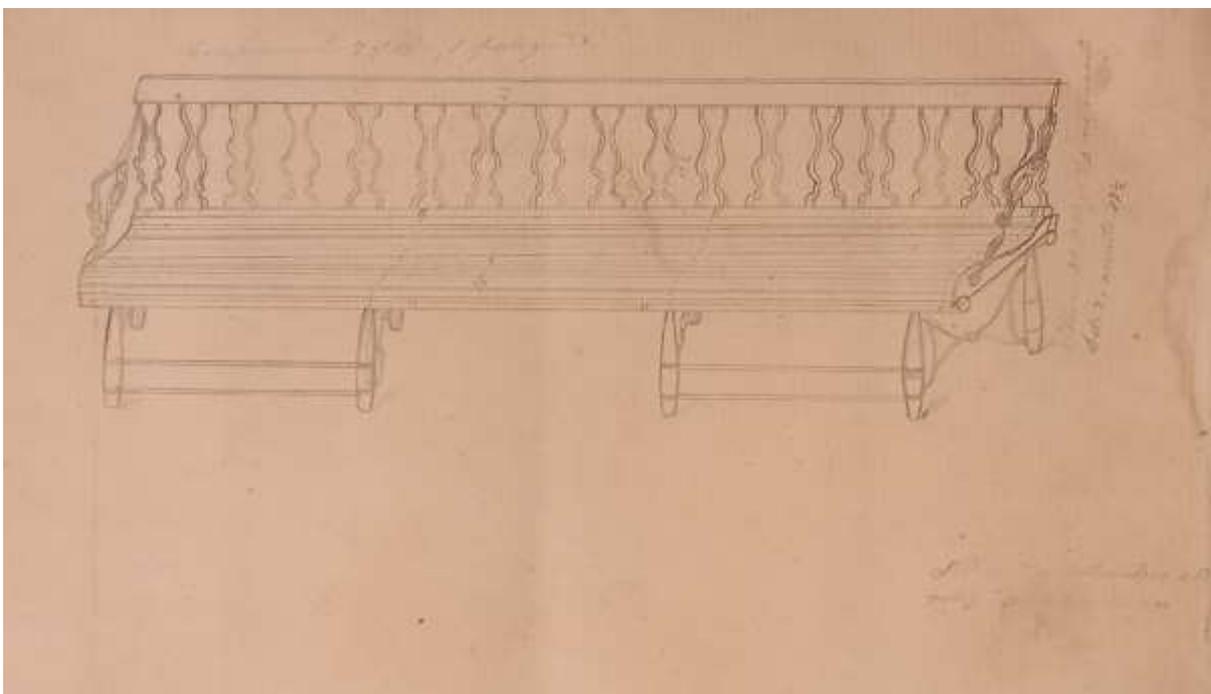
Extrahido do Livro das termes de visi-
 tas e exames da escola particular de Santarem em 12
 de Agosto de 1877.

Felismina da Cunha Gomes.
 Professora particular.

**ANEXO I – Figura 7: Mobília (mesa) mandada fazer para as escolas públicas da
Província do Pará.**



**ANEXO J – Figura 8: Mobília (cadeira) mandada fazer para as escolas públicas da
Província do Pará**



ANEXO K – Figura: Informações sobre escândalos na Escola de Faro

1.ª Lem
 Reservado
 3 de Maio de 1850
 J. M. Lemos

Em respeito ao seu offício de 3
 de Abril findo envio a V.ª as inclu-
 das informações em original, que me
 devolviu, recebidas de Faro, relativa-
 mente a escola d'ancuro prima-
 rio do sexo feminino.

Consta que V.ª endague o que
 tem havido acerca ~~de~~ de uma fi-
 cha de Jeronima Maria Alves,
 declarando a respectiva professora
 que se confirmarem a dar-se factos
 escandalosos em sua escola, me
 seria obrigado a punil-la ~~com~~
~~que~~ na forma do Regulamento.

Do
 No Dr Director Geral da Instrução Publica